

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 029

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE ABRIL DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PFL

**NELSON JUSTUS**

1º Vice-Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

2º Vice-Presidente - PMDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUÍZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kiese - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Túlio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.*

## Atos da Presidência:

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/99

#### SÚMULA:

Susta os autos de Representação Criminal contra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

DATA: 15 de abril de 1999.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinando com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no inciso VI, do art. 54, da Constituição do Estado do Paraná, os autos de Representação Criminal nº 55.317-5, de Curitiba, oficiado pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em que figura como representado o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Parágrafo Único - o Presidente do Poder Legislativo dará ciência o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, da presente deliberação para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15.04.99.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/99

#### SÚMULA:

Susta os autos da Denúncia-Crime contra o Deputado Carlos Xavier Simões.

DATA: 15 de abril de 1999.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinando com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no inciso VI, do art. 54, da Constituição do Estado do Paraná, os autos da denúncia-crime nº 7.557 - Classe 6ª, oficiado pelo egrégio Tribunal Regional Eleitoral, em que é denunciado o Deputado Carlos Xavier Simões.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, de 15.04.99.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/99

#### SÚMULA:

Susta os autos do Inquérito Policial contra o Deputado Geraldo Cartário Ribeiro.

DATA: 15 de abril de 1999.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73, da Constituição Estadual combinando com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no inciso VI, do art. 54, da Constituição do Estado do Paraná, os autos do Inquérito Policial nº 67.159-4, de São José dos Pinhais, oficiado pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em que é indiciado o Deputado Geraldo Cartário Ribeiro.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15.04.99.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

## 14ª LEGISLATURA

## ATA DA 025ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 1999

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Tony Garcia e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Túlio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval

Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### Mensagem:

MENSAGEM Nº 09/99

Curitiba, 15.04.99.

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa  
Exmos. Srs. Deputados

Tenho a elevada honra de submeter à consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, o anteprojeto de lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2000.

O anteprojeto de lei compõem-se de seis capítulos, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a organização e as estruturas dos Orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária referente ao exercício;

V - as disposições sobre as despesas com pessoal e encargos sociais; e

VI - outras disposições.

As prioridades da Administração Pública Estadual nos Orçamentos Anuais para o exercício de 2000, serão enquadradas nas seguintes linhas de ação:

I - Geração de Empregos (Oportunidades de Trabalho);

II - Desenvolvimento da Agropecuária (Ação no Campo);

III - Segurança Pública e Desenvolvimento Social (Família Protegida);

IV - Desenvolvimento Urbano e Regional (Força Regional);

V - Infra-estrutura e Desenvolvimento Estratégico (Anel de Desenvolvimento);

VI - Preservação e Desenvolvimento Sustentado do Meio Ambiente (Paraná Ambiental);

VII - Ações de Vanguarda (Paraná na Frente);

VIII - Administração Pública.

O Poder Executivo ficará à disposição, através da Secretaria de Estado da Fazenda, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

### ANTEPROJETO DE LEI

Súmula:

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2000.

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2000, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a organização e as estruturas dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária referente ao exercício;

V - as disposições sobre as despesas com pessoal e encargos sociais; e

VI - outras disposições.

### CAPÍTULO I

Das Prioridades da

Administração Pública Estadual

Art. 2º - As prioridades da Administração Pública Estadual nos Orçamentos Anuais, para o exercício de 2000, deverão ser enquadradas nas seguintes linhas de ação:

I - Geração de Empregos (Oportunidades de Trabalho);

II - Desenvolvimento da Agropecuária (Ação no Campo);

III - Segurança Pública e Desenvolvimento Social (Família Protegida);

IV - Desenvolvimento Urbano e Regional (Força Regional);

V - Infra-Estrutura e Desenvolvimento Estratégico (Anel de Desenvolvimento);

VI - Preservação e Desenvolvimento Sustentado do Meio Ambiente (Paraná Ambiental);

VII - Ações de Vanguarda (Paraná na Frente);

VIII - Administração Pública.

Art. 3º - As linhas de ação definidas no artigo anterior estarão detalhadas, a nível de Programas no Plano Plurianual para o período 2000 a 2003 e a nível de Projetos e Atividades nos Orçamentos Anuais para o exercício de 2000.

## **CAPÍTULO II**

### **Da Organização e das Estruturas dos Orçamentos**

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, será composto de:

I - Exposição Justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado;

II - Texto de Lei;

III - Anexo I contendo a legislação e os resumos gerais da receita referente ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;

IV - Anexo II contendo resumos gerais da despesa dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, segundo as fontes de recursos;

V - Anexo III contendo o Orçamento Fiscal composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, a que se refere o artigo 133, § 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - Anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, a que se refere o artigo 133, § 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - Anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme determi-

nação da Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993.

Art. 5º - Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, terão suas despesas elaboradas por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional-programática estabelecida pela Portaria nº 117 do Ministério do Planejamento e Orçamento, de 12 de novembro de 1998 e segundo a classificação da despesa quanto à sua natureza, que identifica a categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação e o elemento de despesa. O projeto da Lei Orçamentária Anual será apresentado segundo os seguintes desdobramentos:

#### **DESPESAS CORRENTES**

Pessoal e Encargos Sociais

Juros e Encargos da Dívida Pública

Outras Despesas Correntes

#### **DESPESAS DE CAPITAL**

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização da Dívida Pública

Outras Despesas de Capital

Art. 6º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista terá sua despesa totalizada por empresa, ficando o seu programa de trabalho detalhado por projeto/atividade, segundo a classificação funcional programática da Portaria nº 117 de 12 de novembro de 1998.

Art. 7º - O Programa de Obras, será apresentado por Unidade Orçamentária, Projeto/Atividade, região ou município e de forma individualizada com unidade de medida, quantidade e valor discriminado segundo a fonte de recursos.

## **CAPÍTULO III**

### **Das Diretrizes para a Elaboração dos Orçamentos do Estado**

#### **SEÇÃO I**

#### **Das Diretrizes específicas para os Poderes Legislativo, Judiciário e para o Ministério Público**

Art. 8º - Ficam estabelecidos os seguintes limites percentuais da Receita Geral do Estado, após excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas, para a elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público:

Poder	Legisla-
tivo.....	5,0%
Poder	
Judiciário.....	8,5%
Ministério	
Público.....	3,3%

Art. 9º - As Propostas Orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público serão elaboradas, respectivamente pela Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça e Procuradoria Geral de Justiça, sendo apresentadas ao Poder Executivo, dentro dos prazos estabelecidos nas instruções para a elaboração do Orçamento Geral do Estado.

Art. 10 - As propostas dos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público não poderão ser apresentadas com valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Parágrafo Único - Os valores correspondentes aos limites percentuais deverão ser utilizados para atender prioritariamente as despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

## SEÇÃO II

### Das Diretrizes Gerais

Art. 11 - No Projeto de Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo os preços vigentes em 1º de julho de 1999.

§ 1º - As despesas custeadas com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 1º de julho de 1999.

§ 2º - Os valores de receita e despesa apresentados no Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do índice de variação de preços no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1999, de acordo com critérios estabelecidos no próprio Projeto de Lei.

Art. 12 - A Lei Orçamentária Anual poderá indicar critérios de atualização monetária dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

Art. 13 - As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas para esta finalidade nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 1º - Os recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentária com a destinação prevista neste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

§ 2º - Os Órgãos e Unidades encaminharão à Secretaria de Estado da Fazenda, até o dia 20 de julho de 1999, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos no orçamento de 2000, especificando:

- número do processo;
- número do precatório;
- data da expedição do precatório;
- nome do beneficiário;
- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 1999, conforme § 3º do artigo 98 da Constituição do Estado do Paraná).

Art. 14 - As receitas destinadas aos Órgãos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartidas de financiamento e manutenção de atividades e de bens públicos.

Art. 15 - Os Orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual não poderão ter fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

Art. 16 - Na programação da despesa não poderão ser incluídas ações que tenham a mesma finalidade, em mais de um Órgão.

Art. 17 - A programação de investimentos, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003.

§ 1º - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, terão prioridade na alocação dos recursos para a sua conclusão.

§ 2º - As obras constantes do Anexo V serão identificadas como novas, em andamento, paralisadas e reativadas, conforme a situação em que se encontrem.

Art. 18 - O valor de operações de crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Art. 19 - Na programação dos orçamentos não poderão ser incluídas despesas a título de investi-

mentos em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º da Constituição Federal e do art. 135, § 2º da Constituição Estadual.

Art. 20 - O Projeto de Lei Orçamentária para 2000 destinará recursos do Tesouro Geral do Estado, aos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos necessários.

I - aos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais apresentados no Art. 8º deste Projeto de Lei Orçamentária;

II - ao pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

III - ao pagamento do serviço da dívida pública;

IV - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o art. 205 da Constituição Estadual e de acordo com a Lei Estadual nº 12020 de 09 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná;

V - à manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o art. 185 da Constituição Estadual;

VI - aos empréstimos e às contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

VII - aos programas de fomento e Desenvolvimento Econômico - FDE, inclusive os previstos no art. 142 da Constituição do Estado e no art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

VIII - às contribuições do Estado ao Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, compreendendo os Programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor; e

IX - ao pagamento de precatórios até 1º de julho de 1999.

Art. 21 - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior serão destinados de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir, ficando implícito que a utilização plena por uma Secretaria implicará na redução do limite de outra, de forma a manter o percentual global de 100%:

Chefia do Poder Executivo.....	até 5%
Secretaria da Chefia de Gabinete do Governador .....	até 2%
Secretaria de Estado do Governo .....	até 1%
Procuradoria Geral do Estado .....	até 1%
Ouvidoria Geral do Estado .....	até 1%
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral .....	até 4%
Administração Geral do Estado- Recursos	

sob Supervisão da SEPL .....	até 10%
Secretaria de Estado da Administração .....	até 12%
Secretaria de Estado da Fazenda.....	até 9%
Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.....	até 11%
Secretaria de Estado de Obras Públicas .....	até 1%
Secretaria de Estado da Comunicação Social .....	até 1%
Secretaria de Estado da Segurança Pública .....	até 16%
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior .....	até 3%
Secretaria de Estado da Saúde.....	até 20%
Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania .....	até 5%
Secretaria de Estado da Cultura.....	até 5%
Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.....	até 6%
Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho .....	até 3%
Secretaria de Estado do Esporte e Turismo.....	até 5%
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico ..	até 6%
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.....	até 15%
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano .....	até 4%
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.....	até 12%
Secretaria de Estado dos Transportes....	até 25%
Secretaria Especial da Política Habitacional .....	até 10%
Secretaria Especial para Proteção e Defesa do Consumidor.....	até 1%
Secretaria Especial para Assuntos de Previdência.....	até 2%
Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos .....	até 1%

§ 1º - Os percentuais de que trata o caput deste artigo serão alocados prioritariamente na manutenção e custeio dos órgãos, bem como nas contrapartidas de convênios e acordos firmados com entidades e organismos públicos e privados, nacionais e internacionais.

§ 2º - Os percentuais alocados para os Secretários especiais, no caso de extinção da função, serão remanejados por ato do Poder Executivo mediante autorização do Poder Legislativo, aos órgãos nos quais as ações programáticas daqueles Secretários Especiais serão desenvolvidas.

Art. 22 - Os recursos recebidos pelo Estado, provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firma-

dos com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária incluirá na prévisão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências, inclusive os oriundos de convênios.

### SEÇÃO III

#### Das Diretrizes Específicas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta

Art. 23 - O Orçamento Fiscal e os Próprios da Administração Indireta, para o exercício de 2000, estimarão as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado relativo às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, com um valor aproximado de R\$9.000.000.000,00 (nove bilhões de reais), a preços de 1º de julho de 1999, ficando a despesa fixada em igual valor.

Art. 24 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, serão apresentados nos Orçamentos Próprios dessas instituições.

Art. 25 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado somente poderão ser programados para atender despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de programas financiados e de convênios e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 26 - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 27 - O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista.

### SEÇÃO IV

#### Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 28 - O Orçamento de Investimentos relativo às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, compreenderá as receitas próprias e as

receitas de transferências do Tesouro Geral do Estado, aplicadas na conta investimento.

Art. 29 - Os montantes das despesas dos Orçamentos de investimento não poderão ser superiores aos das respectivas receitas.

Art. 30 - No Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária só deverão aparecer aquelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que possuírem uma programação de investimento.

Parágrafo Único - As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Tesouro Estadual, para despesas de espécies diferentes de investimento, só terão estes valores registrados no Projeto/Atividade de transferência, dentro do Orçamento Fiscal.

### CAPÍTULO IV

#### Das Disposições sobre as Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 31 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados a cobrir despesas com pessoal e encargos sociais serão fixados em até 60% (sessenta por cento) do valor das receitas correntes, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995.

Art. 32 - A exposição justificativa que acompanha o Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá demonstrativo dos gastos com pessoal e encargos sociais, por Poder e Total, executado nos últimos três anos, a execução provável para 1999 e a estimativa para 2000, com a indicação da representatividade percentual em relação a Receita Corrente, conforme o disposto na Lei Complementar nº 82 de 27/03/95.

### CAPÍTULO V

#### Das Disposições sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 33 - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos de alterações da Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1999, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão do Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - o aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

### CAPÍTULO VI

#### Das Outras Disposições

Art. 34 - No Projeto de lei Orçamentária Anual, bem como em suas alterações não serão identificadas as instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais.

Art. 35 - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 36 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os quadros de detalhamento de despesa, especificando por projetos e atividades, os elementos de despesa, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no parágrafo 2º do artigo 11 desta Lei.

Art. 37 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 614

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, destaque de discussão e votação para a Emenda nº 18, ao Projeto de Lei nº 043/99 que dispõe sobre a isenção da contribuição previdenciária de servidores e pensionistas estaduais para os fundos de natureza previdenciária instituídos pela Lei nº 12398, de 30 de dezembro de 1998.

Nestes termos pede deferimento, conforme disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Ademir Bier, Waldyr Pugliesi, Antonio Annibelli e José Maria Ferreira.

### REQUERIMENTO Nº 615

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, à Presidência da Mesa Diretora dos trabalhos, destaque para votação das emendas da Bancada do PT, de números 09 a 17, referentes ao Projeto de lei nº 043/99, Item 02 da Pauta.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(aa) ÂNGELO VANHONI  
PÉRCLES MELLO  
HERMES FONSECA  
IRINEU COLOMBO

### REQUERIMENTO Nº 618

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja concedido licença de 15 (quinze) dias, no período de 21 de abril a 05 de maio de 1999, para tratar de assuntos particulares, inclusive, viagem ao exterior, sem ônus para este Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) ANIBAL KHURY

### REQUERIMENTO Nº 613

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, comunica a esta augusta Casa de Leis, que faço parte da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB nesta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) NEIVO BERALDIN

### REQUERIMENTO Nº 617

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja constituída uma Comissão Especial, composta por 05 (cinco) membros, sem prazo determinado de duração, para acompanhar todo o processo que envolve acordo de saneamento e privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

### REQUERIMENTO Nº 601

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar à família do Dr. Francisco de Assiz Pinheiro pelo falecimento de sua filha Andréia, ocorrido em data de ontem.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) LUIZ ACCORSI

### REQUERIMENTO Nº 605

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o



douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de Lupionópolis, votos de congratulações pela passagem de seu 51º aniversário no dia 11.05.99.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, José Antônio Gerônimo, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 606

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de Assaí, votos de congratulações pela passagem de seu 67º aniversário no dia 01.05.99.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, José Carlos da Cruz, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 607

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de Nova Santa Bárbara, votos de congratulações pela passagem de seu 9º aniversário no dia 09.05.99.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Paulo Kondo, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 608

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao Município de Primeiro de Maio, voto de congratulações pela passagem de seu 48º aniversário no dia 01.05.99.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Paulo Tódero, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 609

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja

enviado ao Município de Uraí, voto de congratulações pela passagem de seu aniversário no dia 05.05.99.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Susumo Itimura, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 612

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que firma o presente requerimento, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado as congratulações dessa Casa de Leis, aos organizadores do Primeiro Jogo de Basquete de Cadeirantes, realizado no dia 17 de abril último, na Cidade de Santa Helena, nas pessoas de Vilmar Rosso, presidente da Associação de Santa Helena para Pessoas Portadoras de Deficiência, e Maria José Pereira, coordenadora regional da Confederação Nacional para Pessoas com Deficiência, pela boa organização e condução do festival esportivo, o qual ao seu término recebeu de participantes, autoridades e público os melhores aplausos.

Do aprovado, requer que seja dado ciência ao presidente e a coordenadora citados no requerimento, a Rua Curitiba, 242, CEP: 85892-000 - Santa Helena-PR.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) ÉLIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 596

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, Senhor Giovanni Gionédis, que envie a esta Casa, a relação de todos os precatórios habilitados e não pagos, seus valores, bem como o nome dos credores.

O referido pedido justifica-se pelo fato de estar tramitando nesta Casa, projeto de lei oriundo de Mensagem do Executivo, visando definir o valor das obrigações que alude o § 3º, do Art. 100, da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, com a qual o Governo do Estado pretende quitar parte de seus débitos pendentes, oriundos de precatórios devidamente habilitados na já citada Secretaria.

Desta forma tais informações são de suma importância para um melhor esclarecimento sobre o impacto financeiro causado nos cofres públicos.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) HERMES FONSECA

Apoiamento:

Edson Strapasson, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Caíto Quintana, Moysés Leônidas, Ângelo Vanhoni, Orlando Pessuti e Ademir Bier.

#### REQUERIMENTO Nº 582

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Sra. Rejane Domiciano, residente à Rua Duque de Caxias, nº 219 - Jardim Carona Júnior, que pede a limpeza de um terreno baldio sito nesta rua, esquina com a Rua Manoel de Souza Ramos, o qual encontra-se com muito mato e sujo. Pede ainda a limpeza de uma valeta existente nesta rua, a qual também encontra-se em péssimo estado. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 765-8600.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 583

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Marta Dias, residente à Rua Platão, nº 37, Bairro Campo Alto, que pede a implantação de um semáforo na Estrada da Ribeira, nos cruzamentos da Av. Argentina com Rua Huxley. Esta Estrada da Ribeira passa por dois bairros populosos, o Rio Verde e o Campo Alto, e como o local é de muito movimento e oferece riscos de acidentes para motoristas e pedestres, a referida implantação do semáforo proporcionará maior segurança para a comunidade. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 256-6277.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 584

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Elvira Costa Purkotte, residente na Estrada Principal de Cachoeira nº 9160 - Bairro Cachoeira, que solicita um "caminhão pipa" para molhar essa estrada. O tráfego de caminhões é intenso, a poeira é insuportável e está causando problemas respi-

ratórios nos moradores. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 282-0735.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 585

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Bernardi, residente à Rua Afonso Motim, nº 88, Vila Maria do Rosário, que pede a colocação de pedra e areia no Parquinho da Escola Municipal Jovino do Rosário. Muitas crianças estudam nessa escola e como o parquinho é de terra, ao chover forma-se lama, prejudicando muito a utilização do mesmo. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 765-8394.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 586

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Olga Kinasz, residente à Rua São Gabriel nº 206, Jardim Monte Santo, que pede a troca de lâmpada queimada do posto existente em frente à sua residência. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 757-3054.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 587

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Olga Kinasz, residente à Rua São Gabriel, nº 206, Jardim Monte Santo, que pede a passagem da máquina e colocação de saibro nesta rua, tendo em vista a mesma encontrar-se intransitável. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 757-3054.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 588

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Fátima Aparecida da Silva, residente à Rua Santa Catarina, nº 01, Bairro Tanguá, que pede providências quanto a um buraco existente nessa rua, o qual encontra-se muito grande e prejudicando o tráfego de veículos e pedestres.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 589

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Vilma Belo, residente à Rua José Dunainski nº 936, Jardim Paraíso, que pede a troca de várias lâmpadas queimadas há mais ou menos 02 (dois) anos, nos postes dessa rua. A rua está completamente às escuras e perigosa, causando medo e apreensão para a comunidade quanto a riscos de assaltos.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 590

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de destacar um policial de trânsito para orientar o tráfego de veículos em frente ao CEI - Escola Municipal Francisco Klentz, sito à Rua Rezala Simão, Bairro Fazendinha. Muitas crianças estudam nessa escola e como trata-se de um local muito movimentado, os pais fazem tal apelo, a fim de proporcionar maior segurança na travessia da rua.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 591

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento na Escola Municipal Campo Mourão, sito à Rua Acir Santos nº 14, Vila Izabel, tendo em vista que um dos

moradores dessa rua faz a volta com seu veículo em frente dessa Escola nos horários de saída dos alunos, derrubando os cones e colocando em risco a vida dos mesmos. O pedido e alerta está sendo feito pelos pais desses alunos que estão apreensivos e preocupados com a ocorrência de algum acontecimento mais grave.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 592

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua Canal Belém, esquina com a Rua José Hauer, Bairro Boqueirão. No local estão ocorrendo brigas de "gangs" com apedrejamento das residências próximas, causando muito medo e apreensão nas pessoas que lá residem. Toda a comunidade está solicitando o policiamento a fim de sentirem-se mais seguros.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 593

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo em uma residência abandonada sito à Rua Professora Joanita Bernetti Passos nº 1140, Bairro Boqueirão, tendo em vista que desocupados invadem a mesma, promovendo algazarras até a madrugada e perturbando o sono dos moradores próximos. Além disso, há o perigo de algum acontecimento mais grave vir a ocorrer.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 594

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo em um terreno baldio sito à rua Nossa Senhora do Sagrado Coração, em frente ao nº 595 - Vila Santo Antonio - Bairro Pinheirinho, tendo em vista que o mesmo está

servindo de ponto de encontro de usuários de drogas. A população local está apavorada pela falta de segurança, principalmente pelos roubos que vêm acontecendo freqüentemente nas residências próximas. O policiamento se faz necessário e urgente.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 595

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Escola Municipal Prefeito Omar Sabbag - Vilas Oficinas, tendo em vista que há 04 (quatro) "gangs" que freqüentam a mesma armados, apavorando alunos e pais. Devido a situação crítica citada, pais de alunos reivindicam um policiamento na escola a fim de verificar a veracidade dos fatos, identificar tais "gangs" e eliminá-las, proporcionando uma maior segurança, tanto para alunos quanto para os funcionários dessa escola.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 597

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, da Secretaria de Estado dos Transportes, que sejam realizadas reformas na pavimentação do projeto "Caminhos do Saber", que liga a localidade de Alto Santa Fé ao Município de Nova Santa Rosa. O Deputado requer ainda cópia do convênio entre Estado e município para a construção das referidas rodovias, bem como cópia do contrato entre o Estado e a empreiteira responsável pelas obras.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se devido ao fato de a Secretaria de Estado dos Transportes ter concluído as pavimentações do projeto "Caminhos do Saber" no Município de Nova Santa Rosa, mas, mesmo antes de ter sido inaugurada oficialmente, estão com vários trechos praticamente intransitáveis para veículos de pequeno porte. A referida pavimentação não suportou o escoamento dos produtos agropecuários, que são a base de sustentação econômica da região onde a estrada foi pavimentada.

#### REQUERIMENTO Nº 598

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, da Secretaria de Estado dos Transportes, que sejam realizadas reformas na pavimentação do Projeto "Caminhos do Saber" que liga as localidades de Vista Alegre, Linha Divisa e Volta Gaúcha ao Município de Entre Rios do Oeste. O Deputado requer ainda cópia do convênio entre Estado e Município para a construção das referidas rodovias, bem como cópia do contrato entre o Estado e a empreiteira responsável pelas obras.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se devido ao fato de a Secretaria de Estado dos Transportes ter concluído as pavimentações do projeto "Caminhos do Saber" no Município de Entre Rios do Oeste, mas, mesmo antes de ter sido inaugurada oficialmente, estão com vários trechos praticamente intransitáveis para veículos de pequeno porte. A referida pavimentação não suportou o escoamento dos produtos agropecuários, que são a base de sustentação econômica da região onde a estrada foi pavimentada.

#### REQUERIMENTO Nº 600

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, solicitando especial atenção, inclusive com pedido de esclarecimentos às autoridades locais, no referente aos fatos que ora ocorrem em Papua Nova Guiné, conforme relatados por membros de igrejas evangélicas, e que tem impedido o trabalho humano e evangelizador daqueles que lá se encontram em missão, inclusive através de ameaças e outros expedientes que afrontam a liberdade e os direitos universais do homem e do cidadão.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### REQUERIMENTO Nº 604

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Prefeito Municipal, Senhor Armerindo Denardin, com votos de congratulações pela passagem do 17º aniversário do Município de Braganey-PR.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja da- do ciência também ao Senhor vice-Prefeito e Vereadores para que em nome do Poder Legisla-

tivo, recebemos os cumprimentos toda a população de Braganey.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A primeira denominação que se deu ao atual Município de Braganey foi Rio do Tigre, em função do rio que levava o mesmo nome e ficava próximo ao pequeno povoado, que se formava no interior do Município de Corbélia, no Oeste paranaense.

As dificuldades encontradas pelos primeiros moradores do Rio do Tigre foram imensas, sendo que os pioneiros contam histórias incríveis sobre fatos ocorridos na região, no entanto a comunidade sempre unida e com esperança, fez com que o núcleo crescesse e participasse da vida econômica e social da região e do Estado.

Braganey resulta da junção do nome Braga ao prenome Ney. Homenagem prestada a Ney Amintas de Barros Braga.

#### REQUERIMENTO Nº 599

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, informações do SERLOPAR - Serviço de Loterias do Paraná.

1 - Quantas Casas de Bingo estão credenciadas no Estado do Paraná?

2 - Onde estão estas Casas?

3 - Seu nome correto e CGC?

4 - Qual é o percentual que fica para a SERLOPAR?

5 - Onde são investidos estes recursos?

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Justificamos nosso pedido no sentido de saber realmente onde vão os recursos arrecadados e se realmente são aplicados nas áreas para que é destinado.

#### REQUERIMENTO Nº 602

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado à Secretaria de Estado da Educação as seguintes informações:

1) Quantos alunos foram matriculados nos últimos 2 anos?

2) Quantas matérias foram oferecidas pelo curso?

3) Qual o custo de inscrição por disciplina e material didático e qual o montante arrecadado nos últimos 2 anos?

4) Qual o órgão que administra o montante arrecadado e onde estes recursos são aplicados?

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento, agora apresentado à apreciação desta Casa Legislativa, tem como intenção esclarecer o correto objetivo e aplicação dos recursos deste Centro de Ensino Supletivo.

#### REQUERIMENTO Nº 610

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, requerendo cópias das seguintes documentações:

1) Editais dos Concursos Públicos, Relação dos aprovados, Relação dos admitidos, com data da posse, vencimentos e gratificações dos funcionários do Tribunal de Contas do Paraná, referente aos últimos 10 (dez) anos;

2) Relação dos funcionários nomeados nos últimos 05 (cinco) anos como Consultor Técnico, Advogado, Engenheiro, Economista, Administrador, Médico e Oficial de Controle, devidamente acompanhados de Certidão e documentação que comprove a habilitação de cada uma das funções acima nominadas;

3) Folha de Pagamento Mensal, ou relação mensal dos (dois) últimos anos, de todos os funcionários do TCE, concursados e comissionados, em que constem os valores pagos a qualquer título, quer como vencimentos, salários, gratificações, vantagens, etc.;

4) Relação de todos os inativos do Tribunal de Contas, com descrição das funções e níveis de aposentadoria, inclusive de Conselheiros, Auditores e Procuradores e do tempo efetivo, exercício de função de cada um deste junto ao TCE, bem como a idade em que cada um conseguiu aposentar-se.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento, agora apresentado à apreciação desta Casa Legislativa, tem como objetivo reiterar ofício anterior já encaminhado àquela Colenda Corte, protocolado sob nº 225542/96, datado de 20.05.96, cópia inclusa, o qual em demonstração de total menosprezo para com esse parlamentar, sequer fora respondido.

As informações acima solicitadas, tem por objetivo subsidiar e embasar estudos para a apresentação de Projeto de Lei Complementar, com base no artigo 53, XI, da Constituição do Estado do Paraná, que assim dispôs:

"Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no Art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificadamente:

XI - organização do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da administração pública".

Sendo que referida documentação, destina-se a embasar estudos visando disciplinar e organizar o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, além de servirem de subsídios, para eventual prova judicial, em futuras ações judiciais, com espeque no art. 5º, XXXIV, alíneas a e b, da Constituição Federal, cujas informações requer sejam prestadas no prazo previsto no art. 135, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que assim dispôs:

"Art. 135 - Não sendo prestadas as informações no prazo de 30 (trinta) dias, o Presidente da Assembléia, mediante pedido do autor, aplicará as penas contidas no parágrafo único, do art. 55, da Constituição Estadual".

Ainda, é o art. 55, da Constituição do Estado do Paraná, que se aplica subsidiariamente no caso em espécie, que assim determinou:

"Art. 55 - A mesa da Assembléia Legislativa encaminhará o pedido de informações aos Secretários de Estado, a requerimento de qualquer parlamentar, após aprovação pelo Plenário.

Parágrafo único - Importará crime de responsabilidade do Secretário a recusa ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas".

Uma vez que o requerimento é formulado por intermédio do Plenário desta Casa Legislativa, a não resposta do presente, entender-se-á que o TCE, órgão vinculado a esta Casa Legislativa ignora, ofende e desrespeita ao Poder Legislativo e não somente a este parlamentar que subscreve o presente, sendo mais gravoso ainda porque sendo um órgão fiscalizador para o cumprimento da lei, ao não responder o presente requerimento desrespeita justamente o que está expresso em lei, devendo estar ciente, desde logo, que a desconsideração do presente requerimento, a exemplo do que ocorreu em ofício anterior deste parlamentar, submeterá o responsável por tal ato, às penas previstas em lei.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 191/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes de Palotina, com sede e foro no Município de Palotina/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) ALGACI TULIO

## JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Deficientes de Palotina - ADEFIPAL, localizada à Rua Aldir Pedron, 785, no Município de Palotina/PR foi fundada em 12 de novembro de 1991, com a finalidade de promover a integração social e profissional do deficiente na comunidade; prestar assistência educacional, cultural, social e recreativa aos deficientes; proporcionar oportunidades para ingresso do deficiente no mercado de trabalho; e contribuir para a melhoria da qualidade pessoal e familiar.

Desde a sua fundação vem, incansavelmente trabalhando em prol dos deficientes, fazendo inclusive visita a empresas privadas e públicas para firmar convênios e colocar os associados no mercado de trabalho.

Sem fins lucrativos, a Associação dos Deficientes de Palotina, possui uma programação de eventos (rifas, bailes, feiras, etc) que são as formas de arrecadar recursos para a prestação de serviços aos deficientes, além de doações recebidas da comunidade.

Pelo acima exposto, solicitamos aos nobres pares a aprovação do presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 192/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Erradicação da Febre Aftosa, com o objetivo de erradicar a febre aftosa no Estado do Paraná, proteger os rebanhos sensíveis à enfermidade, desenvolver sistema eficaz de vigilância epidemiológica e estimular a participação da comunidade nas atividades de defesa sanitária animal.

Parágrafo Único - Ficam submetidos ao Programa de que trata este artigo os proprietários, possuidores, depositários, transportadores e todas as pessoas que, a qualquer título, tenham em seu poder ou guarda, animais sensíveis à febre aftosa.

Art. 2º - Incumbe à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, através do órgão de fiscalização e defesa sanitária animal:

I - coordenar, planejar, executar, fiscalizar e avaliar o Programa de Erradicação da Febre Aftosa;

II - decidir sobre a vacina a ser utilizada no Programa de Erradicação da Febre Aftosa, no Estado do Paraná, fixando datas, formas, períodos de vacinação e espécies a serem vacinadas;

III - determinar a interdição de áreas públicas ou privadas e proibir o trânsito de animais, mesmo não infectados, quando constatar a existência de febre aftosa ou houver séria suspeita de sua presença no local;

IV - determinar o sacrifício dos animais com febre aftosa, e de todos aqueles que estejam em contato com os infectados, assim como dos provenientes de Estados da Federação classificados como "de risco" pelo serviço oficial de defesa sanitária estadual ou federal, e dos animais ingressados irregularmente no território do Estado do Paraná;

V - determinar fiscalização especial nas propriedades com maior risco de ocorrência da doença.

Art. 3º - O Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento poderá determinar a suspensão ou o retorno da vacinação no território do Estado do Paraná, caso assim recomendem as condições epidemiológicas do rebanho.

Parágrafo Único - Em qualquer das hipóteses, a decisão será tomada com base em laudo técnico, produzido pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, através do órgão de fiscalização e defesa sanitária animal.

Art. 4º - As pessoas referidas no parágrafo único do art. 1º ficam obrigadas a:

I - notificar ao órgão de fiscalização e defesa sanitária animal da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento toda e qualquer suspeita de febre aftosa;

II - prestar declaração escrita ao órgão de fiscalização e defesa sanitária animal da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, de sua circunscrição territorial, no mês de março de cada ano, indicando todos os animais suscetíveis à febre aftosa que tenham em seu poder ou guarda na data da declaração.

III - proceder a vacinação dos animais suscetíveis à febre aftosa, nas condições estabelecidas pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 5º - A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, através do seu órgão de fiscalização e defesa sanitária animal, poderá exigir que as pessoas referidas no parágrafo único do art. 1º reúnam seus animais para contagem sempre que assim entenderem necessário, a fim de conferir os dados declarados, nos termos do inciso II do art. 4º.

Parágrafo Único - se o produtor dificultar ou se recusar a reunir os animais como previsto no *caput*, ficará sujeito à multa prevista no art. 13, inciso II, desta lei.

Art. 6º - Se a vacinação contra a febre aftosa não ocorrer nas condições determinadas pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, esta a executará, através de seus técnicos.

Parágrafo Único - Todas as despesas com vacinação correrão por conta do infrator, que terá seu estabelecimento interditado pela fiscalização, pelo prazo de 15 (quinze) dias após a aplicação da vacina.

Art. 7º - Fica vedado o transporte ou trânsito de animais:

I - doentes ou oriundos de rebanhos infectados por febre aftosa;

II - oriundos de países ou Estados da Federação classificados como "de risco" pelo serviço oficial de defesa sanitária estadual ou federal, que não tenham atendido às exigências sanitárias para o ingresso de animais no Estado do Paraná.

III - sem a devida documentação sanitária de trânsito.

Art. 8º - Os animais de que trata o inciso I do artigo anterior serão sacrificados, cremados e enterados no local da apreensão, ou no local adequado mais próximo, devendo o veículo que os transportar ser desinfetado, arcando o transportador com todas as despesas daí decorrentes.

Art. 9º - Os animais mencionados nos itens II e III do artigo 7º poderão ser apreendidos, cabendo à autoridade sanitária competente determinar o imediato abate sanitário em estabelecimento registrado no serviço de inspeção oficial, correndo as despesas à custa do próprio transportador.

Parágrafo Único - O produto do abate sanitário dos animais previstos nos itens II e III do artigo 7º poderá ser doado à entidades filantrópicas, após a desossa e liberação pelo serviço de inspeção oficial, facultado ao estabelecimento reter a quantidade correspondente ao serviço realizado, sendo que os ossos e vísceras deverão ser esterilizados em autoclave, ou incinerados, no próprio local, vedado o trânsito dos mesmos *in natura*.

Art. 10 - Em situação de risco sanitário iminente à preservação do rebanho estadual, devido à febre aftosa ou a outras enfermidades infecto-contagiosas ou parasitárias, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento poderá, justificadamente, adotar medidas extraordinárias quanto ao

ingresso e trânsito de animais provenientes de outros Estados da Federação e do exterior.

Art. 11 - Nenhum leilão, feira, exposição, ou qualquer outro evento com concentração de animais poderá ser realizado sem alvará de autorização, expedido pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, através do órgão de fiscalização e defesa sanitária animal.

§ 1º - Os promotores ou responsáveis pelo evento deverão requerer o alvará de autorização por escrito, ao órgão de fiscalização e defesa sanitária animal da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, com a antecedência mínima de (7) sete dias.

§ 2º - Do requerimento deverá constar a data e o local do evento, sendo acompanhado de relação pormenorizada dos animais que dele participarão, com os respectivos estabelecimentos de origem.

§ 3º - O descumprimento do disposto nos parágrafos anteriores impedirá a realização do evento pretendido, sem prejuízo da multa prevista no artigo 13, inciso V, desta lei.

Art. 12 - Os depositários, vendedores e todos aqueles que, a qualquer título, tenham em seu poder ou guarda vacinas contra a febre aftosa, deverão apresentar as condições técnicas de conservação deste produto biológico, bem como fornecer todas as informações exigidas para o seu comércio, na forma determinada pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

§ 1º - Os distribuidores e vendedores de vacinas contra a febre aftosa devem possuir alvará e estar devidamente credenciados para a comercialização junto ao órgão de fiscalização e defesa sanitária animal da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

§ 2º - A concessão de alvará e o credenciamento obedecerão à forma estabelecida em regulamento.

§ 3º - O descumprimento de qualquer das providências, acima referidas implicará impedimento do infrator em comercializar vacinas contra a febre aftosa em todo o território do Estado do Paraná, pelo prazo de um ano, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei.

Art. 13 - Aos infratores desta Lei, sem prejuízo de outras sanções, são cominadas as seguintes penalidades:

I - multa de 17 (dezessete) UFIR's por animal suscetível de febre aftosa existente na propriedade, no caso de infração ao inciso I do artigo 4º desta Lei;

II - multa de 10% sobre o valor dos animais suscetíveis de febre aftosa não cadastrados, no caso de infração ao inciso II do artigo 4º desta lei;

III - multa de 10% sobre o valor dos animais vacinados, no caso de infração ao artigo 6º desta lei;

IV - multa de 10% sobre o valor dos animais não vacinados existentes na propriedade, no caso de infração ao inciso III do artigo 4º desta lei;

V - multa de 20% sobre o valor dos animais transportados ou conduzidos, no caso de infração ao artigo 7º desta lei, imputada ao remetente dos animais;

VI - multa de 29 (vinte e nove) UFIR's por animal presente ao evento, no caso de infração ao artigo 11 desta lei, imputável ao promotor do evento;

VII - multa de 1.500 (mil e quinhentas) UFIR's, no caso de infração ao artigo 12 desta lei.

§ 1º - Para efeitos desta lei, o valor básico para cálculo das multas previstas nos incisos II e V será arbitrado com base no valor da pauta fiscal prevista em Instrução Normativa da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

§ 2º - Em caso de qualquer nova infração a esta lei, que caracterize reincidência, as multas serão devidas em dobro.

Art. 14 - A aplicação de multa por infração às disposições desta lei será formalizada em auto de infração, emitido por inspetor veterinário do órgão de fiscalização e defesa sanitária animal da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

§ 1º - A notificação da infração dar-se-á:

I - pessoalmente, mediante aposição de data e assinatura do infrator, seu representante ou preposto;

II - se o infrator não souber assinar ou se negar a fazê-lo, assinarão por ele duas testemunhas, comprovando a notificação;

III - por edital publicado no Diário Oficial do Estado, ou em outro veículo, de divulgação local, e afixado em lugar visível do prédio da respectiva unidade local do serviço de fiscalização e defesa sanitária animal da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

§ 2º - Considera-se notificada a infração:

I - pessoalmente, ou por meio de testemunhas, na data da respectiva assinatura;

II - por edital, até 5 (cinco) dias após a data da publicação.

Art. 15 - Da notificação da infração caberá recurso ao responsável geral pelo órgão de fiscalização e defesa sanitária animal, que decidirá em instância administrativa inicial, e, ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, em última instância administrativa.

§ 1º - Os recursos serão interpostos por escrito no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência, após o recolhimento prévio aos cofres públi-



cos, pelo infrator, do valor indicado no auto de infração.

§ 2º - O prazo para pagamento das multas de que trata o artigo 13 é de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência.

§ 3º - Sem prejuízo de outras penalidades, o não pagamento das multas, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará a inscrição do infrator em Dívida Ativa.

§ 4º - O valor das multas referidas no artigo 13 será recolhido junto ao Banco do Estado do Paraná, constituindo-se em receita a ser repassada ao Fundo de Equipamento Agropecuário (F.E.A.P.).

Art. 16 - Para a consecução dos objetivos, desta lei, poderá o órgão de fiscalização e defesa sanitária animal estadual requisitar o auxílio de força policial.

Art. 17 - O Estado estimulará a criação de entidades sem fins lucrativos, pelos segmentos interessados, com o objetivo de promover a defesa sanitária dos rebanhos, inclusive no que pertine à febre aftosa.

Art. 18 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Art. 19 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Segundo dados da federação da Agricultura do Estado, (F.A.E.P.), o Paraná possui o oitavo maior rebanho do Brasil, com 9,7 milhões de cabeças e ocupa quarta posição em abate, com 1,9 milhão cabeças/ano.

A pecuária de corte representa 59% da bovinocultura total, com efetivo de 5,7 milhões de cabeças e cerca de 48 mil pecuaristas.

O segmento da pecuária de corte encontra-se disseminado por diversas regiões do Estado.

Nos anos recentes o sistema de confinamento vem assinalando crescimento significativo, evoluindo de 67.285 cabeças em 1993 para 135 mil cabeças para 1997.

A sistemática de confinamento mostra-se mais freqüente em médios e pequenos pecuaristas.

A partir da integração deverá verificar-se um melhoramento no índice de produtividade, com animais de melhor qualidade, produção de carne de melhor qualidade, em menor tempo, em torno de 24 meses, com a inclusão de técnicas de confinamento e semi-confinamento.

Atualmente no segmento da pecuária de corte co-existem dois extratos: o pecuarista antigo ou tradicional e o pecuarista moderno ou tecnificado.

Em um mercado competitivo onde a qualidade é o ponto chave torna-se necessário produzir mais com fatores de produção intensamente utilizados.

O pecuarista tradicional dificilmente obtém custos compatíveis com o mercado. Já o pecuarista tecnificado apresenta um custo adequado, reorganiza-se nos conceitos de grupo e de cadeia produtiva. Ademais, utiliza as técnicas de produção disponíveis como manejo alimentar, genético reprodutivo, sanitário e administrativo-gerencial. O emprego de referidas técnicas possibilita maior retorno por unidade de capital investido e o ganho encontra-se na eficiência e não mais no preço.

A produção paranaense de leite ocupa a 5ª posição a nível nacional, com um volume de 2,2 bilhões de litros, significando aproximadamente 10% da produção brasileira.

Ainda dentro do conceito de globalização e dos conceitos de qualidade torna-se essencial a integração da cadeia e o desenvolvimento de parcerias.

De acordo com estudo recente da cadeia produtiva de leite no Paraná, a produtividade estadual encontra-se ao redor de 1.100 litros/vaca/ano, superior a produtividade média nacional, porém ainda, abaixo dos parâmetros mundiais.

Atualmente a Argentina exporta ao preço aproximado de 40 dólares/arroba. Entretanto, hoje, o Paraná vende sua carne bovina por 16 dólares/arroba, por não ter conseguido, ainda o certificado para exportar. Essa autorização só é obtida por Estado que complete cinco anos sem ocorrência de aftosa. Estamos no quarto ano sem aftosa - e todo o esforço deve ser feito para completar o período exigido pelos países importadores, e, conservá-los.

Por esta razão entendemos que os produtos paranaenses só conquistarão uma participação mais efetiva no mercado internacional se garantirem a qualidade sanitária.

A questão sanitária e a qualidade são vitais na concorrência mundial.

No cenário globalizado de hoje, é fundamental que além do menor custo, busquemos sempre a qualidade, comprovando-se a curto prazo a ausência do vírus da febre aftosa no rebanho bovino do Paraná.

O Paraná, é bem verdade, vem realizando um grande esforço no sentido de reforçar o seu sistema de defesa agropecuária sanitária, com vistas a atender ao programa de qualidade e competitividade dos produtos agropecuários e seus derivados.

Já se foi o tempo em que o empirismo reinava. Na época que vivemos o planejamento e a técnica vieram substituir os métodos rotineiros.

A premência de uma política séria que propicie a credibilidade da produção animal diante da necessidade de sua comercialização nos mais diversos e exigentes mercados mundiais, também serviu como objeto embasador da propositura do presente projeto de lei.

Posto isto, observados os preceitos legais que embasam a matéria, conclamamos os nobres pares desta augusta Casa de Leis para a unânime aprovação do Projeto em análise, por se tratar de justa reivindicação da classe produtora e primordial ao desenvolvimento do rebanho que representa o lastro da economia do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 193/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

## **TÍTULO I**

### **DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO**

Art. 1º - A educação no Estado do Paraná, baseado nos ideais de liberdade, solidariedade e de democracia, vinculada à prática social, ao exercício da cidadania e ao mundo do trabalho, será organizada e regida pelo sistema Estadual de Ensino.

§ 1º - O sistema de ensino do Estado do Paraná, com caráter unitário, autônomo e permanente, integra o Sistema Nacional de Ensino, observando a legislação federal pertinente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§ 2º - O sistema estadual de ensino disciplina a organização da educação escolar, que se desenvolve, obrigatoriamente, por meio do ensino cientificamente elaborado, em instituições próprias, no âmbito do Estado do Paraná.

§ 3º - Não integra o sistema estadual os estabelecimentos da Rede Federal, as faculdades e universidades criadas e mantidas pela iniciativa privada.

## **TÍTULO II**

### **DA ORGANIZAÇÃO, PRINCÍPIOS E FINALIDADES**

Art. 2º - A organização do Sistema Estadual de Ensino compreende:

I - As instituições de ensino mantida pelo Poder Público Estadual e as Redes Municipais públicas e privadas, em todos os seus níveis e modalidades, bem como os órgãos normativos e de administração do ensino;

II - As instituições de Educação superior mantidas pelo Poder Público Municipal;

III - O Fórum Estadual de Educação;

IV - Os órgãos e serviços educacionais públicos de caráter normativo, administrativo e de apoio técnico à educação, no âmbito do Estado;

V - O Conselho Estadual de Educação.

Art. 3º - O Sistema Estadual de Ensino orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I - Universalização da Educação Básica com padrão de qualidade, em todas as modalidades;

II - Gestão democrática da política educacional;

III - Fortalecimento das unidades escolares descentralizando as decisões e execuções;

IV - Colaboração entre as esferas estadual e municipal do Poder Público com caráter supletivo e redistributivo dos recursos;

V - Valorização dos profissionais de educação com garantia de condições adequadas de trabalho, regime jurídico único e de constante aperfeiçoamento profissional;

VI - Participação dos organismos da sociedade civil, dos agentes da educação dos discentes na elaboração de propostas pedagógicas e das políticas educacionais;

VII - Integração entre os diferentes níveis de ensino, às política e planos educacionais da União;

VIII - Gratuidade absoluta do ensino nos estabelecimentos públicos, com garantia e obrigatoriedade de acesso e permanência ativa;

IX - Atuação prioritária no ensino Fundamental e Médio.

Art. 4º - O Sistema Estadual de ensino tem por finalidade:

I - Sistematizar, organizar e reger as instituições de Ensino Estaduais e os Sistemas Municipais de Ensino;

II - Garantir a Educação Básica obrigatória e gratuita, sendo o acesso às instituições oficiais direito público subjetivo;

III - Regulamentar currículos e calendário escolar;

IV - Oferecer a Educação Superior nas suas diversas modalidades em colaboração com o sistema Nacional de Educação;

V - Garantir formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independente da escolarização anterior;

VI - Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior, mantidos pelo governo estadual e demais estabelecimentos de ensino;

VII - Normatizar o funcionamento das instituições privadas, com exceção das de ensino superior.

Art. 5º - As ações educacionais no âmbito do Sistema Estadual de Ensino serão realizadas

me-diante a articulação das redes estadual, municipais e privadas, em todos os níveis e modalidades de ensino, em colaboração com a rede pública federal, para garantir a universalização da Educação Básica e padrão de qualidade os termos da legislação pertinente

§ 1º - A divisão de responsabilidade em educação pública, entre o Estado e os municípios será definida segundo disposto nesta lei, obrigando o estado a suprir os municípios para garantir o acesso a escolaridade obrigatória e gratuita, definida como direito público subjetivo pela Constituição Federal.

### **TÍTULO III DAS INSTITUIÇÕES**

Art. 6º - Nenhum estabelecimento de ensino do Sistema Estadual poderá ministrar aula enquanto não obtiver do Poder Público Estadual autorização para o seu funcionamento, nos termos desta lei e observadas as normas que forem fixadas pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 7º - As instituições de ensino classificam-se em:

I - Públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II - Privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas jurídica de direito privado, enquadradas nas categorias particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas.

Art. 8º - O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições para funcionamento:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do sistema estadual de ensino.

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público Estadual.

Art. 9º - Na autorização para o funcionamento de instituições privadas, ou de seus cursos, o Sistema Estadual de Ensino deverá exigir, além das diretrizes fixadas em lei e do cumprimento das normas específicas os órgãos estaduais competentes, o atendimento aos seguintes requisitos:

I - proposta pedagógica e de organização institucional capazes de assegurar padrão de qualidade;

II - participação da comunidade docente na definição pedagógica;

III - piso salarial e possibilidade de aperfeiçoamento docente;

IV - viabilidade econômica;

V - liberdade de crença e de expressão, vedada qualquer discriminação;

VI - aperfeiçoamento profissional aos profissionais da educação e funcionários.

§ 1º - as instituições privadas na categoria particular, não receberão auxílio financeiro de qualquer natureza ou forma, do Poder Público Estadual.

Art. 10 - Além das condições estabelecidas no artigo anterior, a autorização para funcionamento de instituições de ensino privadas não lucrativas, nas categorias comunitárias, filantrópicas e confessionais, depende de comprovação das seguintes condições:

I - Objetivos exclusivamente educacionais;

II - Instituição mantenedora, quando houver, sem fins lucrativos e com objetivos idênticos restritos aos da instituição de ensino por ela mantida;

III - Constituição sob forma de associação, sociedade civil ou fundação de direito privado;

IV - Contabilidade unificada da instituição e da mantenedora com publicação anual de balanço contábil;

V - Recursos suficientes para sua manutenção, que os repasses do Poder Público não ultrapassem a quinze por cento do orçamento de custeio;

VI - Dirigentes não-vitalícios, observados, para sua remuneração, parâmetros equivalentes aos das instituições públicas de igual porte;

VII - Aplicação dos excedentes financeiros nos fins da instituição;

VIII - Destinação de seu patrimônio a outra instituição de ensino comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público no caso de encerramento de suas atividades;

§ 1º - Excluem-se do limite estabelecido no Inciso V do artigo anterior:

a) as instituições especializadas no atendimento de portadores de deficiência;

b) as instituições que mantenham gratuidade plena para todos os alunos;

c) os recursos destinados a instituições de Educação Superior para aplicação específica e exclusiva em projetos de pesquisas e extensão, devidamente aprovadas pelos órgãos públicos competentes, observadas as normas e limites percentuais estabelecidos pelo órgão normativo correspondente.

§ 2º - No caso de instituição de ensino ou respectiva mantenedora organizada sob a forma de fundação, o recebimento de recursos públicos dependerá de demonstração de que a entidade instituidora não tem finalidade lucrativa.

Art. 11 - As instituições públicas de ensino e aquelas que recebem recursos públicos para a sua

manutenção observarão, em sua organização e administração as seguintes diretrizes:

I - constituição dos conselhos escolares, com representação da comunidade interna e externa à escola;

II - autonomia da comunidade escolar na gestão do ensino;

III - a participação da comunidade escolar no processo de escolha dos dirigentes

IV - ofertar os serviços de Psicologia Escolar, de Supervisão e Orientação Escolar, com especialistas da área;

Parágrafo Único - Em se tratando de instituição de ensino superior, serão observadas também disposições específicas.

Art. 12 - Os órgãos normativos dos sistemas de ensino assegurarão, às unidades escolares públicas, autonomia pedagógica administrativa e de gestão financeira.

Parágrafo Único - A gestão financeira das unidades de qualquer nível incluirá competência para o ordenamento e a execução de gastos rotineiros de manutenção e custeio, excetuados os relativos a pessoal.

Art. 13 - A escolha de diretores para os estabelecimentos educacionais no âmbito do Sistema Estadual de Educação, será em escrutínio direto e secreto, garantida a condução democrática do processo eleitoral e a nomeação do mais votado pela Secretaria Estadual de Educação.

§ 1º - Poderão ser votados os Professores ou Especialistas de Educação, do quadro efetivo, permitida uma única reeleição consecutiva.

§ 2º - Conselho Estadual de Educação baixará norma regulamentando o processo eleitoral e o respectivo calendário.

Art. 14 - À direção dos estabelecimentos educacionais é assegurada autonomia administrativa, financeira e pedagógica, desde que seja observada a participação colegiada do Conselho Escolar e da Associação de Pais no planejamento educacional e na fiscalização dos atos administrativos, previstos nos Regimentos Escolares.

Art. 15 - O Conselho Escolar formado por funcionários, professores, alunos, e por membros da Associação de Pais, e caráter deliberativo, é órgão definidor das políticas educacionais de cada estabelecimento de ensino, com funções de planejamento avaliação fiscalização administrativa, financeira e pedagógica, regulamentado no Regimento Escolar.

Parágrafo Único - No Conselho Escolar participarão s representantes dos alunos através de entidade representativa e autônoma, de livre orga-

nização, nos termos da Lei Estadual número 7.398/85.

Art. 16 - A Associação de Pais, constituída juridicamente tem por finalidade representar as aspirações da comunidade, auxiliar nos objetivos educacionais e promover a integração dos pais junto à escola.

Art. 17 - Cada estabelecimento terá o Regimento Escolar elaborado pela direção e pela Associação de Pais, aprovado em assembléia escolar, que disciplinará o funcionamento da escola, observando o disposto nos artigos anteriores e a legislação vigente.

#### **TÍTULO IV**

##### **DO FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

Art. 18 - O Sistema Estadual de Ensino tem como órgão definidor das políticas educacionais, para a formulação do Plano Estadual de Educação e dos critérios pedagógicos, o Fórum Estadual de Educação.

Parágrafo Único - O Fórum terá como competência o controle dos dispositivos legais relativos à educação, incluído o acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros destinados ao ensino.

Art. 19 - O Fórum Estadual de Educação, órgão autônomo e de representação das entidades interessadas em educação, organizada no âmbito da sociedade civil, reunir-se-á no mínimo uma vez por ano, ou por ocasião da elaboração do Plano Estadual de Educação ou extraordinariamente quando necessário.

Art. 20 - O Fórum Estadual de Educação será formado por delegados eleitos nas Conferências em cada município no âmbito da Rede Estadual de Educação e indicados pelos Conselhos Municipais de Educação, em proporção a ser definida pelo Conselho Estadual de Educação.

§ 1º - As Conferências de cada município debaterão as questões relativas à educação, proporão teses, propostas pedagógicas e alternativas educacionais, farão a avaliação do sistema de ensino e a eleição dos delegados ao Fórum Estadual.

§ 2º - As Conferências nos Municípios serão convocadas pelo Conselho Estadual de Educação, que normatizará seu funcionamento, sendo que delas participarão professores, entidades educacionais, Conselhos Escolares, sindicatos, pais, alunos e funcionários integrantes da Rede Estadual de Educação, sob a coordenação de uma mesa diretiva a ser eleita no início do evento.

Art. 21 - Cabe ao Fórum Estadual de Educação, elaborar seu Regimento Interno, observadas as disposições legais aplicadas.

Art. 22 - A presidência, a vice-presidência e a secretaria do Fórum Estadual de Educação serão eleitas diretamente pelo conjunto de seus membros para cumprir mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Parágrafo Único - A mesa diretiva do Fórum, em articulação com o Conselho Estadual de Educação, atuará no sentido de garantir o disposto no artigo 14 e seus parágrafo.

## **TÍTULO V**

### **DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

Art. 23 - O Conselho Estadual de Educação, órgão normativo do sistema deliberativo e regulador das políticas educacionais do Estado e de coordenação do Sistema Estadual de Educação, será organizado de forma a que sejam assegurados plena autonomia de funcionamento e representatividade na sua composição, os termos do artigo 228 da Constituição Estadual.

Art. 24 - Compete ao Conselho Estadual de Educação:

a) autorizar funcionamento e supervisionar as instituições de ensino e de seus cursos nas redes públicas e privadas;

b) definição de diretrizes complementares para o perfeito funcionamento das unidades escolares e do Sistema Estadual de Educação;

c) assegurar o funcionamento do Fórum Estadual de Educação, bem como a aplicação de suas propostas e deliberações.

d) orientar o funcionamento dos sistemas estadual e municipais de educação, a luz da interpretação legal da boa prática pedagógica;

e) propor suspensão de ato administrativo da Secretaria de Educação ou do Poder Executivo, por meio de Decreto Legislativo a ser apreciado pela Assembléia Legislativa do Paraná.

f) declarar a perda do mandato o conselheiro, nos termos desta lei e do que dispuser o Regimento Interno;

g) sugerir medidas, promover e divulgar estudos sobre o sistema estadual de ensino;

h) disciplinar as modalidades educacionais, como Educação à Distância, Indígena, de Jovens e Adultos, Rural e Especial;

i) emitir pareceres e resoluções sobre assuntos e questões de natureza pedagógica e legais, por provocação das autoridades estaduais, das direções escolares e das entidades sindicais;

j) manter intercâmbio com o Conselho Nacional de Educação;

k) elaborar normas especiais complementares ao disposto nesta Lei, de acordo com as definições do Fórum Estadual de Educação e demais leis;

l) auorizar o funcionamento e a organização de escolas experimentais;

m) instituir normas para cassação de funcionamento de escolas e outras instituições que estejam em desacordo com a legislação;

n) credenciar escolas ou institutos para a realização de exame de suficiência;

o) propor modificações da legislação, bem como adoção de leis especiais ao Poder Legislativo a respeito do sistema;

p) estabelecer diretrizes curriculares para os estabelecimentos escolares no âmbito da Educação Básica;

q) emitir normas para a avaliação do ensino e dos estabelecimentos escolares, afim de garantir padrões mínimos de qualidade e propor ações para sua melhoria;

r) normatizar sobre as estratégias curriculares para a educação infantil;

s) definir o currículo para o ensino religioso após ouvida a comunidade religiosa;

t) outras atribuições definidas nesta lei ou legislação federal.

Art. 25 - O Conselho Estadual de Educação será integrado por dezoito membros titulares e igual número de suplentes, escolhidos entre educadores de reconhecida qualificação, com destacada atuação dos diferentes níveis e modalidades do ensino paranaense e representantes das entidades organizadas da sociedade civil, om a seguinte composição:

a) cinco educadores indicados pelo Poder Executivo;

b) cinco educadores indicados pelas instituições educacionais;

c) cinco educadores indicados pelas entidades sindicais ligadas à educação, sendo a indicação proporcional ao número de sindicalizados;

d) um educador indicado pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

e) dois educadores indicados pelo Fórum Estadual de Educação.

Parágrafo Único - Assegurar-se-á na composição final do Conselho Estadual de Educação a presença majoritária de integrantes vinculados à educação pública.

Art. 26 - Todos os membros do Conselho Estadual de Educação serão nomeados pelo Governador do Estado para mandato de quatro anos,

admitida uma única recondução, cessando a cada dois anos, o mandato da metade dos Conselheiros.

§ 1º - Em caso de vaga deixada pelo suplente, a nomeação será pelo governador, observando as indicações das respectivas entidades conforme artigo 25, a fim de completar o prazo do mandato do substituído.

§ 2º - A extinção do mandato de conselheiro será nos casos de:

- a) morte ou renúncia;
- b) ausência injustificada por mais de quatro reuniões consecutivas ou seis alternadas;
- c) doença que exija licenciamento superior a dois anos;
- d) procedimento incompatível com a função;
- e) outras determinações do Regimento Interno, neste sentido.

Art. 27 - O Conselho Estadual de Educação, unidade orçamentária do Poder Executivo gozará de autonomia administrativa, cabendo-lhe elaborar seu Regimento Interno observadas as disposições legais aplicadas.

§ 1º - O Conselho Estadual de Educação se organizará internamente em Câmaras temáticas, cujo número, denominação, atribuições e combinação serão previstos no seu Regimento Interno.

§ 2º - A Presidência e vice-Presidência do Conselho será eleita diretamente pelo conjunto de seus membros para cumprir mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 3º - As deliberações, atos e resoluções do Conselho terão validade após publicação no Diário Oficial.

## TÍTULO VI

### DOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Art. 28 - Os municípios poderão organizar suas redes de ensino, desde que autorizados pelo órgão normativo do Sistema Estadual de Ensino, obedecidos os requisitos e normas gerais, considerados dentre outros fatores, as condições de trabalho do corpo docente e suas qualificações e as taxas de escolarização do ensino fundamental.

Parágrafo Único - Os sistemas municipais reorganizarão seus parques escolares, com a progressiva extinção das escolas multiseriadas ou unidocentes isoladas, para fins de economia de recurso e melhor qualidade de ensino, podendo proceder a nuclearização escolar.

Art. 29 - Os sistemas de ensino dos municípios, quando constituídos, orientar-se-ão, segundo as normas de planejamento, administração

democrática e a forma colegiada e representativa, através dos Conselhos Municipais de Educação.

§ 1º - Os Conselhos Municipais de Educação, órgão definidor das políticas educacionais de cada município, integrará o Sistema Municipal de Ensino, sendo sua composição e atribuições, definido em lei municipal.

§ 2º - Os Conselheiros Municipais serão eleitos, para mandatos de dois anos, por ocasião da Conferência Municipal de Educação, no âmbito do Sistema Municipal de Educação, garantida a participação dos Conselhos Escolares.

§ 3º - Os Conselheiros Municipais participarão do Fórum Estadual de Educação, conforme disposto no artigo 14 desta lei.

§ 4º - O Poder Público Municipal colocará à disposição da fiscalização dos Conselheiros os registros e demonstrativos mensais da aplicação financeira dos fundos e demais recursos do ensino fundamental.

Art. 30 - Além do disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e demais leis, compete aos sistemas de ensino dos municípios:

- a) sistematizar, organizar e reger as instituições de ensino municipais;
- b) autorizar e supervisionar as instituições de educação infantil, públicas ou privadas;
- c) apoiar o ensino não formal, no âmbito da sociedade civil, especialmente os de alfabetização;
- d) garantir o Ensino Fundamental e a Educação Infantil pública e gratuita, em suas diversas modalidades;
- e) orientar currículos e calendário escolar;
- f) garantir formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independente da escolarização anterior;
- g) assegurar e oferecer a Educação Especial;
- h) realizar as Conferências Municipais de Educação e garantir a criação dos Conselhos Escolares;
- i) estimular o surgimento das Associações de Pais;
- j) normatizar sobre o ensino rural fundamental;
- k) organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do seu sistema de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e do Estado;
- l) exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;
- m) matricular todos os educandos a partir dos sete anos de idade e, facultativamente, a partir dos seis anos, no ensino fundamental;
- n) promover cursos presenciais ou à distância, a jovens e adultos, insuficientemente escolarizados;

- o) realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício;
- p) integrar-se ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar;
- q) estabelecer estratégias para, até o fim da Década da Educação, admitir em seus quadros apenas docentes habilitados em nível superior;
- r) estabelecer mecanismo para adoção progressiva de regime de tempo integral para o ensino fundamental;
- s) estabelecer mecanismos para autorizar o funcionamento e para avaliar a qualidade do processo educativo nas escolas privadas.

Art. 31 - Para a autorização de funcionamento das instituições de educação infantil, os sistemas municipais de ensino, observarão:

I - justificativa para implantação da instituição;

II - fundamentação do currículo, princípios e concepções pedagógicas, com as respectivas propostas de organização didática;

III - relatar a concepção de criança e de seu desenvolvimento no contexto escolar adotado pela instituição;

IV - demonstrar a dinâmica curricular com a organização de conteúdos e atividades para o desenvolvimento físico, intelectual, social e cultural da criança;

V - relatar a ação pedagógica adotada pela instituição, bem como, a forma de registro da avaliação.

## **TÍTULO VII**

### **DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

#### **Capítulo I**

#### **Da Educação Infantil**

Art. 32 - A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, dever do Estado e da família, deve garantir:

I - condições para o desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional, possibilitando o processo de construção de conhecimento pela criança;

II - a ampliação do contato direto da criança com o mundo natural e com o mundo social;

III - ambiente equipado e organizado, com materiais adequados à faixa etária deste nível de ensino, que proporcionem condições para a exploração ativa da criança;

IV - efetivação de propostas educacionais que considerem o caráter lúdico como base do processo e aprendizagem da criança desta faixa etária.

Art. 33 - A educação infantil será oferecida em creches, para crianças de zero a três anos, e em pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos, e constitui direito da criança e de seus pais, e dever do Estado e família, na forma dos artigos 7º, XXV, 30, VI e 227 da Constituição.

§ 1º - As creches e pré-escolas, integradas ou isoladamente, públicas ou privadas, constituem instituições de educação infantil e, como tal, incluem-se no Sistema de Ensino dos municípios e, quando inexistentes estes, no Sistema Estadual, a ele cabe a autorização e supervisão do seu funcionamento, inclusive quando mantidas pelas empresas para os filhos de seus empregados.

§ 2º - As instituições referidas neste artigo cumprirão precipuamente funções de educação, assegurando ao mesmo tempo, saúde e assistência, em complementação à ação da família, e quando mantidas pelo Poder Público, contarão com recursos do sistema de saúde e assistência social, além daqueles específicos para a educação.

§ 3º - As instituições de Educação Infantil deverão atender as crianças portadoras de necessidades especiais.

§ 4º - As instituições que abrigam crianças sem família deverão garantir a frequência destas em estabelecimentos de educação infantil, ou oferecer o mesmo tipo de atendimento educacional exigido.

§ 5º - São condições mínimas de funcionamento das instituições:

I - As turmas terão alunos na razão máxima, observando:

a) até um ano, um educador para seis crianças;

b) de um a dois anos, um educador para oito crianças;

c) de dois a três anos, um educador para dez crianças;

d) de três a quatro anos, um educador para cada quinze crianças;

e) quatro a seis anos, um educador para cada vinte crianças.

II - O espaço físico necessário para o atendimento infantil deverá ser em média de dois metros quadrados de área construída e de quatro metros quadrados de área livre ou coberta para recreação, por criança.

III - O espaço físico deverá oferecer condições mínimas de salubridade, garantindo ventilação, iluminação, saneamento e segurança.

IV - Oferta obrigatória de atendimento ininterrupto durante o ano ou programas alternativos de caráter educacional para atendimento durante os períodos de recesso escolar, sendo a frequência facultativa.

Art. 34 - As creches e pré-escolas constituirão responsabilidade dos municípios e contarão, necessariamente, com a colaboração do Estado.

§ 1º - O Estado prestará assistência técnica e financeira aos municípios, no atendimento à educação infantil.

§ 2º - os recursos públicos destinados à educação infantil serão aplicados prioritariamente no atendimento a áreas habitadas por população de baixa renda.

§ 3º - Em cada sistema de ensino deve haver um setor da Educação Infantil, com o objetivo de orientar, executar, fiscalizar políticas específicas para a educação infantil, bem como garantir a qualificação dos profissionais deste nível de ensino.

§ 4º - Garantir uma equipe multiprofissional no sistema para orientar as instituições de educação infantil no que se refere aos aspectos pedagógicos, psicológicos e nutricionais.

§ 5º - Os Conselhos Escolares e os Conselhos Municipais serão os órgãos definidores das políticas para este nível educacional, inclusive para as definições curriculares e de funcionamento da Creche e da pré-Escola.

§ 6º - Enquanto o município não possuir o atendimento à educação infantil no próprio sistema, a oferta será de responsabilidade do Estado.

Art. 35 - As empresas públicas, privadas e de economia mista, com no mínimo cem empregados, serão obrigadas a manter creches e pré-escolas para os filhos e dependentes dos seus empregados, por força do art. 7º, XXV, da Constituição Federal, ou contribuir para a sua manutenção através do Salário-creche.

§ 1º - A manutenção destas instituições poderá ser direta ou através de convênios autorizados pelo órgão competente do Sistema de Ensino.

§ 2º - O Salário-creche, independente do recolhimento do Salário-educação, será obrigatoriamente revertido pelo poder público na manutenção, ampliação ou construção de creches e pré-escolas públicas, sendo que a lei disporá sobre o valor e a forma de seu recolhimento.

Art. 36 - O poder público estadual e municipal, através de cooperação e recursos específicos de financiamento, próprio ou oriundos de órgãos federais, desenvolverão programas suplementares que garantam o direito das famílias trabalhadoras no atendimento de crianças de zero a seis anos.

§ 1º - Os programas previstos no caput deste artigo terão como objetivos a expansão e manutenção de creche e pré-escolas, bem como estratégias que possibilitem a progressiva extensão de sua oferta.

§ 2º - Estes programas poderão ser estendidos, mediante convênio, a entidades comunitárias ou assistenciais que mantenham instituições de educação infantil.

Art. 37 - Os conteúdos curriculares da Educação Infantil terão orientação estadual, estabelecida pelo Conselho Estadual de Educação, cabendo a cada instituição a elaboração de sua proposta pedagógica.

§ 1º - As propostas curriculares serão articuladas com o ensino fundamental.

§ 2º - A avaliação, de característica diagnóstica, far-se-á mediante acompanhamento do desenvolvimento da criança, sua forma de elaborar o conhecimento em processo contínuo, sem julgamento de aprovação, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

§ 3º - A avaliação deverá subsidiar permanentemente o professor, permitindo:

I - a organização das ações junto às crianças;

II - a observação, a reflexão e o diálogo, centrados nas manifestações de cada criança, com o acompanhamento do cotidiano escolar;

III - as anotações, registros e relatórios deverão retratar as aquisições feitas pela criança;

IV - os registros finais, elaborados ao término do ano letivo, com caráter descritivo, deverão conter parecer sobre os diferentes aspectos do processo de desenvolvimento e de aprendizagem do aluno;

§ 4º - A avaliação não terá caráter de retenção, nem de seleção das crianças para a constituição de turmas pretensamente homogêneas.

Art. 38 - Os conteúdos curriculares não terão como objetivo central a leitura e a escrita de forma sistemática, mas aprimorando a linguagem oral e gestual e noções da linguagem escrita.

Parágrafo Único - O jogo e o brinquedo serão formas de aprendizagem mais importantes a serem utilizadas com as crianças, articulando os conhecimentos em relação ao mundo em que vive.

## **Capítulo II**

### **Do Ensino Fundamental**

Art. 39 - O ensino fundamental, etapa da educação básica em duração mínima de oito anos, obrigatório a partir dos seis anos completos, no ato da matrícula, tem por objetivos específicos:

I - O domínio progressivo de leitura, da escrita e do cálculo, enquanto instrumentos para a compreensão e soluções dos problemas humanos e o acesso sistemático aos conhecimentos;

II - A compreensão das leis que regem a natureza e as relações sociais;



III - O desenvolvimento da capacidade de reflexão e criação, em busca de uma participação consciente no meio social.

Art. 40 - É dever do Poder Público Estadual, com a colaboração dos municípios e da União, garantir a universalização do ensino fundamental com plena oferta de vagas em todas as séries do Ensino Fundamental, na rede pública de ensino, inclusive para os que a ele não tenham acesso na idade própria, com os seguintes mecanismos:

I - recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental;

II - fazer-lhe chamada pública;

III - zelar, junto aos pais e responsáveis, ou o Conselho Tutelar, pela frequência à escola;

Art. 41 - A oferta do ensino fundamental deverá assegurar padrão de qualidade, entendido como condição para apropriação ativa e crítica dos conteúdos essenciais do desenvolvimento dos educandos, definido com variedade e quantidades indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem:

a) recursos humanos com qualificação e valorização profissional;

b) material didático escolar gratuito e de qualidade;

c) transporte de regiões rurais de difícil acesso e periferias da região urbana para professores e alunos.

Art. 42 - Os critérios de avaliação do padrão de qualidade, que trata o artigo anterior, serão definidos pelo Conselho Estadual de Ensino, respeitando as diretrizes nacionais e assegurando as seguintes condições:

I - garantia de carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuída em um mínimo de duzentos dias de trabalho escolar efetivo, sendo a jornada de pelo menos quatro horas, excluindo o tempo destinado para recreio e merenda;

II - garantia de relação adequada de número de alunos e de professores, respeitando na matrícula o limite máximo de vinte e cinco alunos nas classes de alfabetização, primeira e segunda séries, e trinta e cinco alunos para as demais séries;

III - estabelecimento de diretrizes curriculares para orientar a elaboração dos currículos pelas escolas que integrem o Sistema Estadual de Ensino;

IV - garantia de participação do professor na discussão e implementação da proposta pedagógica, assegurando em calendário escolar, períodos para planejamento das atividades didáticas, aperfeiçoamento docente, acompanhamento pedagógico e hora-atividade;

V - adoção de medidas de enfrentamento da repetência e evasão, assegurando atendimento didático ao aluno, inclusive em horário alternativo, em todas as séries do ensino fundamental, assim como acompanhamento pedagógico aos professores envolvidos em tais práticas.

§ 1º - A garantia das condições acima estabelecidas, de responsabilidade do Poder Público, deverá ser assegurada a todas as escolas que integrem o sistema estadual de ensino diurno e noturno.

§ 2º - A avaliação destas condições será feita periodicamente em todos os estabelecimentos de ensino que integram o sistema, pela Secretaria de Estado da Educação, sob a coordenação do Conselho Estadual, com a participação do Fórum Estadual, com vistas à reorientação das políticas educacionais.

Art. 43 - É dever do Poder Público assegurar a oferta regular de ensino noturno fundamental, com o mesmo padrão de qualidade do diurno.

Art. 44 - Na oferta de ensino fundamental para as comunidades rurais, as condições climáticas deverão ser consideradas para efeito de elaboração do calendário escolar, sem prejuízo da carga horária mínima estabelecida, assegurando o mesmo padrão de qualidade.

Art. 45 - O ensino fundamental será organizado em séries anuais, podendo haver o processo de aceleração para aqueles com consecutivas repetências ou idade fora da série regular, observando:

I - não avançar mais que duas séries pela aceleração;

II - material didático próprio, proposta pedagógica apropriada e professores exclusivos e especializados.

Art. 46 - Os currículos do ensino fundamental abrangerão obrigatoriamente o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural, da realidade social e conhecimentos de meio ambiente, ética, sexualidade, saúde e da pluralidade cultural.

§ 1º - Os conteúdos relativos aos conhecimentos especificados no "caput" deverão respeitar a base nacional comum, a ser complementada, por normas do Sistema Nacional de Ensino, com uma parte diversificada.

§ 2º - Na parte diversificada do currículo, será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna.

§ 3º - O tratamento dos conteúdos curriculares levará em conta como ponto de partida tanto a

aprendizagem anterior do aluno quanto a prática social em que está inserido.

§ 4º - Caberá a cada instituição de ensino elaborar o seu currículo pleno, observado o disposto nesta lei e as diretrizes do Conselho Nacional de Educação e do Conselho Estadual de Educação.

§ 5º - A partir de quinta série do ensino fundamental as aulas contarão com professores com formação específica em cada área do conhecimento.

§ 6º - É obrigatório o ensino do canto e da interpretação da letra do Hino Nacional e do Hino do Paraná nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental, nos termos da Lei Federal nº 5.700/71.

Art. 47 - A avaliação da aprendizagem, de caráter diagnóstico, deverá observar os seguintes critérios:

I - prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os resultados finais;

II - recuperação paralela ao longo do período letivo, em horário alternativo;

III - aproveitamento parcial de estudos concluídos com êxito;

IV - realização de Conselhos de Classe, ao longo do ano letivo, previstos em calendário escolar, sem prejuízo de carga horária mínima anual.

Art. 48 - O ensino fundamental se organizará, ainda, de acordo com as seguintes regras:

I - a matrícula será feita, excetuando a primeira série, por promoção, transferência ou avaliação feita pela escola, que defina o grau de aprendizado do candidato independentemente da escolarização anterior, observando critérios estabelecidos pelos órgãos competentes do Sistema de Ensino;

II - poderão organizar-se classes ou turmas com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes ou outros componentes curriculares em que tal solução se recomende;

III - o controle de frequência ficará a cargo de cada estabelecimento de ensino, conforme o disposto no seu Regimento Interno, exigida a frequência mínima de setenta e cinco de comparecimento à escola, observadas as normas do Conselho Estadual de Educação;

IV - a progressão parcial do aluno, a ser regulamentado pelo Conselho Estadual de Educação, será assegurada, mediante frequência regular nas disciplinas em dependência da série anterior, em horário alternativo, exceto para as quatro primeiras séries.

Art. 49 - Às crianças em idade escolar sem família ou que a tenha, mas em situação de miséria, o Estado e o município implementarão programas

que viabilizem o acesso regular e sua permanência na escola, de forma ativa.

§ 1º - Os programas incluirão cesta básica de alimentos às famílias ou às instituições que mantenham crianças em situação de abandono, bem como estímulos financeiros a ser resgatado na Caderneta de Poupança, ao término de determinada escolaridade, a ser definido em lei.

§ 2º - Os referidos programas terão o acompanhamento e avaliação do Conselho Tutelar dos municípios.

Art. 50 - O Poder Público oferecerá a Educação de Rua, para atender às crianças em idade escolar em situação de abandono, com abordagem sem o caráter repressivo, para a alfabetização, orientação cidadã e para o encaminhamento ao ensino regular.

Parágrafo Único - Para atender o disposto neste artigo, o Governo Estadual e os municípios formarão Educadores de Rua para a abordagem sistemática a estas crianças, observando o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, em articulação com os Conselhos Tutelares.

Art. 51 - A implantação do ensino de período integral deverá ocorrer somente após a universalização do ensino fundamental com a garantia de padrão mínimo de qualidade, e simultaneamente em todas as unidades escolares, através da ampliação gradativa da jornada escolar, observando o disposto no Plano Nacional de Educação.

### **CAPÍTULO III**

#### **Do Ensino Médio**

Art. 52 - O ensino médio constitui-se na etapa final da educação básica e, portanto, deve garantir o acesso à formação para o exercício da cidadania, da profissão e o prosseguimento em estudos posteriores.

Art. 53 - A educação básica no ensino médio deve associar as bases de uma educação tecnológica e politécnica à educação mais geral, possibilitando ao aluno a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada disciplina.

Art. 54 - O princípio deve reger o currículo do ensino médio que compreenderá:

a) a qualificação intelectual geral, em articulação com o trabalho socialmente produtivo;

b) o estudo da língua portuguesa como instrumento de interação, comunicação e acesso ao conhecimento;

c) o estudo da matemática e das ciências físicas e naturais, em relação ao mundo da produção;

d) o conhecimento da realidade social e política através do estudo das ciências humanas e das artes;

e) o estudo de uma língua estrangeira moderna obrigatória e de uma optativa, sendo que a língua estrangeira obrigatória no estado será unificada;

f) as disciplinas de Educação Física, Filosofia e Sociologia como obrigatórias;

g) as disciplinas de conhecimento dos processos tecnológicos nas diversas áreas, com ênfase na qualificação em que a escola e a comunidade escolher, a título de Auxiliar Técnico.

Art. 55 - Considerando a peculiaridade da clientela do ensino médio, as metodologias do ensino e avaliação adotadas neste nível de ensino devem favorecer o desenvolvimento da iniciativa e da autonomia intelectual e moral do estudante.

Parágrafo Único - A progressão parcial do aluno, a ser regulamentado pelo Conselho Estadual de Educação, será assegurada, mediante frequência regular nas disciplinas em dependência da série anterior, em horário alternativo.

Art. 56 - A formação técnico-profissional não substitui a educação regular e quando for oferecida nas instituições do sistema de ensino regular, não poderá acarretar prejuízo na oferta do ensino médio e fundamental.

Art. 57 - Será garantido junto ao Ensino Médio paranaense:

a) democratização do acesso ao ensino médio público e gratuito pelo aumento de oferta de matrículas nos atuais turnos de ensino, mantendo o padrão de qualidade, de maneira a estender a sua obrigatoriedade através de uma política de expansão definida;

b) oferta do ensino gratuito em todos os municípios do Estado, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, vedada a cobrança, a qualquer título, de taxas escolares e outras contribuições dos alunos;

c) existência de quadro docente habilitado na área específica de atuação e com formação pedagógica, de pessoal técnico pedagógico e administrativo compatível com as necessidades do ensino médio, valorizando por condições de trabalho, de qualificação e salários condizentes;

d) condições materiais, bibliotecas e laboratórios que viabilizem as propostas pedagógicas e as pesquisas com caráter científico;

e) condições para a participação do corpo discente nos Conselhos e no processo decisório em

geral, garantindo a eleição de representantes estudantes por seus pares e a existência de grêmios nos estabelecimentos de ensino médio;

f) estabelecimento de número de no máximo quarenta e cinco alunos por turma, compatível com um trabalho pedagógico de qualidade;

g) aos alunos trabalhadores que estudam no período noturno, é garantido condições efetivas de funcionamento das escolas neste turno, com padrão de qualidade idêntico ao ensino diurno.

Art. 58 - Nos municípios com mais de dez mil habitantes, haverá o curso de formação de professores de nível médio, o Normal, observando:

I - currículo que inclua as didáticas por área de conhecimento, a pedagogia, as excepcionalidades, e os conteúdos da Educação Infantil e das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental;

II - prática docente de no mínimo trezentas horas.

## CAPÍTULO IV

### Da Educação Profissional

Art. 59 - A Educação Profissional no Sistema Estadual de Ensino levará em conta o disposto no Decreto Federal nº 2.208/97, e as disposições da presente Lei.

Art. 60 - Em cada município do Estado haverá pelo menos um curso profissional Técnico de nível Médio, público e gratuito, com infra-estrutura suficiente para pesquisas, estudos laboratoriais e para as práticas didáticas.

Art. 61 - Caberá ao Conselho Estadual de Educação, ouvidas as entidade representativas do setor educacional e do ensino médio, regulamentar a educação profissional, observadas as diretrizes do Conselho Nacional de Educação, garantindo no Sistema:

I - as alternativas de frequência concomitante, integrado ou após a conclusão do ensino médio, aos alunos dos cursos Técnicos;

II - modificação do curso ofertado, tendo em vista a saturação do mercado de trabalho e a exigência da comunidade.

## CAPÍTULO V

### Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 62 - A Educação de Jovens e Adultos, não permanente entendida apenas como medida de caráter emergencial, contará com uma política articulada e constante até erradicar o analfabetismo no Estado e garantir o exercício da cidadania.

§ 1º - Esta modalidade educacional é obrigatória e gratuita;

§ 2º - Para a garantia de uma política constante o Poder Público Estadual e Municipal constará rubrica em todos os orçamentos com valores suficientes para atender a demanda;

§ 3º - Será prioritária e preferencial junto aos assentamentos e acampamentos rurais, bem como junto aos conjuntos habitacionais urbanos;

§ 4º - Será garantida a matrícula, aos jovens e adultos nos estabelecimentos de ensino fundamental regular.

§ 5º - O ensino supletivo para jovens e adultos, será extinguido de forma gradativa, assim que for atingido seus objetivos.

Art. 63 - Será garantido os programas complementares e ambiente adequado para estimular a permanência na escola dos jovens e adultos, compreendendo:

I - funcionamento de cantina, equipe administrativa, pedagógica e secretaria voltada para atendimento especializado ao aluno;

II - distribuição gratuita e suficiente de livros e outros materiais didáticos pelo Poder Público, elaborado por profissionais da área da educação pública de Jovens e Adultos.

III - atendimento pelo programa de transporte escolar.

Art. 64 - Os conteúdos curriculares estarão centrados na prática social e na preparação para o trabalho, sendo que a metodologia de ensino-aprendizagem estarão adequados ao amadurecimento e experiência do aluno e a avaliação levará em conta os conhecimentos informais, inclusive para fins de certificação.

## TITULO VIII

### Da Educação Especial

Art. 65 - A Educação Especial, oferecida preferencialmente na rede pública regular de ensino, para portadores de necessidades especiais, será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Art. 66 - Será garantido recursos financeiros para a Educação Especial, objetivando o entrosamento e intercomplementariedade dos órgãos públicos para a prestação de serviços em todas as áreas da excepcionalidade, a saber: deficiência visual e auditiva, mental, física não sensorial, dis-

túrbio emocional severo, distúrbio de aprendizagem, múltiplas deficiências e superdotação, garantidos os seguintes aspectos:

a) acesso e permanência à Educação a todos os excepcionais, no âmbito de rede Pública;

b) espaço físico, acervo, bibliográfico específico, equipamento e materiais pedagógicos diferenciados;

c) recursos humanos especializados, destacando-se o professor ou pedagogo, profissionais da área de médica e para-médica;

d) política de capacitação recursos humanos, visando a formação e aperfeiçoamento permanente do quadro de profissionais que atuam na Educação Especial.

e) apoio financeiro e incentivo à pesquisa e extensão na área, através do entrosamento com instituições de Ensino Superior.

f) a organização sistemática da Educação Especial prevendo a prestação dos seguintes serviços à comunidade:

I - programas permanentes de prevenção à excepcionalidade;

II - a identificação precoce da excepcionalidade real ou potencial;

III - avaliação diagnóstica objetivando definir a natureza e extensão da excepcionalidade, bem como, o encaminhamento específico;

IV - atendimento educacional através das diversas modalidades e programas de Educação Especial, destacando-se a educação precoce, pré-escolar, escolaridade, iniciação profissional, habilitação e qualificação para o trabalho;

V - Será garantido no Sistema, salas com recursos para atendimento à criança portadora de distúrbios de aprendizagem.

Art. 67 - Para fins de ingresso na Educação Especial, haverá avaliação criteriosa do educando por equipe multidisciplinar, para a efetivação de acordo com as necessidades especiais diagnosticadas.

Art. 68 - Caberá aos Sistemas Municipais de Ensino garantir o acesso aos portadores de necessidades especiais à educação infantil pública e gratuita.

Art. 69 - Será triplicado o valor de recursos para os alunos portadores de necessidades especiais, para fins da distribuição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

Art. 70 - Será providenciado pelo poder Público a adequação do espaço físico das escolas com remoção de barreiras arquitetônicas, salas com

recursos especiais e bibliotecas com acervo adequado.

Art. 71 - Os programas de Educação Especial garantirão:

I - acesso aos recursos da comunidade para fins de transporte, atendimento médico e fisioterápico;

II - acompanhamento paralelo com os pais orientando-os para realização de um trabalho em parceria;

III - alternativas de profissionalização, junto a comunidade, para a pessoa portadora de necessidades especiais preparando-a para ocupar o espaço garantido pela legislação vigente;

IV - repasse de recursos, preferencialmente, às escolas filantrópicas ou comunitárias, em que participam de sua direção, organização e manutenção, pais de alunos com necessidades especiais.

## **TÍTULO IX**

### **DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Art. 72 - A Educação superior realizar-se-á através do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociável e com o objetivo de aperfeiçoamento cultural, preparação profissional, exercício da reflexão crítica, sistematização do saber e a participação na produção.

Art. 73 - Incumbirá ao Poder Público Estadual, através do Conselho Estadual de Educação e com a homologação da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior.

Art. 74 - As Universidades Estaduais terão autonomia administrativa, financeira, pedagógica e didático-científica, com plano de carreira docente, com regime jurídico do seu pessoal e regimento próprio.

§ 1º - será garantida a gestão democrática e colegiada, com participação mínima de setenta por cento de docentes nos órgãos de deliberação, com eleição direta para reitores pela comunidade universitária, permitida a reeleição, nos termos da Resolução do Conselho Estadual de Educação.

§ 2º - o ensino será gratuito, vedada a cobrança de contribuição ou taxas de qualquer natureza.

§ 3º - os serviços a pesquisa e a extensão universitária serão gratuitas e consideradas relevantes à sociedade e ao interesse público, vedada sua venda ou uso em benefício privado do lucro.

Art. 75 - Os cursos de graduação ofertados pelo Estado observará:

I - preferência para formação de professores para atender a demanda educacional da Educação Básica e da Educação Profissional Técnica, inclusive com a criação do Normal Superior;

II - as necessidades do mercado de trabalho ou dos serviços públicos, para a substituição ou criação de cursos.

Parágrafo Único - enquanto não for atendido o disposto no inciso I deste artigo, por avaliação criteriosa do Conselho Estadual de Educação, está vedada a criação de novos cursos de graduação.

Art. 76 - As Instituições de Ensino Superior do Estado aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, mediante processo seletivo, a partir do segundo ano do curso de graduação.

Parágrafo Único - A transferência ex-offício será efetivada e qualquer época do ano, independente da existência de vaga, quando se tratar de servidor público estadual civil ou militar, estudante ou seu dependente estudante, se requerida em razão de comprovada remoção ou transferência, que acarrete mudança de domicílio para o Município onde se situe a Instituição recebedora, ou para localidade mais próxima desta.

Art. 77 - A transferência obedecerá a seguinte ordem de prioridade:

I - transferência de Instituições públicas do País;

II - transferência de Instituições particulares do País;

III - transferência de Instituições de outros Países.

Art. 78 - Anualmente, após encerrado o ano letivo, as Instituições de Ensino Superior deverão calcular o número de vagas existentes por curso, turno e série, fazendo a devida publicação e chamamento dos interessados à transferência.

§ 1º - O cálculo a que se refere o "caput" deste artigo visa ajustar o número de vagas oferecido pelo curso às efetivamente existentes na série, incluídas as resultantes de desistência, trancamento de matrícula e reprovação.

§ 2º - É facultado a qualquer interessado, no prazo de transferência solicitar a revisão do cálculo das vagas, devendo as Instituições de Ensino Superior, verificando a procedência do pedido, realizar a devida correção.

Art. 79 - O processo de transferência será reaberto, de ofício ou a requerimento de qualquer interessado, quando o número de alunos efetiva-

mente matriculado na série for inferior ao número de vagas oferecido pelo curso.

Parágrafo Único - Reaberto o prazo, proceder-se-á na forma do "caput" do artigo anterior.

Art. 80 - Os calendários de matrícula e trancamento de matrícula transferência interna e externa, serão elaborados de modo a garantir o preenchimento das vagas apuradas na forma desta lei.

Art. 81 - As Instituições de Ensino Superior terão prazo de 90 dias para adaptar seu regulamento às exigências desta lei.

Art. 82 - O Conselho Estadual de Educação normatizará o funcionamento das instituições de ensino superior, para a homologação da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia.

Art. 83 - O Estado somente poderá ampliar seus investimentos na Educação Superior, após cumprido integralmente seu compromisso com as demandas com a Educação Básica.

Art. 84 - Nos cursos de formação pedagógica, de licenciatura, de engenharia, da área médica, de arquitetura e correlatas, serão incluídos nos currículos disciplinas que tratam dos portadores de necessidades especiais, como cegos, surdos e deficientes físicos, para o atendimento a estas demandas no exercício da profissão.

## **TÍTULO X**

### **DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

Art. 85 - Para efeitos desta lei, entende-se como profissionais do ensino básico, dos docentes e não-docentes que ocupem cargos ou funções diretas ou correlatas ao processo ensino-aprendizagem em unidades escolares ou em órgãos centrais e intermediários dos sistemas de ensino.

Art. 86 - Entende-se por cargos e/ou funções diretamente ligados ao processo ensino-aprendizagem, aqueles exercidos pelo profissional habilitado em cursos de modalidade Normal do nível médio ou com licenciatura plena de grau superior, com prática docente, inclusive para o Ensino Religioso.

Art. 87 - Entende-se por cargos e/ou funções correlatas ao processo ensino-aprendizagem, aqueles exercidos por profissionais do ensino básico reconhecidos como tais pela legislação de cada sistema de ensino, em virtude de habilitação profissional na área de educação ou nas áreas de:

- a) tecnologia educacionais;
- b) edificações e equipamentos escolares;

- c) nutrição escolar;
- d) saúde escolar;
- e) serviço social escolar;
- f) psicologia educacional;
- g) apoio administrativo escolar.

§ 1º - Consideram-se habilitações na área de educação, para efeitos deste artigo, as concluídas, sem formação docente em:

- a) planejamento educacional;
- b) inspeção escolar;
- c) administração educacional;
- d) supervisão educacional;
- e) orientação educacional;
- f) técnicos em programas educacionais;
- g) técnicos em recursos humanos.

§ 2º - É condição para os sistemas reconhecerem as habilitações referidas no caput deste artigo, a conclusão de cursos de nível superior, médio ou fundamental, contendo:

- a) a disciplina do núcleo comum;
- b) o conjunto das disciplinas da área pedagógica;
- c) o conjunto de disciplinas técnicas de cada habilitação;
- d) o estágio supervisionado;
- e) carga horária segundo a legislação pertinente.

§ 3º - Somente na área de apoio administrativo escolar permitir-se-á habilitação de nível fundamental.

Art. 88 - Constituem-se princípios dos Planos de Carreira dos Profissionais do Ensino Básico:

I - liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, dentro dos ideais da democracia e da escola unitária e universal;

II - ingresso no ensino público, dos profissionais da educação na Rede Pública Estadual e Municipal, exclusivamente por concurso provas e títulos, vedada contratação terceirizada ou em caráter precário por teste seletivo;

III - padrão de qualidade de ação pedagógica.

IV - gestão democrática dos sistemas de ensino básico garantida a deliberação colegiada;

V - valorização dos profissionais do ensino mediante:

a) piso salarial Profissional Unificado, aplicável ao profissional de ensino habilitado em nível médio;

b) progressão por titulação e qualificação adquiridos durante a carreira, bem como incentivos financeiros por dedicação exclusiva, tempo de serviço e localidade, independentes do grau escolar de atuação;

c) regime estatutário como regime jurídico único para os profissionais do ensino básico.

Art. 89 - Os planos de carreira assegurarão aos profissionais do ensino básico, os seguintes direitos:

I - ingresso exclusivo por concurso público de provas e títulos em consonância com a natureza da habilitação e dos cargos;

II - vencimento base para os profissionais do ensino básico em início de carreira nunca inferior ao Piso Profissional unificado;

III - isonomia de vencimentos em relação a cargos e funções idênticos ou semelhantes nos três poderes do Estado e Municípios;

IV - jornada de trabalho de, no máximo quarenta horas semanais, com estímulo à dedicação exclusiva, vedada a acumulação, admitida a jornada de vinte horas;

V - garantia de hora-atividade mínima, de vinte e cinco por cento do total da jornada;

VI - pagamento de horas extraordinárias em cinquenta por cento sobre o valor normal;

VII - adicional de pelo menos vinte por cento para a jornada noturna;

VIII - progressão na carreira, conforme Inciso IV, B, do artigo anterior;

IX - lotação e distribuição por critérios funcionais e técnicos com jornada preferencial em uma única escola;

X - férias anuais de, no mínimo quarenta e cinco dias, com direito a pagamento integral da gratificação constitucional de um terço dos vencimentos;

XI - afastamento remunerado para qualificação profissional;

XII - aposentadoria especial e voluntária por tempo de serviço com proventos integrais;

XIII - livre associação sindical;

XIV - representação coletiva, pelo sindicato profissional nas negociações coletivas e na gestão democrática;

XV - data-base em primeiro de maio;

XVI - licença sindical;

XVII - de greve;

XVIII - de continuidade de aperfeiçoamento e atualização profissional.

§ 1º - Para todo profissional da educação ingresso por concurso e aprovado após o estágio probatório, garantir-se-á a efetivação automática para nova contratação no regime estatutário na mesma função.

§ 2º - A jornada mínima de vinte horas semanais e o direito a horas atividades aplicam-se aos profissionais em exercício da docência.

§ 3º - Ao profissional que cumpre a mesma função, mesmo mudando de regime jurídico, garantir-se-á as vantagens e salários que percebia anteriormente.

Art. 90 - O ingresso na carreira, conforme o disposto no artigo quarto, II, será efetivado observando-se as seguintes condições:

a) disponibilidade de cargos claramente discriminada em plano de lotação numérica, definido anualmente;

b) habilitação comprovada para o exercício do cargo;

c) limite de idade mínima de dezoito anos, observando ainda o disposto no artigo 227, § 3º, da Constituição Federal;

d) nomeação e lotação por rigorosa ordem de classificação;

e) validade de dois anos a partir da publicação dos resultados finais, podendo prorrogar uma vez, no máximo, por igual período;

f) validade de títulos para os certificados de seminários, cursos, encontros, simpósios, conferências e congressos com fins de aperfeiçoamento educacional, promovido por instituição e entidades de classe, desde que consignada a respectiva carga horária;

§ 1º - Será assegurada, para fins de acompanhamento, a participação dos sindicatos ou associação profissional representativa da categoria na organização dos concursos, desde a publicação do edital até a seleção e conseqüente nomeação dos aprovados.

§ 2º - O Sistema Estadual de Ensino, nos casos das exigências de habilitação mínima para o ingresso com licenciatura, aceitará somente as conferidas por instituições de ensino superior.

Art. 91 - As direções de unidades escolares e coordenadorias regionais de ensino constituir-se-ão funções efetivas, no âmbito das respectivas comunidades escolares e serão ocupadas por profissionais do ensino básico dos respectivos sistemas.

Art. 92 - Fica assegurada a licença remunerada para os profissionais do ensino eleitos para a direção nacional, estadual e regional de entidades sindicais, enquanto durar seus mandatos, com direito à remuneração integral na proporção de uma licença para cada trezentos sindicalizados que a requerer.

Art. 93 - Para cumprimento do disposto nesta lei, os atuais servidores, não habilitados e lotados na área de educação, ficam absorvidos pelo sistema em quadro suplementar até que adquiram as condições estabelecidas nos artigos 78 e 79.

Parágrafo Único - O Poder Público qualificará o professor leigo para posterior ingresso no Plano de Carreira.

Art. 94 - Os portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica, deverão ter formação pedagógica mínima de novecentas horas.

Art. 95 - Todo o corpo funcional dos estabelecimentos escolares, incluindo merendeiras, secretárias, inspetores, entre outros, participarão do processo pedagógico, integrado com aprendizagem e discussão dos problemas educacionais.

Art. 96 - Os Sistemas Estadual e Municipais, garantirão a formação e terão em seus quadros Educadores de Rua para atendimento à criança em situação de abandono e programa de qualificação de professores para a Educação Infantil e para Educação de Jovens e Adultos.

## **TÍTULO XI**

### **DAS SECRETARIAS ESTADUAIS**

Art. 97 - A Educação Básica e o Ensino Profissional Básico e Técnico estão afetas à Secretaria de Estado da Educação, enquanto que a Educação Superior e Ensino Profissional Tecnológico à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia.

## **CAPÍTULO I**

### **Da Secretaria Estadual de Educação**

Art. 98 - A Secretaria Estadual de Educação exercerá as atribuições do Poder Público em matéria de educação básica, com funções administrativas e gerencial dos recursos humanos e financeiros, em articulação com a Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, observando as definições e diretrizes traçadas pelo Fórum Paranaense de Educação.

§ 1º - Incumbe ainda para a Secretaria Estadual de Educação:

a) velar pela observância das leis federais e estaduais do ensino;

b) cumprir as decisões do Conselho Estadual de Educação, no âmbito de sua competência;

c) organizar, difundir, orientar e fiscalizar o ensino no Estado de acordo com que dispõe esta lei.

d) exercer o comando da FUNDEPAR, para investimentos em obras e edificações, com prioridade absoluta nos municípios onde houver falta de vagas para atender a demanda educacional;

e) avaliar o ensino e os estabelecimentos, observando as normas do Conselho Estadual de Educação, a fim de implementar ações que garantam padrões mínimos de qualidade do ensino e melhorias nas condições de funcionamento da escola;

f) autorizar e conferir as certificações de conclusão das diversas etapas do ensino;

g) homologar ato do Conselho Estadual de Educação nos casos de:

I - autorizar funcionamento de cursos ou escolas experimentais;

II - cassação de autorização de funcionamento de estabelecimento de ensino do Sistema;

III - credenciar escola ou institutos de educação oficiais para a realização de exames de suficiência.

## **CAPÍTULO II**

### **Da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia**

Art. 99 - Incumbe à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia as funções administrativa e gerencial dos recursos humanos e financeiro da Educação Superior, do Ensino Profissional Tecnológico e da pesquisa, observadas as normas do Sistema Nacional de Educação para este nível educacional.

Parágrafo Único - Em articulação com o Conselho Estadual de Educação, esta secretaria, estabelecerá as formalidades e homologará a instalação de novos cursos superiores, bem como fará a supervisão e a fiscalização das instituições de Educação Superior no Estado do Paraná.

Art. 100 - Além dos recursos orçamentários normais, a Educação Superior e Tecnológica contará com o total dos recursos oriundos do disposto no artigo 205 da Constituição Estadual.

## **TÍTULO XII**

### **DOS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO**

Art. 101 - O Estado do Paraná e os seus municípios aplicarão anualmente, nunca menos que 25% ou o que constar nas respectivas Constituições e Leis Orgânicas, na manutenção e desenvolvimento do Ensino Superior.

§ 1º - A parcela de arrecadação de impostos transferida pelo Estado aos respectivos municípios, não é considerada, para efeito de cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º - Considerar-se-ão excluídas das receitas de impostos mencionadas neste artigo, as operações de crédito por antecipação da receita orçamentária de impostos.

§ 3º - Para fixação inicial dos valores correspondentes aos mínimos estatuídos neste artigo, será considerada a receita estimada na lei orçamentária anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autorizar a abertura de créditos adicionais, com base em eventual excesso de arrecadação.

§ 4º - As diferenças, em valores reais, entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento dos per-



centuais mínimos obrigatórios, serão apuradas e corrigidas a cada (bimestre) trimestre do exercício financeiro, procedendo-se a sua compensação, em valor real, no período imediatamente seguinte.

§ 5º - Os valores referidos neste artigo serão repassados, automaticamente, ao órgão responsável pela educação, imediatamente após o recolhimento dos respectivos impostos ou o recebimento das correspondentes transferências:

I - recursos arrecadados do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) dia de cada mês, até o vigésimo dia;

II - recursos arrecadados do 11º (décimo primeiro) ao 20º (vigésimo) dia de cada mês, até o 30º (trigésimo) dia;

III - recursos arrecadados do 21º (vigésimo primeiro) dia ao final de cada mês, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente.

§ 6º - A receita de impostos será contabilizada pelos seus valores reais na data da arrecadação e os percentuais serão apurados pelos valores reais na data liberação dos recursos.

§ 7º - Os municípios que deixarem de aplicar no mínimo a percentagem prevista na Constituição e neste artigo, para a manutenção e desenvolvimento do ensino, não poderão receber auxílio do Estado para esse fim.

§ 8º - O atraso da liberação sujeitará os recursos à correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.

§ 9º - O não cumprimento da aplicação mínima em educação, considerados os valores reais, acarretará a intervenção da união no Estado ou do Estado nos seus Municípios, nos termos dos artigos 34, VI e 35, III da Constituição Federal.

Art. 102 - A Educação Pública será financiada com os recursos provenientes das seguintes fontes:

I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;

III - receita de programas governamentais específicos;

IV - receita do Salário-educação, Salário-creche e de outras contribuições sociais;

V - receita de loterias e de qualquer concursos de prognósticos;

VI - receita de incentivos fiscais;

VII - receita decorrente de royalties pagos para o Estado e Municípios;

VIII - doações e legados;

IX - operações de crédito internas e externas;

X - outras receitas (recursos) previstas em lei.

Art. 103 - Consideram-se despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, aquelas realizadas no âmbito dos sistemas de ensino, direta-

mente para a consecução dos objetivos básicos das instituições de ensino públicas e, uma vez atendidos estes, as diretamente relacionadas com o ensino, desde que em qualquer dos casos refiram-se a:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais trabalhadores da educação;

II - aquisição e manutenção de equipamentos utilizados no ensino;

III - construção e manutenção de instalações físicas diretamente vinculadas ao ensino;

IV - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

V - estudos e pesquisas levadas a efeito em instituições públicas integrantes do sistema de ensino;

VII - atividades de apoio técnico-administrativo e normativo, necessários ao regular funcionamento dos sistemas de ensino;

VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos aqui definidos;

VIII - Concessão de bolsas de estudo a alunos comprovadamente carentes da rede pública ou de escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, mediante projeto aprovado pelo órgão normativo do sistema de ensino;

§ 1º - Os bens móveis, imóveis, equipamentos e outros, adquiridos com recursos considerados para os fins deste artigo, não poderão ser remanejados para outra função ou atividade distinta das de manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 2º - No caso em que, por razões de interesse público, se revele imperioso o remanejamento previsto no parágrafo anterior, caberá ao Poder Público promover a devida compensação no período subsequente, em valores reais.

Art. 104 - Não constituem despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, para efeito do cálculo dos percentuais mínimos obrigatórios referidos no artigo 101, as relacionadas como:

I - programas assistenciais suplementares, de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica, psicológica, e outras similares, para alunos, docentes e demais trabalhadores da Educação, inclusive o pagamento do pessoal encarregado, ainda quando custeados com recursos oriundos de impostos;

II - assistência médico-hospitalar à comunidade, mesmo quando ligada ao ensino, inclusive nos hospitais universitários;

III - subvenções à instituições privadas de caráter assistencial, cultural e desportiva;

IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas, quando realizadas em instituições não integrantes dos sistemas de ensino;

V - preparação de quadros para administração pública, civis, militares ou diplomáticas.

VI - manutenção do pessoal inativo ou pensionistas;

VII - obras de infra-estrutura ainda, que venham a beneficiar a rede escolar;

VIII - concessão de bolsas de estudos a alunos da rede particular, não incluídos na hipótese do § 1º do artigo 213 da Constituição;

IX - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 105 - Os recursos a que se referem os artigos 212, 213, 214 da Constituição Federal e Emenda Constitucional 14/96 serão aplicados de acordo com o disposto nos artigos 68 a 77 da Lei Federal 9394/96 e 9424/96, na manutenção e desenvolvimento do Ensino Público de acordo com planos esclarecidos pelo Conselho Estadual de Educação, de forma que assegurem:

I - igualdade de condições para acesso e permanência na escola, cabendo ao Estado a adoção de medidas capazes de torná-las efetiva;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a cultura, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público;

V - valorização do profissional da educação escolar;

VI - gestão democrática;

VII - garantia de padrão de qualidade de ensino e de sua integração ao nível superior com a pesquisa e extensão;

VIII - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

IX - garantia a todos de educação básica comum, anterior ou simultânea à educação profissional ou formação técnico-profissional;

X - garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

XI - reconhecimento da experiência extra-escolar.

Art. 106 - Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, nos termos do artigo 213 da Constituição, podendo ainda, atendidas as responsabilidades do Poder Público com a sua rede, ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas nesta lei, mediante projeto aprovado pelo órgão normativo do sistema de ensino.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados à concessão de bolsas de

estudos, no ensino fundamental e médio, a alunos comprovadamente carentes, de acordo com as normas específicas adotadas pelo órgão normativo de cada sistema, desde que haja falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando.

§ 2º - Na hipótese do parágrafo anterior, fica o Poder Público Estadual responsabilizado pela articulação com as demais esferas de governo envolvidas, para fins de investimento prioritário na expansão da rede pública na localidade, no prazo máximo de um ano, respondendo a autoridade competente, nos termos desta lei.

§ 3º - as atividades de pesquisa e extensão das instituições de Ensino Superior, poderão também receber apoio financeiro do poder público, para projetos específicos devidamente aprovados pelos órgãos públicos competentes, observadas as normas e limites percentuais estabelecidos pelo órgão normativo correspondente.

§ 4º - O órgão normativo do sistema de ensino estabelecerá as normas para o credenciamento de instituições de finalidade não-lucrativa que pretendam receber recursos públicos na forma deste artigo.

§ 5º - O credenciamento previsto no parágrafo anterior será divulgado anualmente e terá validade por 5 (cinco) anos, dependendo a sua renovação de processo de reavaliação, a cargo do órgão normativo do sistema.

§ 6º - Não se aplica aos recursos oriundos do Salário-educação a permissão contida no "caput" deste artigo e nos parágrafos anteriores.

Art. 107 - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas nesta lei, as instituições privadas de finalidade não-lucrativa que pretenderem utilizar recursos públicos poderão optar pelo regime de co-gestão como forma de relacionamento financeiro e administrativo com o Poder Público.

§ 1º - A co-gestão implicará na constituição de um Conselho de Administração, integrado por número igual de representantes do Poder Público e da instituição privada, que terá como atribuição o planejamento, a orçamentação, a gestão financeira e administrativa e o acompanhamento do desempenho global da instituição.

§ 2º - Para efeito da opção prevista neste artigo, as instituições dependerão, além do atendimento às exigências contidas nesta lei, da aprovação prévia do órgão normativo do sistema de ensino respectivo.

Art. 108 - O órgão central dos sistemas de planejamento, orçamento, administração financeira,

contabilidade e auditoria, bem como o Tribunal de Contas e órgãos equivalentes, estabelecerão mecanismos para gerenciar, controlar e apurar os resultados que visem o cumprimento das determinações do Artigo 212 da Constituição, regulamentadas nesta lei.

§ 1º - As ações de manutenção e desenvolvimento do ensino serão identificadas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nos orçamentos das diferentes esferas administrativas, devendo estes conter anexos discriminatórios dos projetos e atividades correspondentes e da receita constitucionalmente vinculada.

§ 2º - As despesas realizadas com a manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o Art. 165, § 3º, da Constituição.

§ 3º - A Mensagem Anual do Chefe do Poder Executivo ao Poder Legislativo incluirá relatório sobre o que foi realizado no período em cumprimento ao Artigo 212 da Constituição e ao disposto nesta lei.

Art. 109 - Sem prejuízo de outras combinações legais, a prestação de assistência técnica e financeira do Estado aos seus Municípios, ficará condicionada à observância, pelo Estado e pelos Municípios, do disposto nesta lei, em atendimento ao Artigo 212 da Constituição.

Art. 110 - Cabe às Comissões de Educação, de Finanças e de Orçamento da Assembléia Legislativa, aos Secretários de Estado responsáveis pelas áreas de Educação e de Economia e ao Conselho Estadual de Educação exigir o cumprimento, pelos meios ao seu alcance, do disposto neste título, especialmente quanto à aplicação mínima em educação, e sua devida divulgação.

Parágrafo Único - A divulgação das aplicações em educação, de responsabilidade do Poder Executivo, incluirá a relação nominal dos montantes destinados a instituições privadas de fins não-lucrativos e os destinados a bolsas de estudos.

Art. 111 - O Plano Estadual de Educação será aprovado por lei da Assembléia Legislativa e terá sua elaboração coordenada pelo Conselho Estadual de Educação em colaboração com a secretaria responsável pela área, com prévia consulta ao Fórum Estadual de Educação.

Parágrafo Único - O Plano Estadual de Educação visará a articulação das ações das várias esferas de governo e compatibilizará objetivos, diretrizes e metas prioritárias, com os recursos financeiros disponíveis e mobilizáveis, integrando-se com o plano plurianual do governo, a Lei de Dire-

trizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária de cada ano.

Art. 112 - O ensino público fundamental terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do Salário-educação, recolhido pelas empresas, que poderão dela deduzir os valores comprovadamente aplicados na manutenção de escolas próprias para os seus empregados e dependentes.

§ 1º - A aplicação dedutível da contribuição a ser recolhida do salário educação, na forma deste artigo, restringe-se à manutenção, diretamente pela empresa, de escolas de ensino fundamental, regidas paritariamente pelo empregador e por representantes dos empregados.

§ 2º - Ressalvados o disposto no parágrafo anterior e a remuneração da agência arrecadadora, os recursos do Salário-educação serão aplicados exclusiva e diretamente pelo Poder Público, no ensino público fundamental.

Art. 113 - O Salário-educação, quota estadual, correspondente a dois terços do montante de recursos, que será creditada mensal e automaticamente em favor da Secretaria de Educação para o financiamento de programas, projetos e ações do ensino fundamental.

§ 1º - Os recursos da quota estadual serão aplicados da seguinte forma:

I - trinta por cento, no mínimo, em transferências aos respectivos Municípios, segundo critérios que levem em consideração os seus déficits de escolarização obrigatória e considerado o valor da quota municipal, em conformidade com o Plano Estadual de Educação;

II - o restante, pelo Estado, na manutenção e desenvolvimento dos ensino público fundamental, de acordo com os planos de aplicação aprovados pelo órgão normativo do sistema de ensino e em conformidade com o Plano Estadual de Educação.

§ 2º - Os recursos da quota municipal serão aplicados em programas de manutenção e desenvolvimento do ensino público fundamental, segundo critérios fixados pelo órgão normativo do sistema de ensino.

§ 3º - A arrecadação do Salário-educação será creditada aos municípios, no prazo de 15 dias contados da data da arrecadação dos recursos pela agência ou órgão dela encarregado.

§ 4º - Cabe ao Estado calcular o valor da quota estadual e dos municípios, conforme estimativa dos montantes das respectivas quotas, no prazo de 15 dias contados da data do crédito referido no parágrafo anterior.

§ 5º - As transferências do Estado aos respectivos Municípios serão efetivadas, no máximo, após

15 dias contados da data dos créditos respectivos, mencionados no parágrafo anterior.

§ 6º - As diferenças existentes nas transferências serão apuradas semestralmente, para compensação no semestre seguinte, considerados os valores reais.

§ 7º - As transferências mencionadas neste artigo ficam condicionadas:

I - no caso de transferência aos Estados e Municípios à aplicação do percentual mínimo de 25% da receita de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos desta lei, apurados bimestralmente e à implantação do respectivo plano de carreira do magistério;

Art. 114 - Fica criada a contribuição social do Salário-Creche, como fonte adicional de financiamento da educação infantil pública, oferecida em creches e pré-escolas, a ser recolhida pelas empresas e demais entidades pública ou privadas vinculadas à Previdência Social, incidindo sobre a folha de salários e sobre a soma dos Salários-bases dos titulares, sócios e diretores com base em alíquota de um por cento.

§ 1º - Os recursos do Salário-creche poderão também ser destinados às instituições privadas de educação infantil de finalidade não-lucrativa, nos termos desta lei.

§ 2º - Aplicam-se ao Salário-creche todas as disposições desta lei, relativas ao Salário-educação, executadas as referentes à sua finalidade e à sua alíquota e ressalvado o disposto no § 1º.

Art. 115 - É vedado ao Poder Público conceder isenção ou suspensão temporária do recolhimento do Salário-educação e do Salário-creche, ressalvados os casos das seguintes instituições:

I - instituições públicas de ensino;

II - instituições de ensino privadas, de finalidade não-lucrativa, nos termos desta lei;

III - instituições de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

Art. 116 - O Poder Público assegurará às instituições de ensino por ele criadas ou incorporadas, mantidas e administradas os recursos para realização dos seus objetivos institucionais.

Parágrafo Único - Em relação às instituições públicas de Ensino Superior, serão observadas as seguintes regras, em complementação àquelas que definem a sua autonomia:

I - os recursos serão consignados, anualmente, na lei orçamentária e repassados de modo a evitar perdas no seu valor real;

II - à dotação inicial serão incorporados, ao longo do exercício, créditos adicionais, relativos à correção dos valores ou a encargos supervenientes,

aos quais será dado o mesmo tratamento referido no inciso anterior;

III - incorporar-se-á ao seu saldo patrimonial o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, podendo a instituição dele dispor no exercício subsequente;

IV - os recursos provenientes de outras fontes de financiamento terão caráter suplementar, e serão incorporados ao orçamento da instituição e geridos de acordo com o disposto nos seus regulamentos;

V - cabe às instituições, independentemente da fiscalização dos órgãos de controle externo, submeter à secretaria a que estejam vinculadas a prestação de contas relativa à aplicação de todos os recursos consignados no seu orçamento;

VI - os recursos destinados às instituições de ensino superior de sua rede em conjunto ou individualmente, não poderão ter valores reais inferiores aos verificados no exercício anterior, salvo por desativação de cursos ou redução de outras atividades, e incluirão aumentos que permitam investimentos para expansão, manutenção e melhoria qualitativa;

VII - a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelecerá um percentual mínimo de recursos de outros custeios e capital, que serão destinados a cada instituição pública de ensino superior, calculado sobre o total de recursos a serem repassados pelo Poder Público a cada instituição;

VIII - caso as deficiências encontradas no processo de avaliação referido nesta lei decorram de insuficiência de recursos, o Poder Público será responsabilizado devendo o Conselho Estadual de Educação estabelecer prazos para o atendimento das providências necessárias à superação dos problemas.

Art. 117 - constitui responsabilidade das autoridades educacionais nas diversas instâncias, o bom uso dos recursos públicos, respondendo as mesmas, criminalmente, por sua má aplicação, malversação ou desperdício.

Parágrafo Único - Os recursos públicos eventualmente objeto de aplicações financeiras para garantia do seu valor real deverão sê-lo em estabelecimentos bancários oficiais, revertendo-se o resultado das aplicações em benefício dos mesmos projetos ou atividades a que estavam alocadas os recursos originais.

Art. 118 - As escolas da rede pública receberão, para despesas de outros custeios e capi-

tal, percentual mínimo calculado sobre os gastos com pessoal, a ser determinado nas Leis Orçamentárias da respectiva esfera de governo.

### **TÍTULO XIII**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 119 - O Poder Executivo Estadual instituirá o Programa Estadual de Transporte Escolar, nos termos da Lei nº 11.721/97, com o objetivo de transportar alunos da rede pública estadual de ensino.

Art. 120 - O Estado repassará ao Município conveniado, recursos suficientes para financiamento do Programa, sendo que caberá ao Poder Público Municipal organizar o roteiro e o transporte dos alunos, de acordo com a necessidade local.

§ 1º - Uma comissão instituída pelo Poder Executivo definirá critérios para os beneficiados e o custo/aluno do Programa Estadual de Transporte Escolar.

Art. 121 - Para atender o disposto no Artigo 58, o Poder Executivo Estadual, manejará recursos orçamentários para seu perfeito atendimento em até dois anos, após a publicação da presente lei.

Art. 122 - Cinquenta por cento dos recursos repassados ao Estado do Paraná, oriundo do Salário-educação, serão distribuídos aos municípios, na proporção do número de alunos matriculados em sua rede pública municipal.

Art. 123 - O Conselho Estadual de Educação, em articulação com o Tribunal de Contas do Estado, orientarão e disciplinarão os gastos com a educação.

Art. 124 - Os sistemas Estadual e Municipais, garantirão a livre autonomia de organização aos sindicatos das categorias profissionais de educação, atuando em regime de colaboração, impedindo perseguição de caráter financeiro ou com empecilhos administrativos ou operacionais.

Art. 125 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 4.978/64 e outras disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(a) IRINEU COLOMBO

#### **JUSTIFICATIVA:**

A Nova LDB nos impõe a obrigação de adaptar a Lei do Sistema Estadual de Ensino, que fora feita em 1964 sob o número 4.978, às recentes regras e procedimentos educacionais.

Acreditamos na força transformadora da educação, para a melhoria da qualidade de vida e do relacionamento humano, queremos um Sistema que

garanta o ensino de qualidade, público, gratuito e abundante para todos os paranaenses, nas mais diversas modalidades. A Educação no Paraná deve ser ofertado em todos os rincões, de forma organizada, sistematizada e facilitada, para tanto tem que levar em conta a falta de compromisso de muitos agentes políticos, e, para tanto, ter uma forma legal de garanti-la aos paranaenses.

Várias entidades da sociedade civil organizada, as universidades e seus pesquisadores, tem acumulado dados e informações sobre a educação, e em seus seminários, documentos e jornais tem feito sugestões que contribuem para a elaboração de uma boa lei do Sistema que aponte para a universalização da educação básica, sonho de nossa militância.

No esforço de provocar o surgimento da nova lei, adaptada a nova realidade, apresentamos o Projeto de Lei do Sistema Estadual de Ensino. a partir de um estudo profundo da Lei 9.394/96, decretos e leis federais recentes, bem como pareceres emitidos pelo Conselho Nacional de Educação e do novo Plano Nacional de Educação. Também das análises feitas pela Liderança do PT no Senado e pelo educador Dermeval Saviani, numa visão crítica, acerca das mudanças da educação nacional.

Perseguimos a elaboração deste, analisando a antiga lei do Sistema, a legislação estadual acerca da educação, como a do Programa Estadual do Transporte Escolar, do PARANAEDUCAÇÃO e do PROEM. Por fim considero com relevância o acúmulo nas informações dadas pelos documentos da APP-Sindicato, do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, do Conselho Estadual de Educação e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Destaco a Constituição do Estado e a LDB, como balizadores legais do presente projeto.

O projeto detalha a aplicação da nova LDB no Estado, papel que muitos deixariam a cargo do Conselho Estadual de Educação. Contudo, o artigo 228 da Constituição Estadual, destaca o papel deliberativo, normativo e consultivo deste conselho, a ser "regulamentado por lei". Esta é a intenção deste projeto. Ele aprimora o preponderante papel do Conselho, detalhando a competência, a composição e baliza a regulamentação da nova LDB às peculiaridades e interesses da comunidade paranaense a ser constada em cada artigo da Lei do Sistema de Ensino.

Este projeto provocará, certamente, um substitutivo que contenha as sugestões de mudança, num debate democrático, a fim de termos uma lei do sistema legitimada pela participação da sociedade na sua elaboração. Nisto estaremos imitando o processo histórico que teve a LDB - Substitutivo Jorge Hage - aprovada na Câmara Federal. O

parlamento no Paraná não é bicameral, espero contar com melhor sorte do que tivemos, no trâmite daquele projeto no Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao primeiro orador inscrito, Deputado Pastor Edson.

**O SR. PASTOR EDSON PRACZIK**

Senhor Presidente, nobres Deputados, Senhora e Senhores.

Estou ocupando com muito prazer e muita satisfação essa tribuna, para registrar a atitude louvada, um atitude muito admirada do Juiz da Vara de Infância e Juventude de Londrina, cidade da família do meu amigo Belinati.

O Senhor Dimas Hortêncio de Mello - inclusive, essa matéria que tenho em mãos foi publicada pela Gazeta do Povo, dessa sexta-feira, dia 16, onde o jornal registra, documenta e informa que por atitude desse nobre Juiz, foi promovido e está sendo promovido periodicamente de 15 em 15 dias, arrastões pelas ruas da cidade, com um intuito de impedir a prostituição infantil, que infelizmente, é um câncer em nossos dias, no mundo todo, infelizmente no nosso país e ainda pior, no nosso querido Estado.

Então eu venho à tribuna para deixar registrado e pode homenagear o Senhor Dimas Hortêncio de Mello, que eu particularmente não tive o prazer de conhecer, porém, me chamou a atenção a atitude dele, da iniciativa de junto com os órgãos competentes de promover esse arrastão quinzenal, onde já nas primeiras vezes ele conseguiu apreender um número de menores, tanto meninos quanto meninas, que vivem se prostituindo, se comercializando e sendo explorados, sexualmente falando.

Então, meus parabéns à pessoa do Senhor Juiz da Vara da Infância e Juventude de Londrina, Dimas Hortêncio de Mello, que deve ter a sua atitude, como exemplo para tantos outros darem a sua parcela de contribuição para extirpar de uma vez por todas as chances de continuar se propagando a prostituição infantil.

Era isso Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

**O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só quero deixar registrado e parabenizar o Governo do Estado do Paraná, que em junho inauguram o sonho que trago no coração desde a época que comecei a minha militância como Vereador na cidade de Londrina.

No meu primeiro mandato como Deputado lutei, gritei, implorei para que se cons - truísse no Paraná uma penitenciária profissionalizante, onde o preso tivesse a oportunidade de pagar o seu café da manhã, o seu almoço, o seu jantar e, no final do mês receber o seu salário e aplicá-lo em uma poupança. Uma parte desse salário iria para a Secretaria da Justiça comandada pelo nosso ex-companheiro Deputado José Tavares.

Digo a todos e com muita satisfação, com muita euforia e acho que isso passa no coração de todos os parlamentares.

Em julho, Guarapuava, terá a primeira penitenciária industrial do Estado o Paraná, Já foi assinado ontem, graças ao grande trabalho do nosso ex-Prefeito de Arapongas, Deputado Waldyr Pugliesi. ele transformou Arapongas no maior parque moveleiro do Sul o País. Ontem a ABRA-SUL, uma empresa moveleira de Arapongas, assinou contrato que vai prestar serviços dentro da penitenciária que será inaugurada.

Como vai funcionar? A empresa vai se instalar dentro da penitenciária. O preso vai trabalhar das sete da manhã às seis da tarde. Ali ele vai se profissionalizar. Vai receber um salário por mês, uma pequena parcela vai para o fundo da Secretaria de Justiça e o restante será depositado em uma caderneta de poupança.

Sempre lutei para que se criasse no Paraná uma penitenciária profissionalizante. Porque preso tem que trabalhar, tem que se ocupar. O Deputado Algaci Tulio é testemunha. Quantos detentos saem da penitenciária e vão procurar o Deputado Algaci Tulio pedindo passagem, cesta básica, pedindo uma identidade, uma carteira de trabalho para não querer assaltar?

Quantos detentos saem da penitenciária?

Vejam bem, atendo sempre em meu gabinete com o maior carinho, maior respeito, o detento que sai da penitenciária. Ele não tem aonde ir a não ser à Assembléia Legislativa.

Tenho um plantão de atendimento aos detentos da penitenciária. Ele chega ao meu gabinete e se abre com a minha assistente social. Atendo a todos que precisam. Drogados que tenho que mandar para a clínica das Palmeiras, em Londrina. Então ali ele diz para a minha assistente social: preciso de uma passagem, de alimento, preciso de uma verba para me deslocar até Maringá, Umuarama, Londrina, Castro, até a sua cidade de origem.

Então, Deputado Takayama, se nós não dermos esta passagem, o que vai acontecer? Ele vai assaltar!

Lembro-me na época do Prefeito Rafael Greca, ele montou um esquema, não sei se está funcionando ainda, ao lado da rodoviária, para estes tipos de atendimento.

Mas tenho um projeto, aqui, de quando eu cheguei aqui, que encontrei o Deputado Basílio, e o Governador Jaime Lerner vai colocar este projeto em prática, também.

Veja bem Deputado Marcos, vamos ter uma penitenciária profissionalizante. O preso vai trabalhar das 09:00 horas da manhã às 18:00 horas da tarde. Ele vai ter o café da manhã, o almoço, o jantar, o recreio e etc, mas vai trabalhar. Ele vai profissionalizar, para quando ele sair, e daí você me perguntaria Deputado Marcos; mas ele vai sair, como, de que jeito?

Ele vai sair com a poupança que ele vai aplicar durante os anos da sua sentença e, aí entra aquele sonho que venho debatendo há anos, desde vereador e como Deputado. Quando ele sair da porta da penitenciária, vai ter que entrar numa sala, isso debati com o Governador. Ali vai ter uma psicóloga, vai ter uma assistente social. Então ali, imediatamente, vai ser providenciado uma carteira de trabalho, a identidade, o auto do lavramento da soltura, imediatamente ele vai sair dali para recolher a sua poupança, aonde estiver aplicado. oxalá, esteja no BANESTADO, que é o Banco da família paranaense, daí ele vai para a sua cidade de origem.

Estou divagando aqui nesta tarde, porque é uma obra muito importante do Governo Jaime Lerner. Isso se chama cidadania e justiça social.

Quero deixar aqui registrado esse grande trabalho do Governador Jaime Lerner, que começa em junho. Tenho certeza que o governador haverá de convidar todos os senhores Parlamentares, para que possamos, todos nós, conhecer esta penitenciária que vai industrializar, que vai ser uma indústria para profissionalizar os detentos do Paraná.

Oxalá!

Vi na campanha do meu amigo, meu companheiro, Deputado Ângelo Vanhoni, num dos seus programas de campanha para prefeito: "O Banco do Trabalhador", que Vossa Excelência vai lançar novamente, como candidato a prefeito.

Confesso a você, estava conversando com alguns companheiros, que o meu sonho é ver esse banco ser instalado no Paraná. Porque acreditar, se nós tivermos um banco desse para ajudar o pequeno, o médio, nós criarmos a pequena indústria de fundo de quintal, como o senhor falava na televisão, Deputado Vanhoni, é o tipo do microempresário, de um pequeno empresário.

Gostaria que esse Banco do Trabalhador fosse um sonho realizado no Paraná. Fiquei sabendo que Vossa Excelência vai fazer um projeto, instituindo no Paraná o Banco do Trabalhador".

Gostaria, se Vossa Excelência me permite, assinar apoiando a sua idéia, porque estamos precisando incentivar em todo o Estado do Paraná, o pequeno empresário, aquele que realmente vai precisar do Banco do Trabalhador, que é sua idéia e que ela seja implantada para todos os paranaenses.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o Senhor Ângelo Vanhoni, lembrando que ficou acordado ontem que V.Exa. dividiria o Horário do Grande Expediente com o Deputado Caíto Quintana.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje é um dia importante para a Assembléia Legislativa do Paraná e mais do que importante, porque vota o projeto PARANAPREVIDÊNCIA em última votação, em função das emendas recebidas e da alteração proposta pelo Governo do Estado do Paraná, da sua capacidade financeira do Governo do Estado do Paraná, da sua capacidade financeira de arcar com as suas responsabilidades no que diz respeito ao pagamento dos salários, como também dos aposentados e pensionistas do Estado do Paraná.

O Governo do Estado, a através do Fundo de Previdência tem argumentado e é o centro da sua argumentação e tem uma lógica de verdade nesta argumentação, de que os Estados devam procurar a consolidação dos Fundos de Previdência que possam, ao longo da sua existência, arcar com a folha de pagamentos, no que diz respeito ao pagamento dos benefícios e dos aposentados. Isso traz uma vantagem para o Governo do Estado, porque desonera, de certa maneira, o Tesouro do Estado, do cumprimento de obrigações financeiras com os aposentados e pensionistas.

De outra parte, o governo tem uma lógica ao defender a constituição do Fundo de Previdência, porque ao consolidá-lo, ao aprovar o Fundo de Previdência, na realidade retira da conta gráfica das despesas com pessoal do Governo do Estado, os limites impostos pela legislação federal através da Lei Camata que determina o percentual da receita do Estado a ser dispendido com o salário dos aposentados e do funcionalismo.

Senhores Deputados, fiz uma pequena análise a respeito da linha de argumentação financeira da Constituição do Fundo de Previdência. O

Secretário, Sr. Follador, não teve muita tranquilidade e nem transparência na exposição desses números à sociedade, e preocupado com o que pode acontecer com o Fundo de Previdência, sobretudo com os funcionários públicos do Estado e com as contas do próprio governo, tentamos identificar a lógica da argumentação do governo e vou pedir licença aos Senhores Deputados, porque eu tentei colocar num pequeno quadro, os números que me parecem ser os números nos quais o Sr. Follador trabalhou. Há um ano e meio vem trabalhando com esses números; nós checamos todas as fontes. Fomos buscar as fontes no Senado Federal, na correspondência mandada pelo Governo do Estado, da Secretaria de Finanças ao Banco Central e gostaria de expor aos funcionários públicos que estão aqui presentes, às entidades e aos Senhores Deputados, o risco de aprovarmos o Fundo tal qual o Governo do Estado pretende implantar com relação aos funcionários.

Esse risco, na minha maneira de ver possa estar equivocado, é de duas naturezas.

Em primeiro, a primeira natureza, de que o Fundo, tal qual o governo apresenta, não tem capacidade de existir. Se não tem capacidade de existir, significado que nós, ao aprovarmos, vamos deixar os funcionários públicos sob um risco tremendo, porque o PARANAPREVIDÊNCIA, institui, em uma de suas cláusulas, que o provimento e os pecúlios deverão ser com base nos cálculos atuariais do Fundo Financeiro do PARANAPREVIDÊNCIA. Isso, em outras palavras, quer dizer o seguinte, que qualquer funcionário público, seja ele um médico, um engenheiro ou um servente de qualquer órgão da Administração Direta do Estado do Paraná, ao se aposentar, corre o risco de que não receberá a igualdade dos seus vencimentos como na ativa. Isto significa de que os aposentados poderão ter, em função do cálculo atuarial, uma redução nas suas aposentadorias e isto com o passar dos anos pode ser absolutamente dramático. E como o Fundo não tem garantias do ponto de vista - no nosso entendimento não na sua natureza - de como está constituído porque não é um Fundo público, é um Fundo privado e em gestão, não teremos condições nem a Assembléia Legislativa, nem, o Tribunal de Contas, muito menos os funcionários, de controlar a gestão deste Fundo que diz respeito a todos os funcionários públicos do Estado do Paraná.

Então vou pedir que seja colocada uma cadeira no centro do Plenário, porque, rapidamente - mesmo sem uso do microfone vou falar alto - para que todo mundo possa entender a falsidade dos números apresentados pelo Governo Estadual e também para a imprensa e para as entidades, exemplificando o que está escrito neste pequeno quadro.

O orçamento do ano passado no Estado do Paraná de todas as receitas do Estado, de todas as transferências tributárias que a União repassa para o Estado do Paraná e mais as receitas, tributos: DETRAN, ICMS... todas as receitas que constituem o que chamamos de receita líquida do Estado do Paraná, no ano de 98, conforme documentação do próprio Governo do Estado do Paraná, nós tivemos uma receita líquida anual de 3 bilhões e 861 milhões de reais, dando um mensal de 321 milhões todo mês de receita líquida. Essa é toda a receita: transferências constitucionais e o que o Estado do Paraná arrecada. E o ICMS que é o principal tributo do ponto de vista da legislação do Estado do Paraná, foi responsável por esses 3 bilhões para 2 bilhões e 118 milhões, numa receita mensal de 176 milhões do Estado do Paraná, no exercício de 98.

Pois bem, tivemos no exercício 98, o seguinte gasto com o pessoal, dados do Orçamento do Estado do Paraná realizados ano passado: 3 bilhões 219 milhões de reais. Lembrem-se que a receita líquida total é de 3 bilhões, 860. Nós tivemos uma receita de gasto mensal de 268 milhões. A despesa foi dividida na seguinte ordem: com o pessoal inativo, os aposentados. Pois bem, a despesa com o pessoal inativo, os aposentados. Pois bem, a despesa com os ativos foi da ordem de 64%, perfazendo um total de 2 bilhões e 64 milhões, gastos 171 milhões/mês. A despesa com inativos, um total de 35% da despesa com o pessoal, gastos 1,55 bilhão.

Quanto e que os aposentados gastam por mês no Estado do Paraná? Os números do Governo do Estado do Paraná, 96,4 milhões, ao mês. Este é o gasto com os aposentados que recebem benefícios, segundo os dados que o Governo mandou para o Ministério da Fazenda, Senado Federal e publicou no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Vejam só, O PARANAPREVIDÊNCIA está constituído da seguinte forma: Qual é a lógica da argumentação do Governo? Ora, se nós gastamos 96 milhões com aposentados, temos que criar um instituto, que é o PARANAPREVIDÊNCIA, que dê cabo de arcar com esse recurso aqui, porque a hora que tivermos uma fonte de receita, que não seja mais o tesouro, que não seja mais essa receita líquida, que não sejam mais os tributos, vamos desonerar o Estado e o Governo vai ficar com recursos para poder fazer investimentos, para poder construir uma escola, para poder construir uma estrada, para poder aplicar na saúde, para poder aplicar na educação.

É lógica essa argumentação do Governo? É lógica! Só vamos ver como é que ela está montada. Ora, se tenho um gasto de 96, desse total aqui eu tiro 96 milhões que é para pagar aposentados. O PARANAPREVIDÊNCIA prevê o seguinte: um desconto em folha de todos os funcionários públicos e



um desconto em folha tanto do ativo quanto do aposentado, e um desconto da parte do Governo do Estado do Paraná.

Se nós formos pegar os números que estão ditos aqui: 64 milhões é o desconto em folha à totalidade, que daria 24%, nós fizemos uma média de 12%. A primeira alíquota é 10 e a última alíquota é 14, então nós fizemos uma média de 12, para todos os funcionários, nós vamos ter 24%, que dará um total de 64 milhões. Destes 64 milhões, 32 milhões são relativos aos servidores, e o restante seria do Estado, mais 32 milhões, que daria um total de 64.

Só que o Fundo de Previdência que estamos aprovando aqui, num dos seus artigos diz o seguinte: o estado vai recolher no 1º ano de existência, apenas 20% da sua parte devida; no 2º ano de existência, 30% da sua parte devida, e assim por diante, quer dizer, o Estado não vai contribuir com a totalidade quanto os servidores do Estado vão contribuir.

Então, vamos fazer as contas, se temos 32 milhões que os servidores vão descontar, no qual 20% do Governo do Estado, vamos ter mais 6,4 milhões, que dará um total de 38,6 milhões. Ora, 38,6 milhões é dinheiro. É dinheiro. Para 96, vamos ter uma necessidade, na realidade, de 50 e poucos milhões de reais.

Da onde viriam esses 50 e poucos milhões de reais, todo mês para pagar os aposentados? O Governo montou a sua lógica, isto há um ano e meio atrás. Está perseguindo esta lógica hoje, continua perseguindo.

Pois bem! Da onde viriam os recursos, os recursos para que a gente tenha, porque aqui está o tesouro, não tem mais dinheiro, é contribuição do Estado e contribuição dos servidores. Para que o Governo não ponha dinheiro dele, do Tesouro, o Governo tem que arranjar uma outra fonte. Aonde que está esta fonte? Na idéia primeira do governo a fonte estaria nas ações da COPEL; 70% da venda das ações da COPEL deveriam financiar este fundo, porque o resto que o Governo diz é o seguinte: Ah! Os bens imóveis do Governo, os prédios do Governo, não sei se os prédios vão poder ser vendidos e vão poder capitalizar fundo, porque só capitaliza fundo com recursos, para você poder aplicar para ter rendimentos. As ações da COPEL, já deu para trás, o Governo, se pudesse vender as ações da COPEL, que desse 3 bilhões de reais, ele vendia amanhã, o resto das ações, e pagava o terço de férias dos funcionários, pagava os empreiteiros, que está atrasado, pagava a contrapartida do PROEN, pagava a contrapartida do PARANAURBANO, os prefeitos estão aí sabendo que está tudo parado, os Deputados sabem disso, o Governo não tem mais como vender, arrancar dinheiro da venda das ações da COPEL, grande parte dessas ações já estão todas

comprometidas no Banco Central e no BNDS. Tanto é que o Governo, no final do ano, tentou emprestar 1 bilhão do BNDS e o BNDS não aceitou. Aí o governo abriu uma outra alternativa: puxa, será que o Banco Mundial mandaria esse dinheiro para financiar o custo? O Governo pediu licença e ficou 10 dias em Washington, em Nova Iorque, tentando conversar com o Banco Mundial, para que o Banco negociasse; não conseguiu. Agora, está atrás de outra fonte, que é fonte daquilo que o INSS deve ao Estado do Paraná, que a União deve para o Paraná, para financiar o Fundo de Previdência.

Ora, o Ministro da Previdência esteve recentemente em Curitiba e junto com o Governador anunciou que o Paraná será o primeiro Estado a receber uma parte dos seus recursos devidos ao INSS; o Ministro anunciou perto de 200 milhões de reais. suponhamos que o Ministro esteja enganado, que não sejam 200, sejam 300 milhões de reais. Olhem os números! Para que a gente tenha perto de 50 milhões de reais, todo mês para pagar os aposentados do Estado do Paraná, para poder desonerar em parte a receita do Estado, vamos precisar ter todo mês perto de três bilhões e quatrocentos milhões de reais de dinheiro do Estado, aplicado no sistema financeiro, dando uma receita líquida de 2% ao mês, depois que pagar toda a aplicação, dando uma receita líquida de 2%, ao mês, para que dê esses 57 milhões mensais.

Ora, quero saber que os Senhores Deputados, o Follador diga, demonstre para a sociedade paranaense, para aqueles que contribuem, para aqueles que trabalham no Estado, aos Senhores Deputados, de onde o Governo do Estado do Paraná vai arranjar 3 bilhões de reais para, na realidade, sustentar o fundo. Mas, vamos fazer de conta que o Vanhoni esteja se exacerbando, esteja querendo fazer um raciocínio para impressionar os Deputados, para impressionar a imprensa, para impressionar os funcionários públicos, de que o Governo, na realidade, não tem uma proposta lógica.

Vamos fazer de conta que não são 3 bilhões, vamos fazer de conta que é 1 bilhão. Olhem, se o Estado do Paraná gasta, tem uma receita líquida, e olhem, o orçamento já veio aqui, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Estado, o que está previsto este ano é o mesmo que está previsto para o ano que vem, não tem um centavo a mais.

Se o Estado do Paraná tem uma receita líquida de 3 bilhões, total, e oitocentos e sessenta e um milhões, ele não tem mais nenhum dinheiro fora isso, a não ser empréstimos internacionais, a não ser qualquer outra fonte de recursos que seja de empréstimos, essa é a fonte de receita do Estado do Paraná.

Gastamos, hoje, 2 bilhões, 3 bilhões duzentos e dezenove, com pessoal, desse total aqui de 3 bil-

hões oitocentos e sessenta e um, o restante que sobra aqui, que é perto de duzentos milhões de reais/ano, é para pagar o custeio, é para fazer um pequeno investimento, é para a dívida, Deputado José Maria Ferreira, que o Estado tem com os mecanismos financeiros do Brasil e com os mecanismos financeiros do resto do mundo. Então, não há receita nova, do ponto de vista do Estado, para conseguir 1 bilhão e meio para dar, na realidade, a metade dos 57, que mesmo assim iria ficar faltando.

Então, me pergunto: a lógica do Governo é uma lógica correta de constituir um Fundo de Previdência que capitalize, que se responsabilize pela aposentadoria dos servidores públicos. A lógica é correta. Só que a engenharia financeira atuarial que o Senhor Follador tem dito para todos nós que está baseada em raciocínio lógico, não existe, porque não consigo aplicar na Bolsa de Valores o prédio ali do Ministério da Fazenda. Quanto que vale o prédio onde está o Giovanni Gionédís, que é um prédio de 25 andares? Vou vender esse prédio, vale quanto? Vale 5 milhões. Não consigo, vou ter que vender esse prédio, pegar os 05 milhões e aplicar esse dinheiro para ter 2% de rendimento líquido, ao mês, para ajudar na contribuição dos aposentados, Não há bem imóvel, porque neste momento o Estado do Paraná não tem fazenda, a única coisa que tem é a COPEL. As estradas foram entregues para a iniciativa privada, o Porto de Paranaguá, o corredor de exportação se for privatizado vai dar o quê? Vai dar cem milhões, a SANEPAR, se proceder toda a privatização da SANEPAR vai dar quanto mais para o Estado do Paraná? Mais cento e cinquenta milhões, Deputado Marcos Isfer? A COPEL vai dar quanto? O Governo diz o seguinte: Vejam como a lógica não está bem fundamentada na argumentação financeira do Governo. O Ingo Hubert diz que a COPEL tem três bilhões e oitocentos milhões para vender de ações. Ora, conhecemos a realidade, e se a COPEL tivesse tudo isso de ações para vender, o Governo teria vendido ontem, porque ele não tem dinheiro para pagar terço de férias, corre o risco de amanhã ter que atrasar o pagamento dos funcionários. Para pagar o salário dos funcionários o Governo está fazendo antecipação de arrecadação de ICMS.

A COPEL não arrecadará ICMS para o Governo nos próximos doze meses, porque o Governo já emprestou este dinheiro da COPEL. Então, vejam a lógica que está montada financeiramente, o Fundo de Previdência. Por isso, por esta linha de argumentação que não está clara para os funcionários públicos, de onde virão os recursos capazes de garantir minimamente a aposentadoria dos trabalhadores e servidores públicos do Estado do Paraná. mais do que isto, por não estar no projeto que o Governo apresenta, não está aquilo que defendemos que no mínimo é uma certa garantia do ponto de vista

jurídico, do ponto de vista da natureza desta empresa, que o Fundo de Previdência seja um fundo permanente. Qual é a garantia que este fundo seja uma autarquia com direito público e que a gestão deste fundo seja compartilhada em igualdade de condições com os servidores públicos? Porque são eles, em nome da sociedade, em nome dos contribuintes, que vão exercer o direito e o dever de fiscalização para que este fundo aplique corretamente os seus recursos.

Da forma como está composto, qualquer governante ou o Follador, vai poder lançar mão dos recursos do Fundo, mesmo precários, a qualquer momento, sem prestar contas ao conjunto da sociedade. E, aplicação errada na ordem de quinhentos milhões, na ordem de duzentos milhões, que é a aplicação em bolsa ou em títulos públicos, pode comprometer a existência total deste fundo. E, quem vai arcar com o descompromisso depois de uma gestão que não tenha vinculado com os princípios da transparência, da impessoalidade, e da moralidade? Quem vai arcar?

Vão arcar os contribuintes do Estado do Paraná, que serão novamente chamados a ter que contribuir com impostos mais altos. O Estado virá novamente sobre os ombros da população, sobre a base do Estado do Paraná, aumentando alíquotas de DETRAN, aumentando alíquota de ICMS, onerando ainda mais a produção do nosso Estado para fazer jus a um compromisso que assumiu com os servidores públicos, porque não vai poder depois cumprir.

Então, em nome da Bancada do PT, venho solicitar que os Deputados não aprovem este Fundo de Previdência antes que o Secretário Renato Follador venha a esta Casa, com a maior tranquilidade e explique à sociedade como este Fundo vai arcar e vai poder garantir a perenidade dos seus investimentos arcando com as responsabilidades financeiras que são na ordem de noventa e seis milhões.

Estes números que estou utilizando, são os mesmos números que o Senhor Renato Follador utilizou para fazer o demonstrativo ao Governador do Estado, ao Presidente da Assembléia Legislativa e aos senhores funcionários públicos numa reunião de um ano e meio atrás. Os números não mudaram muito, se tem variação, a variação é mínima porque os números, a grosso modo, estão todos colocados aqui.

Então peço aos Senhores Deputados, que, na votação deste projeto, recusem a sua tramitação, não permitam a sua aprovação porque nós vamos estar prestando talvez, sem os esclarecimentos devidos, um desserviço ao Estado do Paraná e aos contribuintes.

Não estamos votando uma proposta de Governo aqui, não estamos votando uma proposta de

interesse do Governador Jaime Lerner, não! Estamos votando algo permanente na estrutura do Estado do Paraná no que diz respeito a um direito sagrado de todo trabalhador que é ter ao término de 35 anos de trabalho garantida a sua aposentadoria. Isso eu quero para o meu filho, os senhores querem para os seus filhos, assim como nós desejamos que essa garantia esteja estendida universalmente para todos os cidadãos do Estado do Paraná.

Muito Obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Quero apenas, inicialmente, dizer, Deputado Ângelo Vanhoni, que esta posição expressa por Vossa Excelência, neste Plenário, tem sido uma constante na discussão desse plano expressado e votado pela bancada do PMDB. Principalmente, nessa visão, de que o Fundo não é um Fundo de nenhum governo. O Fundo é o de aposentadoria do servidor. Portanto, deve ter como conteúdo máximo, a preocupação para que ele possa, na verdade, garantir no futuro a tranquilidade da aposentadoria do servidor público do Estado do Paraná.

Já fizemos muitos pronunciamentos sobre isso, colocamos essa posição, a bancada do PMDB tem firmado sempre nesse sentido e continuamos solidários a essa idéia. Não contra o Fundo, mas esperando que ele realmente possa trazer a segurança futura aos servidores.

O que me traz à tribuna neste instante, Srs. Parlamentares, é outro assunto, que julga, inclusive, no dia de hoje. Na verdade seria um desagravo a uma instituição de ensino do nosso Estado do Paraná. Há pessoas, jovens, famílias, que têm sistematicamente sofrido acusações, suspeição, a respeito de ingresso num curso de 3º Grau na Faculdade Tuiuti.

Srs. Presidente, Srs. Parlamentares, não quero entrar no mérito da questão jurídica, porque não é esse o fórum para discussão da questão jurídica, da forma como se processaram as denúncias a respeito da legitimidade ou não de uma prova de vestibular. Mas estranhamente o que se percebe é que esta denúncia iniciou por uma pessoa anônima, contrariando todo e qualquer preceito da própria Constituição Brasileira, que não permite o anonimato do seu Artigo 5º nas garantias individuais do cidadão: uma denúncia anônima, estapafúrdia, citando nomes de pessoas, como se o nome de algumas pessoas que, eventualmente, tenham destaque na vida política e

social do Estado do Paraná, tenham por obrigação que se filhos sejam analfabetos e que não tenham competência para passar num vestibular, onde tantos e tantos passam.

Citaria aqui Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, uma relação que deu origem a esse processo que é uma coisa escabrosa. Por respeito aos nomes que estão aqui, não vou citar. Por exemplo, relaciona pondo dúvida a respeito de um cidadão, de um jovem que passou, porque ele é filho ou parente ou coisa que o valha de um ex-Senador da República de dez anos atrás. E para ficar mais no aleatório, para não citar nomes de pessoas recentes, veja bem, Deputado Valdir, coloca-se aqui um sobrenome Festa e um Rene, que é de políticos do Sudoeste do Paraná. Conhece Vossa Excelência, Deputado Nereu Moura, algum nome desse, na história política do Sudoeste do Paraná? Cita aqui como político do Sudoeste do Paraná; pessoas que têm relacionamento financeiro com o HSBC; nome de pessoa de uma família tradicional de Pato Branco, como se alguém de Pato Branco não pudesse fazer um vestibular e passar.

Permito-me colocar aqui, embora o Parlamento não esteja presente mas por tão ridícula que é a colocação, que é a relação talvez de um dos sobrenomes que mais têm na história do País, do Brasil, o sobrenome Silva. Não há distrito, não há município, não há vila, não há local que não tenha um nome Silva. Pois aqui relaciona as pessoas que passaram, com o sobrenome Silva como se tivessem ligação de parentesco com o Deputado Cleyton Crisóstomo da Silva! Quer dizer, são parentes, 4 ou 5 nomes, apenas porque têm o sobrenome Silva!

Então não é possível admitir que uma instituição de ensino que tem ganhado espaço, que no próprio levantamento de avaliação das condições de oferta de ensino, feitas pelo MEC, conquistou a melhor classificação dos cursos de Direito, aqui na capital e no Estado do Paraná, de um momento para outro ponhamos todos os alunos de uma Universidade do Paraná em suspeição! Em suspeição!

E o que pretende uma ação do Ministério Público, equivocadamente colocada, uma ação civil pública, por causa das normas constitucionais que lhe dão a prerrogativa de casos difusos? Na colocação do caso difuso coloca algo que nada tem, que tem valor limitado, para única e exclusivamente diminuirmos a qualidade de ensino do Estado do Paraná.

E vamos agora cair, pasmem os Senhores, num novo vestibular, onde tem alunos aprovados que estão cursando o ensino, o MEC não autoriza outra prova, o Ministério Público exige, pela Justiça, que se faça outra prova. Amanhã ou depois será feita mais uma nova prova e uma lave de estudantes vai passar, aí vai se questionar, na

Justiça, o direito de cada um. E vamos ficar com 500, 600 jovens, em idade de 3º grau, de cursar uma universidade, aprovados em concurso, no Estado do Paraná e nenhum deles com segurança, no dia de amanhã, de poder cursar tranqüilamente a sua faculdade e estudar, porque pode a suspeição, a qualquer momento, interromper-lhe o curso.

Então, acho que temos que encarar com muita seriedade este envolvimento de nomes, de pessoas, de entidades, baseadas na denúncia anônima, se essa mania pega, daqui a pouco teremos investigações em todo e qualquer um dos mandatos que aqui temos, porque há um interesse difuso espalhado sobre isso.

Não, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, acho que há que se ter o equilíbrio da Justiça, para que ela ponha as coisas em pratos limpos. Mas não há o direito de, na suspeição infundada, se colocar em suspeição os jovens do nosso Estado do Paraná, que, de uma forma ou de outra, por terem, eventualmente sobrenomes ligados com pessoas da área de trabalho e de política, não possam, sequer, cursar o ensino superior! Acho que se tivesse que ter suspeição deveria ter suspeição sobre o concurso como um todo, sobre os 300 nomes e não como se fosse uma pecha, como se fosse uma marca, como se fosse pejorativo, como se fosse uma diminuição no conceito da vida de cada um, o fato de alguém exercitar, eventualmente, um mandato político!

Fica aqui este desagravo. No dia de hoje a justiça deverá votar, em Porto Alegre, uma ação em favor dessa escola de 3º grau, e espero que não seja necessário que esta Assembléia Legislativa tome uma atitude oficial de desagravo. Porque, afinal de contas, queremos um Paraná respeitado, queremos um Paraná íntegro, sim, porém com as suas suspeições sejam elas fundadas e que não sejam apenas a forma que alguma pessoa ressentida, queira aparecer na sua ação, prejudicando a tantos e quantos, eventualmente, sejam atingidos pelo seu ato

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Senhor Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

A questão do PARANAPREVIDÊNCIA, tão ricamente abordado aqui e trazendo a sua realidade pelo Deputado Ângelo Vanhoni, merece de todos nós uma reflexão.

A Lei Camata está aí para restringir os dispêndios com recursos destinados a pessoal. Evidentemente é uma realidade e todo o Governo, quer ele no âmbito municipal, estadual, precisa se adequar,

porque é uma lei e esta lei exige o seu cumprimento. Porém a votação ou a criação e a instituição do PARANAPREVIDÊNCIA, não deverá servir tão somente para que resolvamos uma situação de caixa do Governo do Estado.

Não deve ser encarada a criação, como votação de uma questão política, mas deve sim, ser visto e encarado como um projeto de reestruturação do Estado do Paraná, reestruturação da coisa pública do nosso Estado. E é com essa responsabilidade, deve ser com essa visão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que deveremos dar nosso voto.

Não sou contrário ao PARANAPREVIDÊNCIA, porque acho que em sã consciência, precisamos encontrar, Deputado Ângelo Vanhoni, uma situação que viabilize, inclusive por parte do Executivo do Estado, o cumprimento da lei. Agora, o que precisamos fazer com toda responsabilidade, é como vamos encaminhar isso se apenas estamos criando mais um problema para amanhã, se apenas estão transferindo o problema de hoje e abandonando no amanhã.

Sabemos que os recursos de mandatos para a sustentação do Fundo é muito pior. E hoje temos o Tesouro do Estado para bancar o salário mensal do funcionalismo inativo. Após votado por esta Casa esta lei, não teremos mais legalmente, os recursos do Tesouro do Estado para bancar o salário, o vencimento do funcionalismo. E aí há uma necessidade de que o Fundo criado por nós e instituído pelo Governo, seja capaz de sustentar os salários. E aí é que não estamos vendo esta realidade, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Deputado Vanhoni fez uma exposição mostrando. E aqui mostra, inclusive, uma incoerência. Tivemos o ano passado, um orçamento de 13 bilhões votado por esta Casa. O Estado do Paraná, entre as receitas líquidas e as demais transferências com a venda de ativos, atingiu uma receita de 6 bilhões, 286 milhões de reais. Muito distante dos 13 bilhões. Votamos um orçamento que não foi possível realizar. Não tem grandes conseqüências, porque as emendas e os objetivos ali colimados não foram atingidos, a não ser um prejuízo de não ter as obras e os benefícios pretendidos por esta Casa e dos Senhores Deputados.

Mas, o PARANAPREVIDÊNCIA, não, a hora que não tivermos os recursos, a hora que não tivermos o caixa, no Fundo, sentiremos o problema de todo um segmento da nossa população.

E por isso, Senhor Presidente, reconhecendo ser anti regimental, não estar de acordo com o Regimento, tendo em vista que o projeto já foi retirado em outra oportunidade.

Pediria aquiescência do Líder do Governo, Valdir Rossoni, mais o entendimento do Senhor

Presidente, de que pudéssemos suspender, para que pudéssemos analisar esses números, a Casa com certeza não conhecia antes do Vanhoni, a Casa com certeza não tinha esses dados analisados. E aqui, Deputado Vanhoni, faltou mais um compromisso que com certeza vai ainda mais restringir os recursos da receita líquida, que são os compromissos assumidos com o BANESTADO, com a sua liquidação. São mais de quatro bilhões divididos em trinta anos, hoje são mais de quatro e meio. Isso dividido, vai sugar ainda mais o Estado, se não fizermos uma demonstração capaz de amanhã sustentar através da Lei, essa instituição que esses dias votamos e aqui estamos para fazer uma nova correção, com certeza o Paraná terá problemas maiores, e esta Casa terá também a sua responsabilidade chamada.

Senhor Presidente, encaminho, com a sua permissão, esse requerimento, esperando o apoio dos Senhores Deputados, porque não é uma votação partidária, não é uma cotação contra ou em prol do Governo. Não! Sou favorável à criação do PARANAPREVIDÊNCIA, só que teremos dificuldades lá na frente, para poder ver isso implementado e aí, quando formos cobrados, com certeza seremos cobrados de outra forma, e não teremos tempo para fazer análise que hoje ainda temos tempo para fazer.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Hidekazu Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A razão que me traz à tribuna no horário do PFL; quero também agradecer à liderança em me permitir usar esse momento.

Primeiramente, dei entrada hoje num requerimento, solicitando que a Assembléia Legislativa aprove requerimentos sobre alguns problemas que estão acontecendo num País, nas regiões da Oceania, entre o Continente Africano e a Ásia, um País chamado Papua, Guiné Bissau, onde os cristão principalmente brasileiros que estão lá, católicos e evangélicos, estão sofrendo sérias perseguições, inclusive sendo brutalmente assassinados, cristãos durante as missas e cultos, são atacados por grupos, tribos da região que tem trazido sérias dificuldades. Temos recebido através do nosso "E.Mail" diversos pedidos de socorro, razão pelo qual, encaminho à Casa uma cópia da solicitação dos problemas que os brasileiros e outros cristãos estão sofrendo naquela região. Sendo nós, além de brasileiros, um país cristão, gostaria que essa Casa interferisse junto ao

Governo e principalmente junto ao Ministério das Relações Exteriores, um requerimento solicitando interferência ao Governo daquele país, para que esses atos de violência não venham trazer dificuldades àqueles que querem levar a Mensagem cristã a todos os povos. Mesmo porque o próprio País tem raízes cristãs em Papua Guiné-Bissau. Esta é uma das razões que venho a essa tribuna, pedindo que a Casa e todos os companheiros aprove esse requerimento, solicitando interferência do nosso Governo junto ao Ministério, o das Relações Exteriores ao País Papua Guiné-Bissau.

A segunda razão que me traz aqui é com relação à emenda aditiva que entramos na Casa. O teor da emenda se refere aos nossos policiais militares e civis. A emenda contemplaria o funcionário público policial, as mesmas regras estabelecidas na Lei Federal nº 51, de 20 de dezembro de 1985. Como vocês sabem houve uma reforma da previdência também a nível federal, mas com uma portaria agora de fevereiro de 1999, recente, portanto, dar permissão que seja assegurada essa lei federal. Gostaria que já fosse contemplada na nossa Lei PARANAPREVIDÊNCIA, essa exceção.

O que significa isso? Todos aqueles que correm risco de vida, como os policiais e também aqueles que exercem atividades carcerárias ligada à justiça, tenham a aposentadoria de trinta anos. Não significa privilegiar uma classe pelo simples fato de querer privilegiar. Mas o reconhecimento justo da nossa sociedade com aqueles que tem um trabalho de alta insalubridade. São pessoas que vivem tensas o dia todo. Imagino as seqüelas psicológicas, nervosas, que ficam em pessoas que exercem essa atividade na defesa da nossa família, da nossa dignidade.

Nessa semana passada, por exemplo, minha filha foi perseguida por um maníaco em frente a minha casa. Os policiais agora estão fazendo a ronda para que não venham ocorrer fatos como este.

Estamos vivendo hoje um momento difícil, o nível de violência tem aumentado dia-a-dia. É a única, pequena, forma de agradecer a esses que colocam em risco suas vidas em defesa da nossa. Essa é a razão de solicitarmos que sejam mantidas as regras estabelecidas na lei federal na nossa PARANAPREVIDÊNCIA.

Reconheço e já fui consultado pela comissão de redação de que, não caberia uma emenda aditiva. Mas quero comunicar àqueles que fazem parte da classe da Polícia Civil, Militar que já entramos com uma lei complementar, já que a emenda aditiva não é possível.

Quero deixar aqui esse esclarecimento àqueles que depositaram em mim a confiança. Que eu

possa subir à tribuna e, junto ao Deputado, tentar trazer o convencimento necessário para essa classe que merece a nossa atenção.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Liderança do Governo.

(**Declina**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente comunicando que faz parte da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, requer, seja concedido licença de 15 (quinze) dias, no período de 21 de abril e 05 de maio do corrente ano, para tratar de assuntos particulares, inclusive, viagem ao exterior, sem ônus para este Poder. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

### **ITEM 01**

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 014/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/98, que objetiva a supressão do art. 59 e seu parágrafo único do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da referida Carta. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.R.E.C.. EMENDA DA C.R.E.C..

### **PROPOSIÇÃO Nº 014/98**

Senhor Presidente.

Nos termos do preceito contido no art. 64, inciso II, da Comissão Estadual, tenho a honra de encaminhar a V.Exa., para ser apreciada por esse egrégio Poder Legislativo, a presente proposta de Emenda Constitucional, visando a supressão do art.

59 e seu parágrafo único do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da referida Carta.

O dispositivo que se propõe seja retirado do texto constitucional, é, hoje, nada mais que "letra morta". O questionado art. 59 e seu parágrafo, previam, no prazo de até dois anos (já vencidos em 05.10.91), a instituição e implantação da Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, mantida pelo Estado do Paraná, que reuniria seis instituições de ensino superior: As Faculdades de União da Vitória (Estadual de Filosofia e a Municipal de Administração e Ciências Econômicas), as Faculdades de Palmas (Filosofia, Ciências e Letras de natureza Privada e a Municipal Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas), a Fundação Municipal de Ensino Superior de Pato Branco e a Fundação Municipal Faculdade de Ciências de Francisco Beltrão. Isto significa estadualizar quatro instituições municipais e uma particular.

Algumas das instituições envolvidas, tomaram rumos administrativos diferentes. A Faculdade de Pato Branco foi federalizada e funciona hoje, mantida pela União, como unidade administrativa do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET. A Faculdade Municipal de Francisco Beltrão está em fase de incorporação à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, na qualidade de Campus Uvniversitário, conforme mensagem já encaminhada a essa Casa de Leis.

O referido art. 59 perdeu, pela sua ação efetivação no prazo fixado para tal, a sua finalidade. Ainda porque, a manutenção do Artigo poderá dificultar a desenvoltura das instituições arroladas na procura de parcerias em forma de gestões mais adequadas à realidade sócio-econômica do Estado e do País.

Assim sendo, entendo que, para solução do assunto, essa Casa poderá aprovar e promulgar Emenda Constitucional com a seguinte redação:

"Artigo único - Ficam suprimidos o art. 59 e seu parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná."

Contando com o apoio, aprovação e promulgação da proposta ora formulada, apresento a Vossa Excelência e aos demais Senhores Deputados os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 29.06.98.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**COMISSÃO ESPECIAL DE  
REFORMA À CONSTITUIÇÃO**

## PROPOSIÇÃO Nº 14/98

## P A R E C E R :

## Relatório

A presente proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo a supressão do Art. 59 e seu Parágrafo Único do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

## Fundamentação

Justifica o autor, que o dispositivo que se propõe seja retirado do texto constitucional é, hoje, nada mais que "letra morta". O Art. 59 e seu parágrafo, previam um prazo de até dois anos (vencidos em 05.10.91) a instituição e implantação da UNIVALE, que reuniria seis instituições de ensino superior. Isto significaria estadualizar quatro instituições municipais e uma particular.

Ocorre que algumas das instituições envolvidas tomaram rumos administrativos diferentes. A Faculdade de Pato Branco foi federalizada, a Faculdade Municipal de Francisco Beltrão está em fase de incorporação à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

## Conclusão

Como o referido Art. 59 perdeu, pela sua não efetivação dentro do prazo fixado, a finalidade proposta pelo constituinte, somos de parecer favorável pela aprovação da presente proposição, na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 30.06.98.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

## EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único - Ficam suprimidos o Art. 59 e seu Parágrafo Único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 30.06.98.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

Apoiamento:

Durval Amaral, Eduardo Trevisan e Cesar Seleme.

Proposta de Emenda Constitucional. Senhores Deputados votarão com voto secreto, nominal.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, apenas para dar um breve encaminhamento sobre essa emenda, para que os Deputados possam se situar sobre o que se trata essa supressão do Art. 59 e seu parágrafo único. Esse artigo tratava, na Constituição de 1988, da incorporação de diversas faculdades do Sudoeste

do Paraná, faculdades de Palmas, União da Vitória, Pato Branco, Francisco Beltrão e com isso criava-se a UNIVALE, que era a Universidade do Vale do Iguaçu. Estabelecia este artigo, que em 2 anos, deveria se implantar esta instituição, e passados já 8 anos, isto não ocorreu e estas faculdades, tanto de Pato Branco, de Palmas, de União da Vitória, tomaram os seus rumos, e neste momento há necessidade de fazer esta supressão deste artigo, já que ela é letra morta, na Constituição Estadual, para que possamos regularizar a situação hoje, na Faculdade FACIBEL de Francisco Beltrão, que será incorporada pela Universidade Oeste do Paraná.

Apenas isso, para que os Senhores Parlamentares pudessem tomar conhecimento das razões da supressão deste artigo.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

A Mesa esclarece que para a aprovação desta emenda são necessários 33 votos, respondendo "sim".

O Senhor 1º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados, para votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, não estou alcançando, Deputado Traiano, acho perfeitamente necessário a exclusão desse artigo da Constituição, até porque a UNIVALE está inviabilizada.

A minha preocupação é que com a constituição, pela constituição da UNIVALE, houve transferências de patrimônios de escolas para Estado, para o Poder Público, houve atos, inclusive, de criação. Não sei até onde foram extintos, Deputado Traiano. Contra o voto pelo mérito da extinção do artigo, acho que é completamente válido, porque está inviabilizada a UNIVALE. No entanto, minha preocupação é na questão legal da devolução as fundações dos patrimônios que haviam sido transferidos para o Estado.

Esta é a minha indagação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Questão de Ordem**)

Senhor Presidente, a Questão de Ordem que levantamos, é em decorrência de que temos na Casa, indicado por Vossa Excelência, uma Comissão Especial, coordenado pelo Deputado Caíto Quintana, que trata justamente da revisão constitucional. Quer dizer, da revisão da nossa Constituição Estadual, e como nos apercebemos da argumentação, das dúvidas pelo Deputado Caíto Quintana, vi também, que o Deputado Annibelli tem alguma dúvida com relação à votação da matéria.

Esta liderança consulta Vossa Excelência se não seria o caso de levarmos esse assunto para a

revisão constitucional e não tratarmos de forma isolada, como estamos tratando neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

O Projeto de Emenda Constitucional está na fase de votação. Impossível a sua retirada.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Haverá mais de uma votação?

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Haverá mais de uma votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, voto favorável, no dia de hoje, reservando então, para conhecer melhor o projeto na seqüência.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermas Brandão**)

(**Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados, para votação.**)

Quarenta e um (41) Senhores Deputados disseram "sim". Um (01), "não". Doze (12) ausentes.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

**Aprovada em 1ª Discussão a Emenda Constitucional.**

Haverá interstício de cinco sessões para a 2ª votação.

## ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/99, que dispõe sobre a isenção da contribuição previdenciária de servidores e pensionistas estaduais para os fundos de natureza previdenciária instituídos pela Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, e dá outras providências. EMENDAS DE PLÊNARIO COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J., EXCETO A Nº 5.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDAS AO

PROJETO DE LEI Nº 43/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 06/99, dispõe sobre a isenção da contribuição previdenciária de servidores e pensionistas estaduais para os Fundos de Natureza Previdenciária instituídos pela Lei nº 12.398/98.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação às emendas apresentadas em Plenário, analisando a legalidade e constitucionalidade, apresentamos parecer contrário, conforme justificativa

anexa, bem como apresentamos subemenda à emenda nº 05, anexa.

Sala das Comissões, em 13.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Nereu Moura, Carlos Simões, Antonio Carlos Belinati, Valdir Rossoni, Hermes Fonseca, Serafina Carrilho, Cesar Seleme, Moysés Leônidas, Pastor Edson Praczyk, Beto Richa e Fernando Ribas Carli.

E ainda a SubEmenda à Emenda nº 05 de Plenário de nº 043/99, bem como o relatório, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBEMENDA À EMENDA Nº 05/99

DE PLÊNARIO DO

PROJETO DE LEI Nº 43/99

O Artigo nº 34 da Lei nº 12.398 de 30.12.98, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 34 - Serão obrigatoriamente inscritos no PARANAPREVIDÊNCIA os servidores públicos estaduais ativos, com vínculo funcional permanente de todos os Poderes, inclusive os membros do Poder Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e as Instituições de Ensino Superior, bem como das respectivas administrações públicas, direta, autárquica e fundacional, os servidores inativos e os militares estaduais da ativa, na reserva remunerada e os reformados.

Sala das Comissões, em 20.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

## RELATÓRIO

A Lei-PR nº 12.392 que criou o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, diversamente do que normalmente tem ocorrido nesta área, vem amparada em estudo técnico e atuarial, daí porque, qualquer alteração em seu conteúdo deve ser necessariamente precedida de novo estudo, sob pena de se infringir o texto constitucional, que em seu Art. 40 determina que os regimes próprios de previdência devem ser criados e mantidos sob rígido equilíbrio financeiro e atuarial, bem como o Art. 195 que proíbe a criação, majoração ou extensão de benefícios sem que haja correspondente fonte de custeio total.

A Lei Federal nº 9717, de 27 de novembro de 1998, no esteio da reforma previdenciária estabeleceu rígidas regras a serem observadas na organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores públicos. Desta



forma, mais do que amoldar o texto ordinário a nova regra constitucional, a Lei-PR nº 12.398 traz, além de uma nova conceituação na gestão previdenciária, introduzindo o regime de capitalização na aplicação dos recursos havidos através da contribuição previdenciária, introduzindo o regime de capitalização na aplicação dos recursos havidos através da contribuição previdenciária dos servidores e do Estado, a readequação da Previdência Estadual ao que dispõe a Lei nº 9.717, regulamentada pela Portaria nº 4.992, do Ministério da Previdência.

Por imperativo de ordem constitucional e legal, essas foram as premissas que nos levaram a analisar as emendas propostas ao Projeto de Lei nº 43/99.

#### EMENDA Nº 01, DE AUTORIA DO DEPUTADO DIVANIR BRAZ PALMA

Pretende vincular a isenção oferecida pela mensagem, de modo que aquela se dê para os maiores de 70 anos e que logrem perceber remuneração de até 03 (três) salários mínimos. Como é sabido o Art. 7º da Constituição Federal, em seu inciso IV, veda o uso do salário mínimo para qualquer espécie de vinculação.

Desta forma a emenda é inconstitucional, não podendo prosperar.

#### EMENDA Nº 03 E 04 DE AUTORIA DO DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI

Com base na Lei nº 9.783/99 que trata da contribuição previdenciária dos Servidores Federais, as emendas 03 e 04 também não podem prosperar, padecem do vício da inconstitucionalidade, na medida em que, prevalecendo os percentuais de contribuição do modo em que se apresentam pela emenda, provocariam, por certo, desequilíbrio no sistema, de forma que se estaria agredindo a regra do Art. 40 da C.F..

#### EMENDA Nº 18 DE AUTORIA DO DEPUTADO ORLANDO PESSUTI

O sistema de seguridade funcional do Estado do Paraná não pode ser confundido com o do serviço público federal. Um dos maiores erros que se cometeu ao longo dos anos em termos de previdência por parte de Estados e Municípios, foi a fixação de percentuais de contribuição adotados pelo mero sistema da cópia, ou seja, os Estado ou Município adotam determinado percentual porque a União o adotou, então por que ele foi adotado por um Estado ou Município vizinho.

#### EMENDA Nº 13 DE AUTORIA DOS DEPUTADOS PÉRICLES MELLO, ÂNGELO VANHONI, IRINEU COLOMBO e HERMES FONSECA

Para que se determine qual o percentual de contribuição de determinado Estado ou Município, ou mesmo da União, é necessário que se elaborem cálculos atuariais específicos, como ocorreu no Estado do Paraná, ao se remeter para esta Casa o projeto de lei de criação da PARANAPREVIDÊNCIA, deste modo, que já mencionado, para que se faça qualquer alteração nas alíquotas de contribuição dos servidores e do Estado é necessário que se elabore, antes disso um cálculo atuarial, qualquer outro critério é inconstitucional, ilegal e ilegítimo, na medida em que propiciaria o desequilíbrio do sistema e a curto, médio ou longo prazo, resultaria na sua falência, como temos visto ocorrer com vários sistemas hoje existentes.

A emenda 18, pretende ampliar o benefício da isenção àqueles servidores e pensionistas que tornam-se inválidos após o início de recebimento do benefício.

Ora, em face da longevidade hoje existente na população, é natural que, com a idade, que felizmente ano a ano é maior, servidores e pensionistas esteja mais suscetíveis a causas de invalidez, todavia de o benefício não decorre de tal causa, não há como se dar isenção da contribuição, na medida em que tal implica em desequilíbrio atuarial.

A mensagem do Sr. Governador deixa claro que em face dos estudos atuariais elaborados pelo governo, só se poderá dar isenção nos limites propostos pela mensagem governamental e isso, com um grande esforço na gerência do Sistema.

Desta forma, qualquer isenção da contribuição previdenciária, além daquela prevista na mensagem não poderá ser admitida, sob pena de se estar incorrendo em inconstitucionalidade, por agressão ao disposto no Art. 40 da C.F..

Para que se dê isenção maior do que aquela contida na mensagem é preciso que se elabore novos cálculos atuariais, que implicarão certamente no aumento da contribuição por parte dos demais servidores que continuarão pagando suas contribuições, ofendendo desta forma aos princípios da solidariedade e redistribuição que devem orientar todos os sistemas previdenciários.

Desta forma, pelas mesmas razões não há fundamento na Emenda nº 13.

#### EMENDAS Nº 05 E 06 DE AUTORIA DO DEPUTADO CAÍTO QUINTANA

Objetivam incluir no sistema próprio de previdência, reorganizado pela Lei-PR 12.398 de 30 de

dezembro de 1998, os serventuários da justiça, não remunerados pelos cofres públicos.

Neste intento as emendas contêm vício de inconstitucionalidade. O sistema próprio de previdência dos Estados, Municípios e da própria União, nos termos do Art. 40 da C.F., só pode ser criado e mantido para servidores titulares de cargos efetivos. Serventuários de Justiça, não remunerados pelos cofres públicos, em que pese desempenhem grandioso e importante papel no contexto administrativo e social não são servidores titulares de cargos efetivos, até mesmo porque o Art. 236, da C.F. estabelece que os serviços de notários e de registro, são exercidos em caráter privado.

Outro não é o encaminhamento que vem sendo determinado pela Legislação Federal. A Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamentou o Art. 236 da Constituição Federal ao dispor sobre os serviços notariais e de registro, em seu Art. 40 estabelece que os notários, oficiais de registro, escreventes e auxiliares são vinculados ao regime geral de previdência social, e têm assegurada a contagem recíproca de tempo de serviço em sistemas diversos.

Não fosse isso a já mencionada Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Esta Lei em seu Art. 1º, inciso V, determina a exemplo do texto Constitucional, que os regimes próprios de previdência só podem ser instituídos para a "cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos".

Desta forma os serventuários não remunerados pelos cofres públicos não podem ser albergados pelo sistema próprio de previdência do Estado do Paraná.

#### EMENDAS 07 e 08

#### DE AUTORIA DO DEPUTADO ALGACI TÚLIO

As emendas 07 e 14, pretendem tornar facultativa a inscrição para o Fundo de Serviços Médico-Hospitalares dos servidores que pertençam a entidades de classe que disponham de sistema de atendimento médico hospitalar.

#### EMENDA Nº 14

#### DE AUTORIA DOS DEPUTADOS

PÉRICLES DE MELLO, ÂNGELO VANHONI,  
IRINEU COLOMBO, HERMES FONSECA

As emendas na verdade em prosperando, acabariam por inverter a ordem natural das coisas, o sistema de previdência o Estado do Paraná sem-

pre contemplou a aposentadoria, a pensão e o atendimento médico.

Ao reformular este Sistema, a Lei-PR nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, procedendo a adequação atuarial e observando o que dispunha a Lei 9.717/98 apenas e tão somente individualizou as fontes de custeio para os benefícios oferecidos, deste modo, também deu atendimento ao que determina o Art. 194, da C.F., que em seu parágrafo único estabelece que ao Poder Público deve organizar a seguridade social e, nos termos da lei, atender: universalidade de cobertura e atendimento, uniformidade e equivalência dos serviços seletividade e distributividade na prestação de serviços, equidade na forma de participação no custeio e diversidade da base de financiamento.

Não fosse isso, o Art. 195, da C.F., também determina que o financiamento da seguridade social decorra do empregador (o Estado) e do empregado (o servidor).

Por certo que os planos de saúde oferecidos por entidades de classe possam e devam ter adesão facultativa, todavia o contrário não é possível. Sendo o sistema de natureza contributiva, solidária e redistributiva não se poderá ser constituído sob o princípio da facultatividade.

A Portaria nº 4.992/99, do Ministério da Previdência ao regulamentar a Lei nº 9.717, determinou que até o 1º de julho de 1999 os regimes próprios de previdência que, como o nosso, oferecessem atendimento médico hospitalar, deveriam ou extinguir tais atividades ou adequá-las de modo que se contabilize, individualmente as contribuições para a previdência e para a assistência médica. Esta é a providência que foi adotada pela Lei-PR nº 12.398/98.

Não fosse isso, as entidades de classe referidas na menda 07, não fazem parte do sistema previdenciário estadual, seus planos de saúde, devem ser havidos apenas como de natureza complementar.

Desta forma, não há como acolher-se a emenda, na medida em que o Sistema de Seguridade Funcional, compreende um conjunto de vários benefícios e serviços compulsórios, não podendo ser facultado ao servidor, seja sob qual fundamento for.

No que pertine a emenda 08, devemos uma vez mais ressaltar que o Art. 40, não só determinou que os sistemas próprios de previdência velassem pelo equilíbrio financeiro e atuarial, como também delegou à legislação ordinária a forma da concessão do benefício da pensão.

O Art. 60 da Lei-PR nº 12.398/98, atende, de forma mais ampla, ao princípio constitucional da igualdade entre o benefício da pensão e dos proventos que o servidor recebe.

Quando a pensão decorre da morte de um servidor já inativo, não restam muitas dúvidas quanto a essa isonomia, todavia, quando o servidor morre em atividade o texto constitucional é mais restrito que o da Lei paranaense já que manda pagar os benefícios com base nos proventos que o servidor teria direito na data de seu falecimento e esse valor pode ser bem inferior ao que ele vinha percebendo. Desta forma a Lei-PR nº 12.398/98 não possui nenhum vício de constitucionalidade.

A forma da concessão do benefício como dito é prerrogativa do ente estatal e a forma contida na Lei nº 12.298 de 30 de dezembro de 1998 está fincada na observância do princípio constitucional de equilíbrio atuarial desta forma não pode ser modificada sem que se elabore novos cálculos e se proceda a reforma do plano de custeio.

EMENDAS 09 E 10  
DE AUTORIA DOS DEPUTADOS  
PÉRICLES MELLO, ÂNGELO VANHONI,  
IRINEU CLOMBO E HERMES FONSECA

A PARANAPREVIDÊNCIA, por sua natureza jurídica, não pode ser confundida com uma empresa privada com finalidade de lucro. quem é o dono da PARANAPREVIDÊNCIA, senão o próprio Estado, quem controlará a PARANAPREVIDÊNCIA, senão o próprio Estado.

Em função da gravidade e amplitude tomada pelo colapso do Sistema de Previdência Funcional como um todo e do Estado do Paraná, em especial, tornou-se imperioso buscar soluções que pudessem resolver de forma concreta o problema de esgotamento da Previdência Funcional de modo a superar as dificuldades financeiras decorrentes do comprometimento da receita corrente líquida com gastos de pessoal, daí porque o advento da Lei-PR 12.398/98, de 30 de dezembro de 1998.

Ao tratar da instituição destinada a gerir o sistema de seguridade o Estado optou pela transformação do órgão de previdência estadual existente, no caso o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado- IPE, transformada na PARANAPREVIDÊNCIA, um serviço social autônomo, de natureza privada.

Esta é mais uma inovação trazida pela lei, não há no caso, uma privatização como tem ocorrido na administração pública brasileira, já que não há qualquer venda de ativos ou de transferência de uma atividade do Estado para um grupo econômico interessado na exploração do negócio com finalidade de lucro. O que se fez, neste caso, foi dar ao gestor do sistema uma feição menos rígida da autarquia tradicional, retirando-o do âmbito interno do Estado, de modo a que, com real e efetiva inde-

pendência, possa atender de modo mais ágil e eficaz a finalidade estatal a que se destina.

É interessante ressaltar nesta oportunidade a discussão que vem sendo travada sobre a constitucionalidade ou legalidade da natureza jurídica da PARANAPREVIDÊNCIA. Por certo encontraremos ainda aqueles que, como os autores das emendas 09 e 10, defendam intransigentemente que a gerência do sistema deveria ser exercida pela autarquia ou qualquer outro órgão público.

Hely Lopes Meireles nos ensina que “autarquia é forma de descentralização administrativa, através da personificação de um serviço retirado da Administração centralizada”, é o que encontramos em seu livro *Direito Administrativo Brasileiro* 13ª Edição, pg. 280, Editora Revista dos Tribunais, e por isso, segundo o autor, às autarquias “só deve ser outorgado serviço público típico, e não atividades industriais ou econômicas, ainda que de interesse coletivo” (obra citada, pg. 280).

Ora quando tratamos da constituição de fundos de capitalização, como aqueles criados pela Lei-PR nº 12.398/98, em que se pretende que os recursos aportados, sejam aplicados de modo a obterem rendimentos para fazerem frente ao pagamento de benefícios previdenciários, mesmo que destinados a servidores estaduais, por certo nos vemos diante de uma atividade de natureza econômica.

Para tais atividades, o mesmo autor ensina que “a solução correta é a delegação à organizações particulares, ou a entidades paraestatais (empresa pública, sociedade de economia mista e outras)” (obra citada, pg. 280).

Outra não é a natureza jurídica que se pretende dar ao novo gestor do sistema de seguridade funcional mediante a transformação da autarquia. Como serviço social autônomo a PARANAPREVIDÊNCIA se insere no contexto administrativo como uma instituição paraestatal ou paradministrativa.

O já citado professor Hely conceitua estas instituições como “pessoas jurídicas de direito privado, cuja criação é autorizada por lei, com patrimônio público ou misto, para realização de atividades, obras ou serviços de interesse coletivo, sob normas e controle do Estado.” (obra citada, pg. 290).

Não fosse isso, com a Constituição de outubro/88 as instituições de cooperação e a paradministração foram consagradas de modo a que se pode distingui-las da administração direta e da indireta propriamente tida.

Os Arts. 5º, inciso LXXIII; 22, inciso XXVII; 37, incisos XIX e XX; 52, inciso VII, incisos II a IV; 163, inciso II; 164, § 3º; 165, § 5º, incisos I e III; e 173, § 1º da Constituição Federal e os Arts. 27, incisos XVIII e XIX; 43; 75 incisos II e III; 133, § 6º, inciso III da Con-

stituição do Estado do Paraná deixam claro que a organização administrativa estatal, além da administração direta a indireta, composta pelas autarquias, empresas públicas e mistas e pelas fundações públicas também abrange outras instituições sob o controle direto ou indireto do Poder Público, com atuação econômica ou não.

Assim, juntamente com pessoas administrativas que compõem a administração pública direta, indireta e fundacional, por certo que o ordenamento jurídico e constitucional admite a existência de outras instituições controladas pelo poder público, como tal disposto na primeira parte do Art. 37, inciso XX da Carta Magna de outubro/88.

Desta forma não há dúvidas de que no campo da administração indireta além das instituições típicas como as autarquias, empresas públicas e das fundações, ainda há lugar para a paradministração que se coloca como parte da administração pública "latu sensu", podendo ser usada como meio de execução de atividade ou finalidades do poder público que possuam natureza econômica, não havendo portanto nenhuma ilegalidade ou inconstitucionalidade na transformação determinada pelo texto legal, de modo que nada há que possa justificar o acolhimento das emendas em questão, que tem por escopo, unicamente modificar todo o fundamento da Lei recém aprovada por esta Casa.

#### EMENDAS 11, 12 E 16,

#### DE AUTORIA DOS DEPUTADOS

PÉRICLES MELLO, ÂNGELO VANHONI,  
IRINEU COLOMBO E HERMES FONSECA

Estas emendas pretendem alterar a composição dos Conselhos de Administração e Fiscal, para analisá-las é necessário tomar em consideração que a Lei-PR traz um grande avanço em termos de responsabilização dos gestores do sistema, nela se determina que os Diretores e Conselheiros como um todo serão responsáveis civil e criminalmente pelos atos lesivos que praticarem com dolo, desídia ou fraude e mais que esta responsabilidade se dá de forma pessoal e solidária (Art. 9, § 5º).

Afasta-se com esta regra, o argumento de que não se pode imputar responsabilidade criminal ou mesmo civil a atos complexos, ou seja, aqueles atos praticados com o concurso de vários órgãos ou diretorias, na medida em que não se poderia individualizar de forma clara e precisa o dolo, a desídia ou a fraude. Havendo responsabilidade solidária todos os Conselheiros e Diretores que de uma forma ou de outra participara para a consecução de determinado ato lesivo, mesmo que sem dolo, desídia ou fraude, serão responsabilizados. Isto assegura a transparência e limpidez da gerência e gestão do sistema.

Não fosse isso, os Conselheiros e Diretores, na medida em que a Lei determina a aplicação, no que couber, do Art. 8º da Lei 9.717, estarão sujeitos ao regime repressivo determinado pela Lei nº 6.435/77, que dispõe sobre as entidades de previdência privadas, este regime repressivo, insculpido nos Arts. 75 e seguintes daquela Lei em conjunto com a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, o Decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987 e a Lei nº 9.447, de 14 de março de 1997, prevê sanções gravíssimas para os atos praticados com dolo, desídia ou fraude.

Como se pode concluir, a natureza privada da instituição, dentre outras finalidades, tem o condão de assegurar o fim da impunidade na má gerência ou gestão da coisa pública. Trazer para o regime Próprio de Previdência do Estado, sanções repressivas estabelecidas para os Regimes de Previdência Privada é oferecer aos segurados (servidores) e ao patrocinador (Estado) segurança de que os recursos e os benefícios estarão sendo geridos em estrita consonância com a Lei, a lisura, a moral e o bom senso.

Dispondo sobre três Conselhos independentes, com funções e responsabilidades específicas a Lei-PR disciplina o modo pelo qual a PARANAPREVIDÊNCIA, se deverá estruturar administrativamente. O primeiro Conselho, o Conselho de Administração, de natureza deliberativa, normativa e de gerência, trata do encaminhamento de todas atividades inerentes a PARANAPREVIDÊNCIA.

Como já tivemos oportunidade de mencionar, o fato mais importante que a Lei-PR nº 12.398/98 contém é a migração do Regime Previdenciário de Repartição para o regime de Capitalização, daí porque a importância do Conselho de Administração que irá deliberar sobre matérias fundamentais como o contrato de gestão, notas técnicas atuariais, regulamentação dos planos de benefícios previdenciários e de serviços médicos, aplicações e investimentos, orçamento, planos de contas, regulamento de compras e contratações, valor de remunerações, pareceres atuariais, balancetes, etc.

O segundo Conselho, o Conselho Diretor, não menos importante que o primeiro, de natureza executiva, terá por finalidade executar as deliberações do primeiro e estará mais afeto ao dia a dia da instituição.

O terceiro Conselho, o Conselho Fiscal, como o próprio nome está a dizer, tem natureza fiscalizatória. Sua finalidade será velar pelo bom andamento da instituição, emitindo pareceres sobre balancetes, contas, planos de cargos e salários e sobre a regularidade de operações como aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, além da aceitação de doações com encargo, devendo, entre outras funções, opinar sobre assuntos de natureza econômico-financeira e contábil.

Há se ressaltar, por oportuno, que os Conselheiros do Conselho de Administração e Fiscal, e os Diretores terão um mandato de 6 (seis) anos. Desta forma, nos parece que, uma vez nomeados ou designados os Conselheiros e Diretores deverão cumprir seu mandato, não podendo serem afastados, salvo nos casos previstos na própria Lei.

Assim, não há dúvidas de que está assegurada a independência da PARANAPREVIDÊNCIA, como órgão gestor do sistema de previdência do Estado do Paraná, que antes de mais nada deverá ter uma gerência profissional e não política.

Sabendo-se que a Lei-PR nº 12.398/98 atendeu aos requisitos ditados pela constituição e legislação regulamentadora da matéria, quanto a composição dos conselhos, nada há que justifique a pretendida alteração contida nas emendas em análise, até mesmo porque todos sabemos que o Conselho de Administração da PARANAPREVIDÊNCIA será composto por, no mínimo, 05 (cinco) servidores, não há dúvidas de que a pretendida paridade já está garantida, sendo certo que ao Estado, como garantidor do sistema de caber a condução do sistema através da escolha dos Presidentes de Conselhos.

EMENDA Nº 02  
DE AUTORIA DO DEPUTADO  
HIDEKAZU TAKAYAMA

Estas emendas pretendem oferecer aposentadoria especial nos termos das Leis nºs 10.692/93 e 6.174/70 e Lei complementar nº 51/85.

EMENDA Nº 15  
DE AUTORIA DOS DEPUTADOS  
PÉRCILES MELLO, ÂNGELO VANHONI,  
IRINEU COLOMBO E HERMES FONSECA

A reforma previdenciária ditada pela Emenda Constitucional nº 20, que resultou em nova redação ao Art. 40 da Constituição Federal, deixou claro que não se poderá conceder aposentadoria especial, sem que lei complementar defina as condições especiais que prejudique a saúde ou a integridade física do servidor. Desta forma este não é o meio para atender-se aos reclamos da emenda.

De se esclarecer por certo que a Portaria nº 4.992/98, do Ministério da Previdência, quando tratou da Lei Complementar nº 51/85, o fez somente em relação aos servidores federais. Na medida em que o Estado tem legitimidade para legislar sobre a previdência de seus servidores, não há como, nem porque se pretender a automática aplicação de uma legislação federal, no âmbito da previdência estadual.

A concessão de aposentadoria especial deverá decorrer de Lei complementar que certamente deverá ser precedida de cálculo atuarial específico, de modo que para tal benefício se tenha a efetiva e total fonte de custeio.

EMENDA Nº17  
DE AUTORIA DOS DEPUTADOS  
PÉRICLES MELLO, ÂNGELO VANHONI,  
IRINEU COLOMBO E HERMES FONSECA.

Esta emenda pretende que se revise as aposentadorias e pensões, nos mesmos índices e condições concedidos aos servidores em atividade. Ora tal regra já está assegurada pela Lei-PR nº 12.398/98 no caput do Art. 70. Assim a alteração proposta para o parágrafo segundo do Art. 70 da Lei, nada mais é do que mera redundância do que dispõe o caput e implica em empobrecimento das garantias oferecidas ao sistema.

A regra do parágrafo segundo tem o condão de garantir que o administrador, ao pretender conceder quaisquer benefícios e vantagens ao pessoal em atividade, deve proceder uma avaliação atuarial de modo a que se possa estender esta vantagem aos pensionistas e inativos. É o fim da irresponsabilidade na concessão de aumentos e benesses no serviço público.

Desse modo não há porque acatar-se a emenda que implicará na agressão ao texto constitucional, na medida em que com ela se deixará de respeitar o princípio de equilíbrio financeiro e atuarial.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)  
Há requerimento em destaque.  
O Senhor 1º Secretário fará a leitura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermes Brandão**)  
Requerimento nº 614, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Senhores Deputados Ademir Bier, Waldyr Pugliesi, Antonio Carlos Belinati e José Maria Ferreira, constante do expediente, "REQUER destaque de discussão e votação para a Emenda nº 18 ao Projeto de Lei nº 43/99".

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.  
Apresentamos - e foi apoiada por outros Senhores Deputados - uma Emenda ao Artigo 2º do Projeto de Lei nº 43/99, que objetiva contemplar com a isenção da contribuição também aquelas pessoas que se tornaram inválidas após a inatividade, ou seja, após a aposentadoria. O art. 2º traz este benefício da isenção da contribuição para aqueles inativados por invalidez permanente. O

que significa isso? Significa que uma pessoa que esteja trabalhando regularmente e que venha, por algum motivo, se tornar inválido permanente, e isso constatado pelos organismos que atuam dentro do PARANAPREVIDÊNCIA, eles estarão isentos da contribuição porque a sua inatividade, permanente, é em decorrência de uma invalidez.

E temos aqueles que se aposentam, que tornam-se inativos, portanto, em função de um período de trabalho, em função de um período de contribuição e que passam para a aposentadoria, passam para a inatividade em decorrência de um fato superveniente, uma doença, um acidente, podem vir a se tornar inválidos. Então a esses não se permite, não se atribui a isenção da contribuição.

Se estamos votando, se o próprio Governo concorda que aqueles aposentados por invalidez permanente tenham a isenção, porque não concedermos também àqueles que já estão aposentados, por um fato superveniente, virem a se tornar inválidos e por que eles, também, não poderem gozar deste benefício da isenção? Se estamos pregando que este Fundo deve ser um Fundo justo, deve ser um Fundo a atender os anseios dos servidores na sua abrangência total, teremos que neste momento em que, considerando os isentos da contribuição aqueles aposentados por invalidez, teremos também que considerar isentos de contribuição os aposentados que venham a adquirir essa invalidez durante sua aposentadoria.

Entendo que é um gesto humanitário, é um gesto de grandeza que poderia esta Assembléia Legislativa praticar, concedendo o benefício da isenção aos aposentados que vierem a adquirir a invalidez permanente quando já estiverem no gozo da aposentadoria.

Porque aquele que está no gozo do trabalho, ao se tornar inválido, terá o benefício da isenção. Porque aquele que estiver já aposentado, talvez até com uma idade mais avançada, com mais dificuldade até para ter alguma fonte de renda alternativa, de ter, de repente, já os seus filhos em outros Estados e em outros locais e não poderem ampará-los de perto, porque esses aposentados que vierem a se tornar inválidos não podem também ter o benefício da isenção?

Se estamos dando àqueles que estão trabalhando, porque não podemos dar àqueles que estejam na aposentadoria? Faço um apelo ao Líder do Governo no sentido de que oriente a sua Bancada, para que possamos aprovar este destaque e depois, quando a Emenda nº 18 vir a Plenário para apreciação, que possamos aprovar esta emenda. Porque, afinal de contas, ela é justa, ela tem um sentimento humanitário grande e merece da Assembléia este amparo, este apelo e esta aprovação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em votação o destaque.

**Rejeitado.**

Requerimento nº 615, de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Péricles Mello e Irineu Colombo, constante do expediente, requerem destaque para votação das emendas da Bancada do PT, de números 09 a 17.

Em discussão.

Em votação.

Os Senhores Deputados que aprovam as emendas, conservem-se como estão.

**Rejeitadas.**

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, na realidade, anexamos um requerimento pedindo destaque, para que as nossas emendas fossem lidas, discutidas e votadas.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Foi rejeitado o seu requerimento, Senhor Deputado. Significa que as emendas serão votadas globalizadas.

Votação ao projeto, ressalvadas as emendas.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Voltamos mais uma vez a esta tribuna para novamente defender os funcionários públicos dos Três Poderes neste Estado.

Queremos, em nome da minha Bancada, o PMDB, já anteriormente defendido este projeto, pelo nosso Líder, Orlando Pessuti, pelo Deputado Caíto Quintana, pelos companheiros Ângelo Vanhoni, do PT; enfim, pelo Deputado José Maria, Líder do PSDB, e vimos mais uma vez fazer procurar ver aos Senhores Deputados do Governo, que este projeto já nasce morto. Temos esperança na justiça, com a liminar do PT, talvez com a CPI do Judiciário, que se faça justiça neste Estado.

Temos acompanhado a nível nacional, tanto em Brasília, no Distrito Federal, funcionários do Tribunal de Contas da União, funcionários da Câmara dos Deputados em Brasília, já conseguiram liminares proibindo a cobrança da Lei Federal, em que taxa os serventuários aposentados inativos. No Rio Grande do Sul, no Estado de São Paulo, e aqui no Paraná, para nossa satisfação, e a "Gazeta do Povo" publica hoje:

"Liminar derruba aumento de contribuição

Curitiba

A Juíza Federal Flávia da Silva Xavier, da 10ª Vara de Justiça Federal de Curitiba, em decisão liminar, determinou que a União se abstenha de qualquer ato tendente a descontar na folha de paga-

mento a servidora Ana Lúcia Martins, os aumentos de contribuição social previsto na lei.”

Então, já começamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a ter uma série de liminares concedidas às ações.

Não compreendemos, Deputado Marcos Isfer, como a nossa Comissão de Constituição e Justiça considera inconstitucional uma emenda nossa, que iguala a isenção dos contribuintes inativos a Lei Federal, que é a lei maior deste País. Por que o Paraná que fazer com que os servidores do nosso Estado tenham um limite menor de isenção depois dos 70 anos? Quando os funcionários da União podem atingir além dos R\$600,00!

Faço um apelo a Vossa Excelência, Senhor Presidente, aos nossos Deputados, na pior das hipóteses, vamos igualar a lei maior, não vamos colocar a nossa Assembléia à risco, para que amanhã esta Casa seja chamada de incompetente a nível nacional, por legislarmos sem respeitarmos a lei maior. Se a lei maior permite a isenção de funcionários até o nível de salário, porque apenas com o aval do Palácio Iguaçu, talvez, não quero denegrir a imagem da nossa Comissão de Constituição e Justiça, mas que não tivemos nenhum parecer sequer favorável pela sua constitucionalidade para as emendas dos nossos Deputados com assento nesta Casa.

Vemos a injustiça ser cometida contra os serventuários da Justiça, que estão ficando isentos depois de 30, 40 anos de contribuição, não fazem parte do PARANAPREVIDÊNCIA.

Nós, Senhores Deputados, fizemos vários apelos, defendemos essa causa com muita garra, com muito amor, e não queríamos ver que esta Casa, no início do seu mandato, já que no mandato passado ainda conseguimos, Senhores Deputados do Governo, com o aval de Vossas Excelências, mantermos o artigo com a isenção dos serventuários com mais de 70 anos, foi aprovado por unanimidade no mês de dezembro com um apelo que fizemos a Vossa Excelências e Vossas Excelências - com as suas consciências vindo, talvez, da emoção da eleição, vindo do trato direto com os nossos homens aposentados, os pobres, os humildes - tiveram a sensibilidade de aprovarem a nossa emenda mantendo a isenção para os maiores de 70 anos. E talvez o governador Jaime Lerner, insensível com a sensibilidade que Vossas Excelências tiveram, com a sua caneta fria, vetou a nossa proposta - não mais minha proposta desta Casa, de todos os Deputados da legislatura passada.

E nesta legislatura, já no terceiro, quarto mês de mandato, voltamos novamente, Senhores Deputados, para pedir a Vossas Excelências que ao menos a constitucionalidade da nossa emenda, que

melhora um pouco a isenção para os mais velhos, os maiores de 70 anos, que quando no ver do Secretário Renato Follador, a pessoa aos 70 anos já está no ponto maior da sua vida, sem filhos, com a tranquilidade, com aquela paz da vida, gozando os benefícios de uma aposentadoria e com um salário maravilhosos de “trezentos reais”, quando vemos que no Brasil os remédios subiram 40%, a contribuição do Governo Federal e Estadual aumentando mais de 100% de desconto na folha, sem o Governo dar sequer um aumento para o funcionalismo público.

Vemos a taxação do pedágio, vemos a cobrança em tudo neste País e neste Estado aumentando, e não podemos, no entender do Secretário dos Assuntos Orçamentários, o Doutor Renato Follador, como diz o nosso Líder Ângelo Vanhoni, que mostrou com a sua competência e do seu Partido, os números que o Paraná não vai poder sustentar. Como hoje não recolhe a taxa para o IPE, onde os nossos servidores são marginalizados, não têm direito a fazer um exame, estão morrendo à míngua por falta de recursos, pelos seus salários vergonhosos e pela incompetência do Instituto de Previdência do Paraná, que vai ser transformado no PARANAPREVIDÊNCIA, num cabide de empregos, como traz no projeto original do Governo, criando vários e vários cargos.

Será talvez, que a Bancada do Governo tenha que dividir os cargos lá, porque não sei se Vossas Excelências, que apoiam o Governo, têm recebido por parte do Governo, o apoio que têm demonstrado nesta Casa, em favor deste Governo.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que faço um apelo para que revejamos essa matéria, que façamos um apelo, Senhores Deputados do Governo, para que possamos estudar com mais carinho, com mais números, com mais competência, para que possamos não cometer um crime contra os funcionários do Estado do Paraná. E que a Assembléia, para nossa vergonha, não seja chamada e emprestar recursos para o Governo do Estado para pagar salários dos funcionários do Estado na época das eleições.

É uma denúncia que faço aqui, Senhores Deputados, a Assembléia é credora há mais de um ano, dez meses, do Governo do Estado, de dinheiro emprestado do nosso sacrifício e da nossa organização e competência na administração do dinheiro público desta Casa.

Tivemos que emprestar dinheiro para o Governo, que é mal pagador porque até hoje ele não devolveu. É uma denúncia que faço aqui, porque não agüento mais ouvir conversa fiada. Provamos em números, como o Deputado Vanhoni fez e não recebemos, por parte do Governo, a atenção dispensada a um Deputado da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Com a palavra, do Deputado Valdir Rossoni, para encaminhar a votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, prezados servidores aqui presentes.

Estamos com este Projeto em mãos desde o mês de Outubro de 1998, quando aqui, pela primeira vez, tivemos a oportunidade de ver os números, receber os cálculos atuariais do Secretário da Previdência, ainda que ele fez um demonstrativo aos Senhores Deputados, da viabilidade da criação do Fundo Previdenciário do Estado.

É natural e evidente, Senhores Parlamentares, que se formos estudar casos individuais, e fomos verificar o mérito de questões levantadas aqui como seres humanos, elas são plenamente justificáveis.

É importante que se diga ao povo paranaense neste momento, que só estamos criando o Fundo Previdenciário do Estado, porque se faz necessário. Não é a vontade do Governador Jaime Lerner ou da Bancada do Governo que querem criar o Fundo. Há necessidade dele ser criado para que possamos ter a saúde financeira do Estado.

Diga-se de passagem, se tivessem tido esta mesma preocupação que se tem hoje, e que vejo aqui hoje, Deputados de Oposição que antigamente eram do Governo, quando foi criado o Fundo Previdenciário do Estado no Governo Requião, não precisaríamos ter extinto o Fundo Previdenciário. Só foi extinto porque se criou uma Lei capenga e se previu que chegaríamos a levar o Fundo Previdenciário do Estado à falência. Não tinha outro caminho a não ser a falência!

Houveram dois grandes erros quando se extinguiu o Fundo Previdenciário do Estado. Inicialmente quero dizer aos deputados e servidores que, se tivéssemos os recursos que tinha no momento da extinção do Fundo, hoje teríamos no Fundo, mais de um bilhão em caixa.

Fora isso, Senhores Deputados, quando o Governador da época transformou cinquenta mil celetistas em estatutários assumiu, sim, uma responsabilidade para os cofres públicos estaduais que comprometeu toda a receita do Estado.

Hoje, o Governador Jaime Lerner corajosamente, primeiro cria o Fundo Previdenciário do Estado, segundo, entra em negociações e entra na justiça para recuperar aqueles recursos que foram contribuição dos celetistas que foram transformados em estatutários. Se formos falar aqui em números, em valores, chega-se aproximadamente a quatro bilhões. Se somarmos os quatro bilhões, dos 50 mil celetistas, transformados em estatutários, se formos somar mais um bilhão, que nós teríamos

hoje, se tivéssemos os gasto e extinto o Fundo Previdenciário do Estado, tivéssemos aperfeiçoado, sim, o Fundo Previdenciário naquela oportunidade, quando foi extinto, teríamos hoje um Fundo Previdenciário com cinco bilhões em caixa. E, sem sombra de dúvidas, 30% da Receita que, hoje, o Estado do Paraná gasta para pagar os servidores inativos e aposentados estariam aí para investimentos no aumento de salário e nos investimentos que se fazem necessários no Estado do Paraná. É importante que se diga isso, para se trazer aqui uma palavra de tranquilidade. Uma palavra para dizer aos Deputados que apóiam a criação do PARANAPREVIDÊNCIA, aos deputados governistas: hoje, talvez, não estejamos recebendo o aplauso, mas certamente no futuro, seremos reconhecidos por termos criado esse mecanismo para tirarmos o Estado do Paraná dessa situação.

Hoje, os mesmos que recebem os aplausos são aqueles que no passado extinguíram o Fundo e gastaram o dinheiro dele, que era a contribuição dos servidores públicos estaduais.

Não poderia, eu, líder do Governo, deixar passar essa oportunidade para encaminhar essa votação e pedir aos Deputados que apóiam o governo Jaime Lerner, nessa iniciativa, vamos votar "sim"! Vamos criar o Fundo Previdenciário, sim, e vamos colocar as coisas no seu devido lugar, com responsabilidade. Porque não fomos eleitos só para sermos aplaudidos, hoje. Fomos eleitos para sermos reconhecidos como Deputados, que tiveram a responsabilidade de assumir a criação do PARANAPREVIDÊNCIA, de garantir o futuro do servidor e do inativo do Estado do Paraná, porque senão amanhã ou depois vai acontecer com o Paraná o que está acontecendo com os outros Estados.

Por isso aprovamos aqui nesta Casa - isto foi uma das grandes demonstrações do governo Jaime Lerner, a aprovação da COPEL, quando muitos eram contra. O próprio governo não gostaria de se desfazer da COPEL, mas temos que nos desfazer dela para cobrir o furo deixado no passado. Vamos usar os ativos do Paraná para capitalizar o Fundo Previdenciário do Estado e trazer inicialmente a tranquilidade ao servidor público e tranquilidade financeira para o Estado do Paraná, que é rico, administrável, mas que tem momentos que temos que tomar atitudes como essa e ter coragem e, além de coragem, responsabilidade.

Quero agradecer a todos os Deputados que votarem a favor desse projeto, porque certamente as vaías de hoje serão os aplausos do futuro pela nossa atitude que está sendo tomada agora.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. ORLANDO PESSUTI



Para encaminhar, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, entendo que até desnecessário seria fazermos um encaminhamento, já que o Deputado Caíto Quintana, no Grande Expediente, falou em nome do PMDB e manifestou a contrariedade da nossa Bancada à formula adotada, não para criar o Fundo de Previdência do Paraná, Deputado Valdir Rossoni porque o Paraná Previdência já está criado através de uma lei, que foi votada durante o período da convocação extraordinária. O que se vota hoje são alterações à lei que instituiu o PARANAPREVIDÊNCIA do Estado do Paraná. É bom que se diga que não estamos mais criando o PARANAPREVIDÊNCIA, estamos promovendo alterações que, na avaliação de Parlamentares que se aprofundaram na análise desse projeto e do anterior, como o Deputado Ângelo Vanhoni, alterações que não dão a esse projeto a sustentação e a credibilidade que ele precisava ter para que ele fosse aceito por todos nós e pelos servidores públicos.

E aí é que vem a incoerência, me perdoe, Deputado Valdir Rossoni, de Vossa Excelência diz que no Governo Requião se criou o Fundo e que depois ele foi extinto porque não se sustentava na fórmula em que foi criado. teve que ser extinto porque já estava falido. E agora Vossa Excelência vem aqui defender a criação de um Fundo sem fundo! Um Fundo que não tem o seu fundo financeiro ainda devidamente regularizado. Um Fundo que, pela análise do Deputado Vanhoni, não conseguirá sequer pagar os proventos dos servidores aposentados porque não existe o fundo financeiro devidamente capitalizado, não tem como capitalizar este fundo financeiro dadas as condições do Estado! Então reside aí mais uma incoerência de Vossa Excelência. Primeiro, que não estamos criando o Paraná Previdência, estamos, 2 meses depois dele criado, alterando este Fundo de Previdência. Em segundo lugar Vossa Excelência diz que no Governo Requião se extingue o Fundo porque ele não se sustentava, nos cálculos atuariais. E este daqui não se sustenta sequer nos cálculos financeiros para honrar, no mês de maio, os pagamentos dos proventos dos aposentados, que forem alocados no fundo financeiro, dentro do PARANAPREVIDÊNCIA. E, por último, Vossa Excelência diz que a privatização da COPEL se fez necessária para que se cobrisse os rombos deixados pelos Governos anteriores, naquilo que eu sei, naquilo que me consta...

**O Sr. Valdir Rossoni**

Para capitalizarmos o fundo previdenciário, Vossa Excelência entendeu errado.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Não, não entendi errado, tenho plena certeza.

Naquilo que me consta, tanto Richa, como Ney Braga, Paulo Pimentel, Álvaro Dias e Roberto Requião procuraram tratar com o maior zelo possível as finanças deste Estado. Tanto que no dia 31 de dezembro de 94, se não me falha a memória, 141 anos depois do Paraná ser Estado independente do Estado de São Paulo, desde Zacarias de Góes e Vasconcelos até Mário Pereira o Paraná acumulava uma dívida de um bilhão e quatrocentos milhões. Este era o rombo que o Estado tinha! Os balanços e balancetes publicados pelo Governo, as projeções daquilo que se busca no Governo Federal para o saneamento do BANESTADO, aquilo que se busca, de empréstimo, para capitalizar o Fundo de Previdência, dão hoje um rombo, no Estado do Paraná, da ordem de dez bilhões de reais! Quem será que arrebitou com as finanças do Estado?

Foram aqueles Governadores que, ao longo de 141 anos, construindo no Paraná, ferrovias, rodovias, hidrelétricas, escolas, postos de saúde? Construindo uma rede de eletrificação rural, por todo este Estado, construindo uma rede de micro bacias, adequações de estradas, deixaram uma dívida, para nós, de um bilhão e quatrocentos, ou será que foi o governante que, em 4 anos apenas, colocou no lombo de cada um de nós, uma dívida superior a 8 ou 10 bilhões? Já que números oficiais nós não temos!

Era isso que eu queria dizer a V.Exa. e dizer que a bancada do PMDB, que já votou contrária à fórmula que se propõe para a criação do PARANAPREVIDÊNCIA, um serviço social autônomo, quando nós queríamos uma autarquia pública, gerenciamento de recurso público na forma pública, para evitar, como disse o Deputado Antônio Annibelli, a criação de mais cabides de empregos, neste momento. E me permita, Deputado Vanhoni, V.Exa. errou nos cálculos porque não colocou nos compromissos que terá o PARANAPREVIDÊNCIA, a despesa que terá que ter no cabide de emprego que denunciou aqui o Deputado Antônio Annibelli.

Por isso a bancada do PMDB vota contra porque entende que este Fundo é um fundo sem fundo e é um Fundo que não vai resolver o problema nem da Lei Camata e nem dos servidores públicos do Paraná!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Em votação o Projeto. Os Senhores Deputados que votam o Projeto sem prejuízo das Emendas, conservem-se como estão. Projeto 043/99. APROVADO.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vai se proceder a verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto queiram levantar-se.

26 Senhores Deputados aprovam o Projeto, 08 Senhores Deputados rejeitam. PROJETO APROVADO.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar, Senhor Presidente, em Ata, que o Deputado Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Ademir Bier, Edson Strapasson, José Maria Ferreira, Antonio Annibelli, Caíto Quintana e Ângelo Vanhoni votam contra o Projeto PARANAPREVIDÊNCIA.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Anotado.

Em votação a Emenda nº 05. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda nº 05 conservem-se como estão.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Peço, Senhor Presidente, que se possível, fazer a leitura de Emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Emenda do Deputado Caíto Quintana. depois darei informações a V.Exa.

Há uma subemenda que será lida pelo Senhor 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Justus**)

(**Lê Sub-Emenda**)

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em votação a Subemenda. Os Senhores Deputados que aprovam a Subemenda que será anexada na Emenda nº 5, conservem-se como estão. Subemenda **Aprovada**.

As Emendas com parecer contrário, votação em Bloco. Tenho em vista a rejeição do destaque.

Os Senhores Deputados que rejeitam...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, as da Bancada do PT eu quero encaminhar, mesmo que seja em Bloco.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

O Senhor pode encaminhar. A votação será em Bloco.

O Sr. Ângelo Vanhoni

São as 9 Emendas do PT, que serão votadas agora?

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

São, primeiro dá preferência às Emendas do PT.

Vossa Excelência tem 10 minutos para encaminhar.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Senhores Deputados. É desnecessário, porque de certa maneira a linha de argumentação nós já tivemos oportunidade de expôr aos Senhores Deputados.

As Emendas do PT aliás, ao término desta Sessão eu vou propor à Mesa Executiva que contrate 3 estagiários do curso de Direito: 1 da Federal, 1 da Faculdade Curitiba e 1 da Faculdade Católica do Paraná, para que possam assessorar o Deputado Marcos Isfer, no que diz respeito a constitucionalidade das Emendas.

O Grupo de Emendas que nós da Bancada do PT representamos, Senhor Presidente, diz respeito basicamente a natureza do Projeto, transformando o Projeto não em gestão privada, não de natureza privada, mas sim de natureza pública, transformando o PARANAPREVIDÊNCIA numa autarquia. Por quê? Porque assim todo o PARANAPREVIDÊNCIA passa a ter as mesmas prerrogativas do ponto de vista do direito público, isto é, a gestão dessa entidades terá a mesma atribuição. A Emenda que apresentamos diz o seguinte: "a transformação para uma autarquia dotada de uma personalidade jurídica de direito público, patrimônios e receitas próprias, gestão administrativa técnica patrimonial e financeira, descentralizadas e vinculadas a Secretaria de Estado e Administração".

Essa Emenda Deputado Marcos Isfer que Vossa Excelência classificou de Inconstitucional, eu acho que Vossa Excelência pode ser pelo mérito favorável a um Fundo Privado. Do ponto de vista da Constituição o nosso país, tanto você pode criar um Fundo privado, quanto um Fundo que não seja privado. A Emenda que estamos pensando, é para que o Fundo seja público, isto é, que a entidade seja uma Autarquia. Assim é no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul. E pelo que me consta o Prefeito do qual Vossa Excelência foi Secretario do Governo até oito meses atrás, está mandando para a Câmara de Vereadores a criação de uma Autarquia Pública da constituição do Fundo de Previdência dos Servidores dos Municípios de Curitiba, como um Fundo Público e não de uma personalidade Jurídica de Direito Privado como é esse que aí está.

Então Vossa Excelência se puder consultar do ponto de vista do Direito, Vossa Excelência vai ver que errou muito. Fez um juízo de Mérito e não um juízo do ponto de vista da Constitucionalidade.

Por isso, Sr. Presidente, sem que pese a modificação estrutural do projeto, mas para resguardar a capacidade da sociedade e de todos os mecanismos Institucionais de poder fiscalizar a gestão do PARANAPREVIDÊNCIA, é que estamos propondo a transformação do PARANAPREVIDÊNCIA numa Autarquia de Direito Público. Além disso, do ponto de vista da gestão: Não há Fundo Privado, não há Fundo Público existente em qualquer parte do mundo, além do que os associados, quer dizer, aqueles que são parte contributiva do Fundo de pensão, daquele de Fundo de Previdência que não tenham paridade na gestão. É a garantia de que os recursos obtidos pelos descontos dos seus associados serão bem geridos. Assim seria também se o PARANAPREVIDÊNCIA tivesse uma outra conotação. Novamente o Deputado relator da Comissão de Justiça, Deputado Marcos Isfer, classificou essa Emenda como uma Emenda Inconstitucional. Ora! No Rio de Janeiro o Fundo tem a paridade do ponto de vista, do Rio Grande do Sul tem paridade do ponto de vista de gestão, e em vários países da Europa, nos Estados Unidos e no Canadá, os Fundos têm a paridade da gestão. Posso por quê? Porque entre o empregador e aquele que está contribuindo entre o empregado, há uma necessidade de gestão da fiscalização dos Fundos de Previdência. Por isso que estamos propondo que o Fundo do seu Conselho Diretor, seja composto de sete membros: três membros escolhidos pelos servidores, três membros escolhidos pelo Poder Legislativo, Executivo, Judiciário, membros designados pelo Estado do Paraná. Seria essa composição desses sete membros que seriam responsáveis pela gestão do Fundo. É o que vai além é que o Diretor Executivo de Seguridade fosse prerrogativa dos Funcionários Públicos do estado do Paraná, a indicação do Diretor de Seguridade. É garantia para que o Deputado Valdir Rossoni, numa defesa tímida da aprovação do PARANAPREVIDÊNCIA, por parte do Deputado Valdir Rossoni, é a garantia que o Fundo de Previdência será bem gerido, terá a garantia de poder prestar o serviço do ponto de vista dos seus compromissos em relação aos aposentados e pensionistas do Estado do Paraná.

Sem sombra de dúvida, Srs. Deputados, se não aprovarmos essas Emendas, nós vamos na realidade, não criando nenhum Fundo de Previdência no Estado do Paraná, a não ser um elemento de propaganda do Governador Jaime Lerner, destruindo a possibilidade de que os servidores públicos possam fazer uma alteração na estrutura no estado, estru-

tura que nós julgamos tanto a Bancada do PT como todos os Deputados da Oposição não são contra, em tese, a criação de um fundo de previdência que venha desonerar o Estado, que venha desonerar a folha de pagamento do estado garantindo, através dos investimentos da sua capitalização, o provimento tanto das aposentadorias, como dos benefícios dos Servidores Públicos do Estado do Paraná. Infelizmente, parece que não é esse o entendimento da Bancada que dá apoio político ao Governo do Estado do Paraná. Pretende aprovar o fundo tal qual o Governo do Estado mandou à Assembléia Legislativa e, com esse objetivo que a Bancada do PT votou contra a constituição do PARANAPREVIDÊNCIA.

Peço aos Deputados que façam um exame de consciência antes de proferir o seu voto final e que tem ainda 3 minutos antes do término da minha fala, para poder rever essa posição e aprovar as emendas que a Bancada do PT está propondo. Porque, sem sombra de dúvidas, do ponto de vista da modificação estrutural do PARANAPREVIDÊNCIA para garantir o provimento dos aposentados, dos benefícios, temos a certeza, que estamos caminhando com aquilo que é justo, que é correto para o Funcionalismo Público e para o Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Votação às emendas de autoria da Bancada do PT. Senhores Deputados que aprovam a rejeição conservem-se como estão. **Aprovada a rejeição.**

O SR. ÂNGELO VANHONI

Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vai se proceder a verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam a rejeição queiram levantar-se. Trinta Deputados aprovam a rejeição. **Rejeitado.**

O SR. ÂNGELO VANHONI

Gostaria de registrar o voto favorável às emendas citadas pela Presidência da Bancada do PT, do PMDB e do Deputado José Maria Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Devidamente registrado.

Votação às demais emendas. Todas com parecer contrário. Senhores Deputados que aprovam as emendas com parecer contrário conservem-se como estão.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI (Pela Ordem)

Pediria a Vossa Excelência que consultasse o relator da Comissão de Justiça e que fizesse a justificativa da rejeição a minha emenda que ele dá o parecer contrário à equiparação da isenção aos maiores de setenta anos a lei federal que isenta os servidores da Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Agora só verificação de quórum.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Solicito que registre o voto favorável da Bancada do PMDB, do PT e do Deputado José Maria Ferreira às emendas que tiveram parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

As emendas estão rejeitadas.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para deixar o meu voto contrário sobre a rejeição da emenda nº 2 que estabeleça a aposentadoria especial aos funcionários públicos.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Devidamente registrado.

O projeto irá em 3ª Discussão ainda hoje, conforme o requerimento aprovado na sessão de ontem.

### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 017/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar uma área de terras a Prefeitura Municipal de Congoinhas. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EMENDA SUPRESSIVA E MODIFICATIVA DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Luiz Marcos Suplicy Hafers. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 076/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Apoio à Criança Carente - ACRICA, com sede e foro nesta Capital.

Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural de Orquidófilos, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/99, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Creche Novo Amparo, com sede e foro no Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Elza Grassiotto Caselli, com sede e foro no Município de Paranavaí. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Creche Semente da Paz - Associação dos Amigos da Criança, com sede e foro na Cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.

Em votação a emenda substitutiva, Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 617, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 602, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 596, de autoria do Sr. Deputado Hermes Fonseca, com apoioamento dos Srs. Deputados Edson Strapasson, Nereu Moura, Waldir Pugliesi e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Rejeitado.**

Em discussão. Votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vai se proceder a Verificação de Votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Nove Senhores Deputados aprovam. **Rejeitado.**

Requerimento nº 577, de autoria dos Srs. Deputados Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca e Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo Autor.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Só para encaminhar eu gostaria de colocar aqui se possível a retirada deste requerimento, porque já tenho em mãos as informações para prestar aos ilustres Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

O requerimento. **Retirado.**

Requerimento nº 546, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 550, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 582 a 595, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 597 e 598, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 599, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 600, de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 601, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 604, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 605 a 609, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 610, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 612, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 470, de autoria do Sr. Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo Autor.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Da mesma forma, temos as informações em mãos e pedimos a retirada do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

O requerimento pertence ao autor.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

**Retirado.**

O SR. ALGACI TÚLIO (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente gostaria de comunicar à Casa que hoje pela manhã, sob a Presidência do Deputado Nelson Justus, Fizemos a composição de uma comissão especial que vai discutir a questão dos mananciais da Região Metropolitana de Curitiba.

Fazem parte desta Comissão, os Deputados Neivo Beraldin, Marcos Isfer, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni e Edson Strapasson.

A mim foi dada a responsabilidade de coordenação desta Comissão e fico agradecido a todos pela deferência e faço convite a todos para que na próxima terça-feira às 11 horas da manhã, esta comissão terá a sua primeira reunião, na Sala das Comissões.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Devidamente anotado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após a presente sessão, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/99

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 22, às 10:00 horas com a seguinte

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 143 e 145/99

**ORDEM DO DIA:**

Levanta-se a sessão.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de lei nºs 017, 050 e 151/99